



ANA ROSA PAIS RIBEIRO

**A CULTURA E A INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA NACIONAL:
ENTRE O DESEJADO E O POSSÍVEL**

**Dissertação de mestrado
Março de 2011**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ANA ROSA PAIS RIBEIRO

**A CULTURA E A INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA NACIONAL:
ENTRE O DESEJADO E O POSSÍVEL**

RIO DE JANEIRO

2011

ANA ROSA PAIS RIBEIRO

**A CULTURA E A INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA NACIONAL:
ENTRE O DESEJADO E O POSSÍVEL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação, convênio Instituto Brasileiro de
Informação em Ciência e Tecnologia e
Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Faculdade de Administração e Ciências
Contábeis, como requisito parcial à obtenção do
título de Mestre em Ciência da Informação

Orientadora: Profa. Dra. Rosali Fernandez de Souza

Coorientador: Prof. Dr. Nelson de Castro Senra

Rio de Janeiro

2011

R484c

Ribeiro, Ana Rosa Pais.

A cultura e a informação estatística nacional: entre o desejado e o possível /
Ana Rosa Pais Ribeiro. – Rio de Janeiro, 2011.

177 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal
do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia.

Orientador: Profa. Dra. Rosali Fernandez de Souza.

Coorientador: Prof. Dr. Nelson de Castro Senra.

1. Cultura 2. Informação estatística. 3. Classificação 4. Institutos nacionais de
estatística 5. Unesco 6. Marco Referencial I. Título.

CDU 008+02:311(81) (043.3)

ANA ROSA PAIS RIBEIRO

**A CULTURA E A INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA NACIONAL:
ENTRE O DESEJADO E O POSSÍVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em 31 de Março de 2011

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Rosali Fernandez de Souza- Orientadora- IBICT/UFRJ

Prof. Dr. Nelson de Castro Senra- Coorientador – ENCE/IBGE

Prof.^a Dra. Maria Nélide González de Gómez- IBICT/UFRJ

Prof. Dr. Antonio Carlos Alkmim dos Reis- PUC/IBGE

Rio de Janeiro

2011

Às mais importantes pessoas da minha vida, que, mesmo sendo de gerações e culturas distintas, e únicas em suas individualidades, são aqui reunidas por se equivalerem no que convencionei chamar de “meus amores incondicionais”.

À dona Libânia, minha querida mãe, dona de arguta inteligência e sabedoria, que, mesmo sem haver frequentado escola, ensinou-me a importância do desenvolvimento intelectual.

Aos meus três ricos filhos, Livia, Renato e Andre, por darem sentido à minha existência.

AGRADECIMENTOS

Há muito que agradecer. Mas, não há advérbio que seja suficiente para expressar o tamanho de minha gratidão. Só Deus é quem pode aquilatar o quanto sou grata a todas as pessoas que colaboraram, direta ou indiretamente, com essa minha trajetória. E já agradeço a Ele por ter estado sempre no comando de minha vida.

Agradeço à minha orientadora, Professora Rosali Fernandez de Souza pela amizade, confiança e incentivo que sempre me foram dispensados. Muito aprendi com suas magníficas aulas, mas agradeço, principalmente, pela orientação e apoio na reta final da dissertação, visando à observância do cumprimento do prazo.

Ao meu coorientador, Professor Nelson de Castro Senra, por toda sua disponibilidade e paciência, por todas as discussões que travamos desde quando eu nem tinha um projeto, por pegar na minha mão, nos passeios pelas veias da estatística e, principalmente, por suportar meu estilo “gongórico” e minhas chorumelas: Mestre, muito obrigada!

Agradeço à Professora Maria Nélide González de Gómez pelo incentivo inicial, pela generosidade de sempre e pelas considerações quando da qualificação do projeto. E ao Professor Antonio Carlos Alkmim dos Reis por ter prontamente aceito meu convite, desde a formação da banca de qualificação e por ter contribuído com orientações valiosas. Aos dois, agradeço, especialmente, pelo fato de compreenderem o atraso na entrega deste trabalho.

Agradeço ao IBGE por ter me dado a oportunidade de usufruir a licença capacitação para realização deste curso de mestrado.

Aos meus filhos, Lili, Rezinho e Dede, agradeço por terem sido sempre o meu incentivo. E ao pai deles, Mauricio, agradeço pelo suporte informático e pela solidariedade. Agradeço a minha família: irmãos, cunhados, sobrinhos, sobrinhos-netos e primos por todo o afeto que sempre me dispensaram. E a todos os amigos com quem deixei de conviver durante a realização deste trabalho. Esse apoio à distância foi fundamental na solidão da escrita.

À amiga Neusa Cardim por toda a ajuda e por suas primorosas observações ao texto, registro meu agradecimento. E, terminando em grande estilo, agradeço à sinergia emanada pelo “colégio invisível”, em nossos memoráveis encontros, servindo de inspiração e suporte nas horas de angústia.

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permite pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens.

Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para ver.

(Alain Desrosières, 2004)

A cultura, como sabemos, possui uma natureza intempestiva e complexa. Não apenas por sua verve artística ou sua onipresença antropológica. Mas, sobretudo, porque é cadenciada pela circulação de símbolos fluidos, pela formação de identidades e subjetividades. É intempestiva porque recebe o sopro e o dinamismo da formulação humana. Saber harmonizar essa intempestividade, intangibilidade e complexidade com a prudência e objetividade dos números – talvez seja este o principal desafio das políticas culturais do Século XXI.

(Gilberto Gil, 2006)

RESUMO

RIBEIRO, Ana Rosa. **A cultura e a informação estatística nacional: entre o desejado e o possível.** Orientadores: Rosali Fernandez de Souza e Nelson de Castro Senra. 2011. 177f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2011.

O presente estudo situa-se no campo das informações estatísticas oficiais para a Cultura. Considera a informação estatística como um fenômeno social, representando uma construção convencional da realidade, que decorre idealmente de conceitos e definições científicas, de ordenamentos jurídicos ou de consensos nacionais e internacionais. Evidencia as necessidades a serem satisfeitas devido à natureza dessa informação. Utiliza classificações como infraestrutura e como elemento organizador. Discorre sobre a complexidade do conceito de Cultura e a conseqüente dificuldade de mensuração que, devido ao caráter transversal e constituinte das sociedades, não corresponde às exigências da produção estatística. Demonstra que a associação da Cultura ao desenvolvimento, vista na dimensão econômica enquanto produtora de bens e serviços, e geradora de emprego e serviços, faz-se presente nas agendas de organismos internacionais e multilaterais. A Cultura, pela sua crescente importância no Brasil e em outros países, passa a constituir a estrutura administrativa do Estado, com ministério próprio. Destaca a atuação da UNESCO na elaboração de orientações para a produção das informações estatísticas e a experiência da França na produção de um amplo espectro de informações visando a subsidiar sua política pública para a Cultura. Analisa a experiência brasileira na construção de estatísticas da Cultura no tempo. Discorre sobre os aspectos desejados e possíveis de tal empreendimento e conclui com base no envolvimento do Minc e do IBGE.

Palavras-chave: Informação estatística; Classificação; Cultura; Institutos nacionais de estatística; UNESCO; Marco referencial

ABSTRACT

RIBEIRO, Ana Rosa. **A cultura e a informação estatística nacional: entre o desejado e o possível.** Orientadores: Rosali Fernandez de Souza e Nelson de Castro Senra. 2011. 177f.. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2011.

The present study lies in the field of official statistics for Culture. It considers the statistical information as a social phenomenon, representing a construction of reality agreed that ideally follows the scientific concepts and definitions, legal or national and international consensus. Evidence needs to be met due to the nature of that information. In the context analyzed, classifications are considered as infrastructure and as an organizing element. It is discussed the complexity of the concept of culture and the consequent difficulty of measuring, due to the societies transversal nature as well as its constituent character which do not match with the requirements of statistical production. The study demonstrates that the association of Culture and development, seen in the economic dimension as a producer of goods and services, and generating employment and services, is considered in the agendas of international and multilateral organizations. The Culture, by its growing importance in Brazil and in other countries, shall constitute the administrative structure of the State, with its own ministry. The highlights the role of UNESCO in establishing guidelines for the production of statistical information, and the experience of France in the production of a wide spectrum of information to subsidize its public policy for Culture are analyzed. The Brazilian experience in the construction of cultural statistics is also analyzed. As final remark, the work discusses on the desired and possible aspects of such a venture, and concluded on the bases of involvement efforts of Minc and IBGE.

Keywords: Statistical information, Classification, Culture, National statistical institutes; UNESCO; Framework

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Relação dos Ministérios que compõem a CONCLA.....	59
Quadro 2	Principais eventos promovidos pela UNESCO	92
Quadro 3	Descrição das categorias e subcategorias funcionais da Cultura	99
Quadro 4	Descrição das informações estatísticas para subcategorias e respectivas funções	101
Figura 1	Ciclo Cultural	103
Figura 2	Emprego Cultural	106
Quadro 5	Número de Sítios Culturais por região do mundo.....	124
Quadro 6	Estrutura detalhada das atividades do setor cultural: códigos e denominações	141
Quadro 7	Atividades econômicas selecionadas da CNAE-Domiciliar	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEB	Anuário Estatístico Brasileiro
Ancine	Agência Nacional do Cinema
APU	Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BLDSC	British Library Document Supply Centre
BN	Fundação Biblioteca Nacional
CEMA	Council for the Encouragement of Music and the Arts
CEMPRE	Estatísticas do Cadastro Central de Empresas
CFC	Conselho Federal de Cultura
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CONCLA	Comissão Nacional de Classificações
CONFEGE	Conferência Nacional de Geografia e Cartografia
CONFEST	Conferência Nacional de Estatística
CPC	Central Product Classification
DEPS	Département des Études, de la Prospective et des Statistiques
DGE	Diretoria Geral de Estatística
DNE	Departamento Nacional de Educação
EBOPS	Extended Balance of Payments
ECE	Comissão Econômica da Europa
ENPUISET	Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais
ESS	European Statistical System
FCP	Fundação Cultural Palmares
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FCS	Framework for Cultural Statistics
FJP	Fundação João Pinheiro
Funarte	Fundação Nacional de Arte
GTEC	Grupo de Trabalho para as Estatísticas Culturais
HS	Harmonised Commodity Description and Coding System

IAOS	International Association for Official Statistics
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INL	Instituto Nacional do Livro
INSEE	Institut National de la Statistique et des Études Économiques
ISCO	International Standard Classification of Occupations
ISI	International Statistical Institute
ISIC	Internacional Standard Industrial Classification
LEG	Leadership group on cultural statistics in Europe
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
MinC	Ministério da Cultura
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NACE	Classification of Economic Activities in the European Community
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMPI	Organização Mundial da Propriedade Intelectual
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Pesquisa Anual de Comércio
PAS	Pesquisa Anual de Serviços
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PGIEG	Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas
PNC	Política Nacional de Cultura
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPA	Plano Plurianual
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
REES	Reuniões Especializadas de Estatísticas do Mercosul

SEDIAE	Secretaria de Avaliação e Informação Educacional
SEES	Serviço de Estatística da Educação e Saúde
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SIIC	Sistema de Informações e Indicadores Culturais
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SRI	Sistema de Recuperação da Informação
UIS	Instituto de Estatísticas da UNESCO
UNCATD	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNSD	United Nations Statistics Division

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	INFORMAÇÃO E INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA	18
1.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS: INFORMAÇÃO E CULTURA	18
1.2	ASPECTOS HISTÓRICOS DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA	28
1.2.1	As instituições produtoras da informação estatística oficial	32
1.2.2	Os sistemas estatísticos nacionais	34
1.2.3	Organismos Internacionais de Estatística	39
1.3	NATUREZA DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA.....	41
1.4	CLASSIFICAÇÕES ESTATÍSTICAS.....	54
2	CULTURA: ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS	62
2.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS: A CULTURA NA ATUALIDADE.....	62
2.2	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO DE CULTURA.....	67
2.3	INDÚSTRIA CULTURAL E ECONOMIA DA CULTURA.....	72
2.4	POLÍTICAS CULTURAIS	79
3	INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CULTURA	84
3.1	ORGANIZAÇÕES NACIONAIS	87
3.2	UNESCO	90
3.2.1	Marco referencial (<i>framework</i>) para as estatísticas de cultura	97
4	A INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DESEJADA E A OFERTA POSSÍVEL	111
4.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS: A EXPRESSÃO DA DEMANDA.....	112
4.2	ESTATÍSTICAS PRODUZIDAS NA FRANÇA.....	115
4.3	PRODUÇÃO DO EUROSTAT	121
4.4	ESTATÍSTICAS NACIONAIS	128
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	156

REFERÊNCIAS	159
ANEXO A – Princípios Fundamentais da Estatística Oficial	171
ANEXO B – Classificações Internacionais da ONU	173
ANEXO C – Classificações da CONCLA	174
ANEXO D – Relação de Ministros da Cultura	176

INTRODUÇÃO

A Cultura tem ocupado o centro de muitos debates em ambientes acadêmicos e nas esferas de governo. Transpondo áreas como as da Antropologia e da Sociologia, passou a ser tema de pesquisas e estudos em outras áreas do conhecimento como as da Ciência Política e da Economia. Desde o início deste século, tem sido entendida como o “quarto pilar” do desenvolvimento sustentável, na ambiência do planejamento público.

Tendo como tema a informação estatística para a Cultura, situa-se esta pesquisa na centralidade da Cultura na agenda contemporânea, no crescente interesse em conhecê-la e no reclame de informações estatísticas sistematizadas e abrangentes que a contemplem.

A informação estatística é um instrumento que permite apreender o mundo real a partir de uma tradução numérica da realidade. É através das estatísticas que se pode avaliar determinados segmentos da Cultura, perpassando seus aspectos econômico, político e social, e identificando como se coloca este ou aquele país frente aos demais. E, na verdade, os números da Cultura são mesmo bastante desejados. No entanto, a quantificação de uma área eminentemente qualitativa e de múltipla e ampla significação como a Cultura é uma tarefa difícil e complexa, de demanda explícita.

Pesquisar e revelar informações sobre a Cultura é tarefa indispensável à geração de conhecimento para a definição e avaliação de políticas públicas para a Cultura. A produção de informação estatística resulta, por sua vez, um passo inevitável para que os gestores culturais saibam onde investir e promover incentivos, uma vez que estão interessados em temas fundamentais como o impacto das indústrias culturais sobre a geração de renda e o emprego, a proteção da diversidade cultural e o acesso igualitário à cultura, entre outros.

No que tange à Ciência da Informação (CI), os problemas associados à Cultura sempre tiveram importância para a área, posto que o objeto de estudo da CI é a informação e que esta tem relação estrita com o contexto cultural em que é produzida e disseminada. Os estudos desenvolvidos se destinam a refletir sobre os diversos aspectos da informação e podem considerar desde a geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e o uso da informação. Por outro lado, a disponibilização de informações estatísticas com possibilidade de amplo acesso pela população contribui para o processo de democratização da sociedade, e possibilita ao indivíduo transformá-las em conhecimento, utilizado para seu próprio benefício e do ambiente cultural em que está inserido.

Por isso, evidencia-se a importância de situar a pesquisa no âmbito da Ciência da Informação, pois a disciplina estuda o fluxo da informação, desde a sua geração até os contextos de uso e possui o instrumental necessário para organizar, sistematizar e padronizar informações, favorecendo a sua representação e recuperação.

Cumpra observar que a informação estatística representa uma percepção convencional de determinado aspecto da sociedade. Para tanto, visando a atender a objetivos específicos, a estatística é obtida a partir de agregações das informações individuais registradas, que são possíveis em função de alguma característica comum, uma equivalência, sendo fundamental estabelecer uma codificação e uma classificação para estruturar as informações obtidas.

A natureza do fazer estatístico pressupõe a existência de teorias, conceitos e definições, idealmente, de origem científica, ou de ordenamentos jurídicos. Não existindo o amparo da ciência, espera-se que tais pressupostos sejam obtidos por consenso, plenamente aceitos. Em seu processo de produção utiliza-se de metodologias sólidas de pesquisa e apoia-se em procedimentos técnicos e na tecnologia.

Na comunidade estatístico-científica é prática corrente o intercâmbio de experiências, bem como a cooperação para solução de problemas complexos. Esse modelo foi estendido para os institutos produtores de estatísticas e para os diversos organismos internacionais que passaram a dedicar esforços na elaboração de marcos referenciais que apoiassem a produção de estatísticas, visando à uniformização de conceitos e à comparabilidade entre os países. Assim, bases conceituais e metodológicas comuns são utilizadas de modo a permitir uma estatística confiável e plenamente aceita.

Ainda com respeito à produção de estatísticas, dois pontos devem ser trazidos a esta discussão: a conduta comum de procurar-se ajustar temas, eminentemente qualitativos, às amarras da contabilidade nacional, impingindo-lhes uma mensuração pela via da economia, como vem sendo feito com outros temas sociais; e também, a noção de que a quantificação estatística impõe reduções à realidade que se quer conhecer. Reduções que viabilizam a ampliação do conhecimento da realidade e por isso as estatísticas são sempre mais desejadas.

Diante do exposto, a questão principal que norteou esta pesquisa foi saber o motivo de não se dispor de um conjunto satisfatório de informações estatísticas para a Cultura, produzidas de forma contínua e sistemática, e o pressuposto foi o de que, possivelmente, falem conceitos e definições, científicos ou obtidos por consenso, que amparem a produção da estatística. De fato, a amplitude do conceito de Cultura, tal como se conhece hoje, engloba valores intangíveis, simbólicos, materiais e imateriais, o que remete à indagação sobre quais

abordagens se quer representar, quantitativamente, através das estatísticas. E se há, para esses aspectos, definições e conceitos científicos bem definidos que norteiem sua mensuração.

O presente trabalho investiga o processo de produção das estatísticas culturais brasileiras considerando a carência de informações. Além disso, procurou-se saber por que essa produção não atende plenamente à demanda, compreendendo a Cultura não apenas como produtora de bens e serviços e de sua conseqüente representação pelo viés econômico, que o discurso atual tem enfatizado.

A comunidade acadêmico-científica e os gestores públicos necessitam de informações estatísticas sobre a Cultura, para que possam melhor fundamentar seus estudos e reflexões no sentido da produção de conhecimento, bem como para subsidiar a formulação e o acompanhamento de ações governamentais com vistas ao incentivo da promoção de ações culturais.

Caracteriza-se o presente estudo como sendo de natureza exploratória, buscando a utilização de abordagem qualitativa da Cultura a ser tratada na Ciência da Informação. Do ponto de vista metodológico, identificaram-se dois eixos de análise. Um que trata da questão conceitual da informação estatística e da Cultura, assim como de suas inter-relações, aprofundando o entendimento dessa díade. E outro que trata da questão representacional das estatísticas para a Cultura, através do levantamento do que está sendo produzido na França e no Brasil, nos anos 2000. Esses referenciais teóricos definiram a metodologia utilizada, na elaboração desta dissertação.

A partir da revisão da literatura empreendida para os principais conceitos envolvidos na determinação do tema da pesquisa, foram surgindo novos conceitos expandindo-se a pesquisa para fontes de informação como documentos oficiais e sítios institucionais que permitiram apreender um amplo espectro de abordagens acerca da informação, da informação estatística e da Cultura, que vieram a conformar os dois primeiros capítulos desta dissertação.

Dedicou-se o primeiro capítulo à informação e à informação estatística como forma de situar o contexto no qual a informação é entendida como elemento redutor de incerteza, visando a justificar a sua demanda crescente por informação e, em especial, por informação estatística para diversos temas sociais, inclusive para a Cultura. Apresentam-se, em seguida, as características que interligam a Informação e a Cultura e um breve relato sobre a história da estatística até chegar aos dias atuais como o resultado de um procedimento científico que utiliza sólidas metodologias de pesquisa. E tomando as estatísticas como fenômenos sociais, são detalhadas as exigências do fazer estatístico com elementos que identificam as possibilidades dessa informação, mas também suas limitações.

Os aspectos teórico-conceituais acerca da Cultura compõem o segundo capítulo. Nele buscou-se compreender de que Cultura se fala na atualidade, porém para uma compreensão mais abrangente apresenta-se a evolução histórica do conceito. Em continuação aborda-se a indústria cultural e sua vinculação à Economia, além das políticas culturais. Perpassando os aspectos sociais, econômicos e políticos da Cultura, objetivou-se identificar as necessidades para as quais a informação estatística está sendo requerida, buscando ainda os pressupostos necessários para a elaboração dessa informação.

Mostrar a forma como a Cultura foi se organizando em estruturas administrativas é o objetivo do terceiro capítulo desta dissertação. Apresenta-se a trajetória que culmina com a criação de ministérios dedicados exclusivamente à administração e à gestão pública de Cultura, tanto no cenário internacional quanto no nacional. Além disso, com a crescente importância conferida à Cultura, esta passa a integrar a agenda de diversos organismos internacionais e disserta-se, especificamente, sobre a UNESCO por ser mais diretamente ligada à Cultura e porque se empenhou em disponibilizar orientações acerca da produção de estatística, na forma de um marco referencial (*framework*).

Por fim, no quarto capítulo têm lugar as estatísticas oficiais de Cultura, que são precedidas pela exposição de discursos que reclamam a carência dessas informações. Ao expressar esses desejos da sociedade, se configura a demanda pela produção de informação estatística para a Cultura de forma ampla e contínua. A maneira pela qual a França foi desenvolvendo seu atual sistema de informações estatísticas para a Cultura é trazida por se constituir em exemplo, a ponto de ter se expandido por toda a União Europeia, levando o EUROSTAT a iniciar a harmonização de estatísticas para a Cultura. Para as estatísticas do Brasil é feita uma descrição sumária do que foi sendo ofertado à sociedade, desde o primeiro anuário estatístico, no início do século passado, até chegar-se aos anos 2000. A partir daí, a oferta da primeira década deste século é apresentada com mais detalhes dos conteúdos, ressaltando a parceria estabelecida entre o IBGE e o Ministério da Cultura.

1 - INFORMAÇÃO E INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Qual é o termômetro por onde com mais segurança se aquilata o progresso material, e ainda moral de um povo? É por sem dúvida a Estatística, que perforando todos os mais recônditos arcanos de uma nação, põe a descoberto os erros e as perfeições de seu governo (Candido Mendes Almeida, 1868).¹

O principal objetivo deste capítulo é apresentar aspectos relacionados à natureza da informação estatística e às exigências para sua elaboração. Considerando a importância da informação nos dias atuais, inicia-se aqui uma incursão à informação estatística, um tipo característico de informação, a numérica. Entretanto, como Cultura e Informação são dois conceitos transversais a toda expressão da vida em sociedade, julgou-se oportuno iniciar este capítulo com considerações acerca de seu interrelacionamento.

A estatística tal qual se conhece atualmente é, nas palavras de Martin (2001, p. 21), ao mesmo tempo “ciência da contagem dos constituintes da sociedade e ciência do cálculo em vista da análise das contagens”. E, sendo comumente utilizada nas Ciências Sociais como meio de análise, é aqui abordada como um objeto de estudo, interessando vê-la “como um fenômeno social” (STARR, 1983, p. 7), analisando sua condição de produção.

Esta abordagem da informação estatística permite o entendimento de suas possibilidades e também de suas limitações. Apresenta-se um relato histórico da estatística, e evidenciam-se alguns de seus pressupostos, bem como destaca a utilização das classificações como infraestrutura dessa informação.

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: INFORMAÇÃO E CULTURA

Tenciona-se com este texto inicial ressaltar algumas considerações relativas ao ambiente pós-moderno que se relacionam com a Informação e a Cultura. A entrada na era chamada de pós-industrial, marcadamente a partir dos anos 1960, é o palco de substanciais

¹ Atlas do Império do Brasil, extraído de SENRA, 2009, p. 90.

modificações no modo de vida das pessoas, nas relações sociais, no modo de produção, no trabalho, na relação entre ciência e tecnologia, e na cultura.

Nesse ambiente, observa-se o predomínio da heterogeneidade e das diferenças como base do discurso cultural, a fragmentação e a falta de confiança nos discursos universais de outrora são as marcas desse pensamento pós-moderno. Vê-se ainda a diminuição ou até mesmo o desaparecimento da importância de conceitos e valores tradicionais existentes nas sociedades modernas. A essas e outras mudanças culturais, Lyotard (2009) chamou de pós-modernidade.

No entanto, como muitas disciplinas teorizaram a pós-modernidade desde a filosofia e a sociologia até a política, resulta que esse termo passou a abarcar todas as formas de mudanças, a social, a política, a econômica e não só a cultural.

Especificamente, viver no ambiente pós-moderno significa que “entre nós e o mundo estão os meios tecnológicos de comunicação, ou seja, de simulação. Eles não nos informam sobre o mundo; eles o refazem à sua maneira, hiper-realizam o mundo, transformando-o num espetáculo” (SANTOS, 2004, p. 13). Ou seja, é um ambiente dominado pela “tecnociência aplicada à informação e à comunicação” que criam os simulacros do mundo real, passando-se a lidar mais com signos e com símbolos, do que com coisas.

No que tange à economia,

se a revolução industrial nos mostrou que sem riqueza não se tem tecnologia ou mesmo ciência, a condição pós-moderna nos vem mostrando que sem saber científico e tecnológico não se tem riqueza. E a competição econômico-política entre as nações se dá não mais em função primordial da tonelagem anual de matéria-prima ou de manufaturados que possam eventualmente produzir e sim em função da quantidade de informação técnico-científica que suas universidades e centros de pesquisa forem capazes de produzir, estocar e fazer circular como mercadoria (BARBOSA, 2009, p. 11).

Assim, enquanto a sociedade industrial produz bens materiais, na concepção de Bell (1974), a pós-industrial consome serviços, sobretudo os de mensagens entre pessoas. “Comércio, finanças, lazer, ensino, pesquisa científica não exigem fábricas com linha de montagem, mas pedem um aceleradíssimo sistema de informação. [...] e as grandes fábricas convivem, superadas em número, com pequenas empresas de serviços tendo menos de 300 funcionários” (SANTOS, 2004, p. 25).

Assim, como afirma Lyotard (2009, p. 5), “o conhecimento tornou-se a principal força de produção” no ambiente pós-moderno e,

tanto a busca do saber (pesquisa) quanto a transmissão do saber (pedagogia) fundam a circulação do capital na sociedade pós-moderna. O saber não está desvinculado da questão maior do poder econômico e político, em suma, ele é a moeda que define na cena internacional os jogos de hegemonia (entre as nações, entre as empresas multinacionais). [...] Nesse sentido, pesquisa, transmissão do saber e empresa pós-industrial se encontram intimamente ligados” (SANTIAGO, 2009, p. 129).

Para Le Coadic (1996),

um conhecimento (um saber) é o resultado do ato de conhecer, pelo qual um espírito percebe um objeto. Conhecer é ser capaz de formar uma idéia de qualquer coisa, é tê-la presente no espírito. E isso pode ir de uma simples identificação (conhecimento comunal) até a compreensão exata e completa dos objetos (conhecimento científico) (LE COADIC, 1996, p. 5).

Entendendo-se que o conhecimento ocorre a partir da assimilação da informação, esta é encarada na atualidade como um recurso com valorização crescente na economia na medida em que viabiliza decisões e possibilita o desenvolvimento de conhecimentos nos mais diferentes campos.

Os decisores querem que a informação relevante esteja disponível no momento certo para que possam decidir a partir de “matrizes input/output, segundo uma lógica que implica comensurabilidade”. E a aplicação desse critério a todo e qualquer problema gera “algum terror forte ou suave: sede operatórios, isto é comensuráveis, ou desaparecei” (LYOTARD, 2009, p. 16-17).

Em razão disso, buscam-se cada vez mais as medidas, as mensurações. Quer-se a objetividade dos números, para operar confrontos e comparações e assim alcançar “a verdade calculada e mensurada, capaz de autorizar a realização de previsões (dizendo do provável)” (SENRA, 2005a, p. 33), especialmente, quando esse cenário de profundas transformações é marcado pela incerteza. E para justificá-la, Baudrillard (1991) argumenta que são a mídia, a imagem e o espetáculo que passam a fabricar simulacros de indivíduos, de produtos, de

instituições e da política. Nesse sentido, a informação (e, em especial, a estatística) e a cultura, como conceitos transversais a toda expressão da vida em sociedade, passam a formar o novo eixo no rumo de proporcionar alguma certeza ao indivíduo.

Observa-se, dessa forma, que Informação e Cultura são dois fenômenos que estão interligados por sua própria essência constituinte. A Cultura atua como uma memória que é transmitida de geração em geração e na qual são conservados, com possibilidades de reprodução, “todos os artefatos simbólicos e materiais que mantêm a complexidade e a originalidade da sociedade humana – é a depositária da informação social” (MARTELETO, 1995, p. 2).

Com efeito, Marteleto (1995) entende que a informação é um artefato cultural, não só como forma de criação e instituição dos significados, mas também como modo de produção, controle e distribuição social dos bens simbólicos.

A Cultura pode ser vista ainda de acordo com Marteleto (1995), que a conceitua, no seu sentido antropológico mais geral, como o “modo de relacionamento humano com seu real, ou ainda como o conjunto dos artefatos construídos pelos sujeitos em sociedade (palavras, conceitos, técnicas, regras, linguagens) pelos quais dão sentido, produzem e reproduzem sua vida material e simbólica” (MARTELETO, 1995, p. 2).

A informação, como possibilidade de sentido, além de relacionar-se com o modo como os sujeitos interagem com a realidade, diz respeito também “aos artefatos criados pelas relações e práticas sociais” (MARTELETO, 1995, p. 2).

Sem dúvida, a informação é a mola mestra da atualidade. Veio desde o início da humanidade ganhando importância em todas as esferas de atuação do homem no mundo e, por conseqüência, em todo e qualquer tipo de relacionamento deste com os demais, ou seja, na moderna vida em sociedade. Desta forma, foi se tornando fator indispensável ao desenvolvimento humano: “a informação sintoniza o mundo. Como onda ou partícula, participa na evolução e revolução do homem em direção à sua história. Como elemento organizador, a informação referencia o homem ao seu destino” (BARRETO, 1994, p. 1).

Em todo seu percurso, destaca-se o importante realce dado à informação no século XVII, em função da revolução científica. Vreeken (2005) realça a ideia de que na modernidade a informação foi utilizada em um contexto distintamente dos períodos anteriores, sendo deslocada do mundo em geral para a mente humana e os sentidos.

Notadamente, no século XIX, observa-se a expansão e a aceleração do sistema econômico-social, juntamente com uma transformação na capacidade de processar informação.

Não obstante, a preocupação com o tratamento científico da informação se intensifica a partir de meados do século XX, especificamente, após a II Guerra Mundial. Nesse período, motivada pelo caráter abrangente da informação e sua importância no desenvolvimento da ciência e tecnologia, a comunidade científica foi instada a refletir e a colaborar com a organização da enorme quantidade de documentos científicos que foi produzida e que serviu de suporte às estratégias da guerra. Começava, então, a delinear-se um domínio de conhecimento e de estudo que se nomeou de Ciência da Informação - CI.

O surgimento da CI como disciplina científica é ainda hoje marcado por controvérsias, visto que há duas correntes de pensamento que reivindicam essa autoria. É o caso da corrente inglesa e da corrente americana. Para esta última, embora os principais debates sobre a criação da CI tenham iniciado na década de 1950, seus representantes afirmam que é somente na década seguinte, a partir de reuniões do *Georgia Institute of Technology*, realizadas em 1961 e 1962, que a CI se consolida como ciência e recebe a atual denominação (BORKO, 1968; BRAGA, 1995).

No entanto, a corrente inglesa entende que a criação da CI é decorrente dos debates ocorridos logo após a segunda grande guerra, no momento em que foram publicadas informações que até então eram mantidas em segredo. Impulsionados pelo artigo antológico de Vannevar Bush (1945), reuniram-se diversos pensadores nas sessões da *Royal Society*, a partir de 1948, e dessas discussões efetivou-se o surgimento da Ciência da Informação (FARRADANE, 1970).

Como resultados dos debates acerca dessa nova ciência, havidos em ambas as correntes de pensamento, surgiram inúmeros conceitos refletindo a delimitação de seu campo de estudo, cujo objeto é a informação. Dentre esses conceitos, destaca-se o de Borko (1968), para quem a CI

é aquela disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processamento para acesso e usos otimizados. Ela diz respeito àquele campo do conhecimento ligado à origem, coleta, transmissão, transformação e utilização da informação (BORKO, 1968, s/p).

A partir de então, diversos estudos foram desenvolvidos com foco na informação, que a definiram a partir de diferentes abordagens mostrando o caminho evolutivo e transformacional por que foi passando a Ciência da Informação. Le Coadic (1996, p. 5) afirma

que “a informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob forma escrita (impressa), oral ou audiovisual”.

E assim, sendo conhecimento, é, para Belkin e Robertson (1976), aquilo que é capaz de transformar estruturas, ou seja, a partir da apreensão de uma informação algo se modifica no receptor, seja a alteração de um estado de incerteza ou de um simples estoque ao qual a nova informação vai se juntar.

Barreto (1996) distingue informação de conhecimento, sendo este consequência da ocorrência daquela, afirmando que informação tem “a competência de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo, ou na sociedade”.

Afirma-se, pois que “o século XX foi o palco da descoberta de que a fonte de todas as fontes chama-se informação e que qualquer modalidade de conhecimento nada mais é do que um certo modo de organizar, armazenar, e distribuir certas informações” (BARBOSA, 2009, p. 9).

Como já se viu, na esteira do desenvolvimento das ciências e das transformações econômicas, sociais e tecnológicas verificadas ao longo das décadas posteriores ao surgimento da CI, sobretudo, nas décadas de 1980 e 1990, a informação se reafirma como um recurso indispensável para atuação na realidade chamada de pós-industrial em que as fontes de produtividade parecem se encontrar nas tecnologias de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos (CASTELLS, 2001).

Nesse contexto, ao final do século XX, emerge a noção de se estar vivendo em uma “sociedade da informação” ou mais recentemente em uma “sociedade do conhecimento”. Sem entrar aqui na discussão semântica de ambas denominações, o fato é que a sociedade contemporânea vive em um ambiente no qual a informação desempenha fundamental papel nos processos produtivos, uma vez que é o meio através do qual se chega ao conhecimento e também porque todos os campos do conhecimento necessitam de informação, em um verdadeiro círculo virtuoso.

Ao longo desse processo evolutivo e na seqüência das transformações ocorridas há uma base na qual todo esse movimento está apoiado que é a Cultura. Nesse sentido, “a cultura é o primeiro momento de construção conceitual da informação, como artefato, ou como processo que alimenta as maneiras próprias de ser, representar e estar em sociedade” (MARTELETO, 1995, p. 2).

A informação é assim, ao lado da Cultura, uma força constitutiva desta sociedade, e produzi-la, organizá-la e gerenciá-la torna-se imperativo, reforçado por seu caráter redutor de incertezas e também por seu valor estratégico para a tomada de decisões.

A Cultura, em uma ampla acepção, representa tudo aquilo que os seres humanos aprenderam na interação com a natureza e viveram em suas relações sociais através dos séculos. Sendo, pois, reconhecida como fruto da vida em sociedade, Menou (1996) afirma que a Cultura influencia a produção e o uso da informação.

Esse autor alude também a “cultura de informação”, a qual define como sendo “a habilidade dos indivíduos ou grupos de fazer o melhor uso possível da informação”. Ocorre que esse conceito é, segundo esse mesmo autor, por demais limitador do papel da cultura no ciclo da informação, pois evidencia apenas o consumo, mas a dimensão cultural permeia também a criação da informação. Ainda assim, reportando-se à questão do consumo ou uso da informação, acrescenta que a

habilidade de usar a informação resultaria, em primeiro lugar, de algum tipo de ‘caráter nacional’, ou seja, herança cultural. Assim, essa habilidade seria de certa maneira um traço inevitável, se não inato. Mais, ela resultaria de práticas individuais e coletivas, práticas essas influenciadas pela cultura dos grupos em questão (MENOUE, 1996, p. 2).

Vale ainda ressaltar que a influência da cultura no ciclo da informação abrange diversos aspectos e não se limita à linguagem (alvo de muitos estudos na CI). Ao contrário, como afirma Menou (1996, p. 2), “é resultado de interações complexas e interpenetrantes”. A Cultura está sempre presente através dos aspectos diretamente conectados com atividades de informação, que se constituem em

traços que podem ser chamados, verdadeiramente, de cultura de informação. [...] Desde a criação da informação primária pelo seu inventor, descobridor ou autor, até sua assimilação pelo usuário final, passando por etapas críticas como disseminação ou organização, informação como produto, como processo, como veículo, ou portadora de sentido, é sempre dependente da cultura, entre outros fatores” (MENOUE, 1996, p. 3).

Neste sentido, a “cultura de informação” é apenas um dos aspectos da relação que há entre informação e cultura, tendo mais a ver com uma “alfabetização em cultura” (MENOUE, 1996, p. 3).

A sociedade, imersa no paradigma das tecnologias de informação e de comunicação digitais, acaba desenvolvendo essa cultura da informação, pois se vê obrigada a buscar cada vez mais informações, para o desenvolvimento de suas atividades e reclama rapidez e efetividade das instituições produtoras, assim como agilidade dos meios que a disponibilizam para o acesso.

No despertar deste novo século a Informação e a Cultura, vistas como recursos fundamentais para a nova economia, reafirmam sua importância como insumos para a inovação, além de propiciarem a vida em um estado mais confortável permeado com algumas certezas oriundas do conhecimento e, considerando a informação estatística, oriundas da objetividade dos números.

1.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Difícil é saber quando se originou a história da estatística, pois, apesar de ser uma ciência relativamente recente na área de pesquisa, a estatística como resultado de uma contagem está presente na vida do homem, desde tempos remotos da antiguidade, quando passaram a interessar aos governos, que dominavam sua produção e as mantinham em seu poder, impedindo o desvelar de conhecimentos potenciais nelas contidos.

É fato, portanto, que há milhares de anos, os governos se interessavam por informações estatísticas sobre suas populações e riquezas, tendo em vista, principalmente, fins tributários e militares. Prova disso são os relatos de Confúcio sobre levantamentos feitos na China, há mais de dois mil anos antes da era cristã.

Avançando no tempo, inicia-se este percurso histórico da estatística na ambiência da Europa Ocidental, quando, após a idade média, os governantes preocupados com a difusão de doenças endêmicas, que ameaçavam devastar a população e, também, acreditando que o tamanho desta poderia afetar o poderio militar e político de uma nação, começaram a obter e armazenar, com alguma regularidade, informações sobre batizados, casamentos e funerais.

Entre os séculos XVI e XVIII, as nações com aspirações mercantilistas começaram a buscar o poder econômico como forma de poder político. Os governantes, por sua vez, viram a necessidade de coletar informações estatísticas referentes a variáveis econômicas tais como comércio exterior, produção de bens e de alimentos (ESCOLA...).

O século XVII foi um marco na constituição do cálculo das estatísticas, devido, principalmente, a *Sir William Petty* e a *John Graunt* que, utilizando os registros administrativos do registro civil inglês, desenvolveram um método de cálculo, a “*aritmética política*, ou seja, *a arte de raciocinar com algarismos sobre as coisas relacionadas com o governo*” (SENRA, 2005a, p. 97, grifo do autor).

Tal método foi decisivo para que a estatística passasse a assumir cada vez mais importância nos âmbitos da administração do Estado, sendo vista, nessa época, como uma ‘ciência da sociedade’, que se baseava nos números e que, assim como a matemática, era livre de juízos subjetivos.

Começa então uma nova era para a estatística, que deixa de estar ligada apenas aos censos populacionais e passa a desenvolver-se para cuidar de outros aspectos que vão moldando diversas necessidades de informação estatística.

Sobre a origem da palavra ESTATÍSTICA, Senra (2005a, p. 78) afirma que essa expressão é originária do alemão *statistik*, surgida em 1749 e creditada ao professor Gottfried Achenwall. Já sendo entendida como ciência da constituição do Estado, ou seja, a ciência dos levantamentos censitários de todos os aspectos constituintes de um Estado, e tendo surgido em um ambiente acadêmico, assumiria a partir daí “um caráter especial, com rasgos de ciência”. Entretanto, as informações estatísticas seguiam sendo produzidas por “homens práticos, sem fumos de ciência” a partir dos registros administrativos disponíveis; “eram os aritméticos políticos (especialmente ingleses, mas também alemães)”, como visto no parágrafo anterior.

Ainda no século XVIII diante da ambição de se alcançar conhecimento de toda sociedade humana, foram se desenvolvendo os saberes e os métodos constituintes de uma estatística descritiva (ou morfológica), isto é, dos princípios da organização dos conhecimentos, das nomenclaturas, dos instrumentos de comparação de dados (quadros cruzados de critérios de avaliação e de entidades a serem comparadas, estados ou regiões, por exemplo) (MARTIN, 2001).

Note-se que, nessa época, a estatística produzida não era necessariamente de caráter quantitativo. Ao contrário, era muito mais de natureza descritiva. Por isso, diante da crescente produção de informação estatística, com as diversas abordagens descritivas que cobriam os traços característicos de toda a sociedade, “clima, geografia, poderes e atividades econômicas, recursos naturais, demografia, poderes políticos etc” (MARTIN, 2001, p. 20), foi necessário desenvolver elementos de organização e síntese, além de princípios de crítica das fontes de onde eram obtidas essas informações.

Dessa forma, o século XIX foi marcado pela difusão da técnica estatística e das estatísticas *per se* e também pela desvinculação da elaboração do registro estatístico das necessidades mais urgentes das esferas administrativas. Paulatinamente, foi se produzindo uma “estatística mais regular, mais centralizada, relativamente independente das demandas pontuais e urgentes da administração, parcialmente liberada das demandas política, econômica, climática ou social” (MARTIN, 2001, p. 22).

Em 1835, foi fundada a *Royal Statistical Society*, “primeira associação estatística em todo o mundo”, que tinha como propósito “*organizar e publicar fatos destinados a ilustrar a condição e as perspectivas da sociedade*”. A estatística passa a ser encarada como “*ciência das artes da vida civil*” (SENRA, 2005a, p. 46, grifos do autor).

Um pouco mais à frente, em 1853, por iniciativa do Presidente da Comissão Central de Estatística da Bélgica, Adolphe Quetelet, tem início uma série de nove Congressos Internacionais de Estatística. Dentre os inúmeros objetivos desses congressos destacam-se a “necessária formalização institucional da elaboração das estatísticas, e dentro delas, a formação de métodos de pesquisa” (SENRA, 2005a, p. 81). O autor destaca ainda que pela “notabilidade dos participantes, com suas visões de mundo, trazia-se o futuro ao presente”, já que muitos dos focos desses congressos formam, ainda hoje, “as agendas dos organismos internacionais de estatísticas”, como a sempre tão almejada comparabilidade internacional das estatísticas (SENRA, 2005a, p. 141),

Daí em diante, inicia-se um percurso longo, porém sem interrupções, rumo à criação de estruturas destinadas à produção e à centralização das informações estatísticas.

Essas estruturas passaram por processo contínuo de autonomia tanto para a produção quanto para a análise das informações estatísticas, o que permitiu que pouco a pouco essas informações fossem reveladas ao público e não mais fossem guardadas em segredo como antes, quando se considerava que as estatísticas eram “simples meios de administração e, portanto, parte dos arquivos pessoais dos administradores”. Desta forma, as estatísticas começam a serem tidas como “espelho da nação para a nação, ou um espelho da sociedade para a sociedade” (MARTIN, 2001, p. 22).

Na esteira de seu desenvolvimento até constituir-se efetivamente como ciência, a Estatística foi muito beneficiada por ilustres matemáticos, físicos, astrônomos e outros cientistas que, ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, formularam diversas teorias.

Entre estas teorias estão a da probabilidade matemática, a dos modelos de regressão linear e múltipla e a da correlação estatística que serviram para fundar a noção de

representatividade e sua ampla utilização em pesquisas por amostragem, passando a ser muito utilizadas nas pesquisas sociais, pois permitiam “observar não mais a população total, mas somente uma parte desta (amostra). Estuda-se esta população restrita e estende-se à população total os resultados observados na amostra” (BESSON, 1995, p. 29).

Tais fatos serviram para que, a partir da segunda metade do século XX, se consubstanciasse a Ciência Estatística, ou simplesmente Estatística.

Inicialmente, com o advento da máquina de calcular e mais adiante com os computadores, a Estatística assumiu a configuração de hoje, constituindo-se em disciplina indispensável à maioria das outras ciências, sobretudo às ciências sociais.

De fato, os conceitos e teorias estatísticos vêm exercendo profunda influência na maioria dos campos do conhecimento humano. Diversos métodos estatísticos têm sido utilizados no aprimoramento de produtos agrícolas, no desenvolvimento de equipamentos espaciais, no controle do tráfego, na previsão de surtos epidêmicos, bem como no aprimoramento de processos de gerenciamento de diversas áreas, inclusive na gestão da informação. Salsburg (2009) considera que a revolução ocorrida na ciência, ao longo do século XX, se deve à introdução e adoção de métodos estatísticos de pesquisa, o que possibilitou o aumento da confiabilidade dessas pesquisas e, conseqüentemente, de seus resultados.

Com efeito, no início desse mesmo século o eminente sociólogo Émile Durkheim considerava a Estatística como uma ciência auxiliar da sociologia. E, nas palavras de Martin (2001, p. 31), “[...] ao participar da objetivação da sociedade, contribuindo com a ideia de que a sociedade não se confunde com o Estado, a estatística é associada à construção da sociologia”.

Realmente, nos Estados Unidos, a aproximação entre a comunidade acadêmica e a estatística administrativa se dá de forma efetiva na década de 1940, impulsionada pela criação, em 1918, “de um comitê de assessores do Censo” que reunia estadistas e economistas da administração estatal e “os melhores especialistas do momento” e também pela crise econômica de 1930. A partir de então, “os termos do debate social e as ferramentas estatísticas que o informam mudam por completo. [...] As duas tradições da estatística, administrativa e matemática, [...], se unem em uma construção desde então dotada de uma dupla legitimidade: a do Estado e a da ciência” (DESROSIÈRES, 2004, p. 218-219).

Note-se que foi na segunda metade do século XX, que a informação, perdendo a exclusiva vinculação com o controle do Estado, surge como um termo científico e técnico, que através de possibilidade de quantificação, passou a ser aplicada em diversas outras áreas,

passando a explicar fenômenos da mente humana e da sociedade como um todo (VREEKEN, 2005). Caracteriza-se, assim, uma evolução da informação para outras concepções e dimensões, sendo que a informação estatística, como construção objetivada, continuou sendo amplamente utilizada e demandada, por ter saído da ambiência de utilização exclusiva do Estado, sendo apreendida também por diversos segmentos da sociedade organizada e pelo indivíduo. As técnicas e métodos estatísticos possibilitaram que o homem passasse a enxergar intelectualmente algo que não podia ver com os sentidos, deixando de influenciar/justificar apenas as ações governamentais, para pautar também a ação individual.

Desta forma, as estatísticas constituem-se como informações relevantes, o que as faz tão demandadas e assaz desejadas na atualidade. Porquanto sendo informações numéricas, possuem três características: a da universalidade; a da combinação e comparação; e, a da razão argumentativa. Pois sendo números, verifica-se que não esbarram em barreiras linguísticas, possibilitando combinar e comparar estatísticas geradas em qualquer espaço geográfico a qualquer tempo, por isso muito procuradas.

Contudo, fazer estatísticas é uma tarefa bastante complexa, requerendo conhecimentos e técnicas múltiplas. Desde o momento em que deixou de ser o simples contar de pessoas e/ou de coisas, este fazer, utilizando-se de procedimentos técnico-científicos, passou a produzir informações sobre diversas áreas temáticas, ampliando a capacidade de gerar conhecimento.

Na atualidade, à noção de estatística associa-se sempre a noção de credibilidade e objetividade, entendendo objetivo como algo que é real, que constitui os fatos ou, pela ótica do social, entende-se objetivo como algo que é visto de fora, que não é subjetivo, não dependendo, portanto, do ponto de vista de um indivíduo (MARTIN, 2001).

Pensando na rotina da produção estatística e no escopo das estatísticas oficiais com sua crescente complexidade, Starr (1983, p. 23-24) estabeleceu três importantes marcos na história das estatísticas, no que tange ao desenvolvimento da moderna estatística econômica européia. O autor considera três eras: a “proto estatística”, referindo-se ao século XVIII, no qual as estatísticas eram inconstantes e incompletas; a “primeira era estatística”, no período de princípios do século XIX a princípios do XX, época em que os estados se apercebem da importância dos números e promovem um programa estatístico mais abrangente além de criar as “agências burocráticas permanentes” para a produção de informações estatísticas; e, das primeiras décadas do século passado em diante considera como “era moderna ou segunda estatística”.

A partir daí, então, as instituições estatísticas se configuram verdadeiros “centros de cálculo; fazendo pesquisa no amparo das ciências, superam a aritmetização, habilitando-se à

matematização”. Passam a elaborar informações estatísticas continuamente, com regularidade, sobremodo as advindas de pesquisas amostrais, liberando-se “das amarras do registro administrativo, bem assim do primado dos censos, que, contudo seguem sendo feitos” (SENRA, 2005a, p. 88).

Essa época é marcada pelo desenvolvimento das informações estatísticas referentes à economia, vendo-se surgirem os índices de preços e de salários, com vistas a atender às novas concepções do papel do Estado.

É justo ao final da década de 1940, que surge nos países industrializados a Contabilidade Nacional, visando à regulação macroeconômica. Para tanto são necessárias muitas informações: “produção e consumo por produto, consumos intermediários, salários, dividendos, transferências etc.” e essas necessidades, segundo Besson (1995, p.61), “foram o principal motor do crescimento do conhecimento estatístico”.

Definitivamente, a informação estatística deixou de ser apenas contagem, representada pela simples produção dos “números brutos”, passando a ser o resultado de pesquisas com metodologias científicas e a ter procedimentos mais elaborados, chegando ao cálculo dos indicadores agregados e analíticos, dentre os quais são aqui citados o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Desta feita, a prática do levantamento periódico de informações sobre a população dos países tem sido continuada através dos tempos por meio dos recenseamentos gerais, que são operações grandiosas e origem de informações relevantes e também através de outras pesquisas, censitárias ou amostrais com periodicidade e abrangência diferenciadas. Assim também ocorre com os recenseamentos e pesquisas sobre outras esferas da realidade social e econômica.

Desde então, as estatísticas passaram a ser sempre mais desejadas, pois possibilitam pensar o mundo, uma vez que eventos e fenômenos são através delas transformados em informações, porquanto constituem-se em verdadeiras “tecnologias de distância”,

[...] vale dizer como procedimento formalizado de controle ou de domínio, dessa forma, encaixando-se à maravilha como tecnologia de governo ... Pessoas, objetos (coisas) e situações (eventos) são trazidos à presença dos decisores (às suas mesas) na forma de algumas tabelas e de alguns gráficos, quiçá na forma de mapas (cartogramas); daí, ações são promovidas ou são estimuladas, decisões são tomadas. Pelas estatísticas, através das ciências, fazem-se discursos de verdade! (SENRA, 2005a, p. 95).

As estatísticas são, desta forma, reveladoras de realidades que estão distantes. Mas, as revelam sob a condição de realidades previamente construídas. Essas construções, segundo Senra (2005a, p. 16), “não são arbitrárias, personalistas, ao contrário, são públicas e são coletivas, obedecendo aos ditames das ciências. Sim, são as ciências e os métodos de pesquisa que definem os limites dos nossos olhares, limites estreitos e rígidos, sob intenso controle”.

Já Besson (1995, p. 32-36) define que “[...] as estatísticas são imagens de síntese, que representam não as situações individuais, mas a média dessas situações” e que “o procedimento estatístico se apresenta como uma troca: *perdem-se informações para ganhar sentido*” (grifo do autor).

Partindo de informações tomadas individualmente, as estatísticas se originam nas agregações sucessivas dessas individualidades, formando os aglomerados que foram previamente idealizados, sendo expressas na linguagem dos números. Tais números, ao serem devidamente interpretados, acabam por revelar as realidades do fenômeno a que se prestam quantificar. São assim construções que, partindo de um planejamento e de uma convenção, se consubstanciam em informações na sua essência.

Nessa trajetória histórica em que se mostrou a consolidação da produção da informação estatística enquanto uma prática científica, passando a ofertar sistematicamente informações relevantes em função das demandas sempre crescentes, destacam-se três entes de extrema importância e que, ao mesmo tempo em que são frutos dessa consolidação, reafirmam-na, corroborando a legitimação e credibilidade da informação estatística, os quais serão expostos ao fim desta subseção, em sequência, abordando as instituições produtoras da estatística oficial e pública, os sistemas estatísticos nacionais e, colaborando para o melhor desempenho de ambos, os organismos internacionais de estatística.

Finalizando este item e com o intuito de sublinhar a importância conferida à informação estatística em todos os tempos, acrescenta-se que:

As estatísticas são muitíssimo valorizadas nas argumentações, especialmente nas argumentações políticas, pela força de verdade presente nos números. Potência máxima de verdade, no sentido do paradigma científico galilaico-newtoniano, levando ao extremo exagero de se sugerir que são elas, as estatísticas, que decidem, não os decisores. (SENRA, 2005a, p. 96).

1.2.1 As instituições produtoras de informação estatística oficial

Por uma questão de ordem, entende-se essencial iniciar este tópico com a definição de estatística oficial e pública. Recorrendo a Schwartzman (1996, s.p), “ ‘estatística pública’, ou ‘estatística oficial’, refere-se à informação estatística produzida pelas agências estatísticas do governo – órgãos de recenseamento, departamentos de estatística e instituições semelhantes”².

As agências oficiais de estatísticas surgem, de acordo com Desrosières (2004, p. 31), a partir da “necessidade de conhecer a nação para administrá-la”. Dessa forma, vão sendo criadas instituições com a finalidade precípua de municiar os governos com informação estatística sobre os diversos aspectos que envolvem a sociedade.

Essas instituições são consideradas como “espelhos de seus países”³, não só pelo fato de produzirem e disseminarem informações estatísticas, mas também por tudo que tais informações expressam em termos daquilo que preocupa essas sociedades. “A maneira pela qual estas instituições funcionam, seus acertos e desacertos, as críticas e o apoio que recebem, também são reflexos deste espelho, indicações da capacidade que têm os países de se organizar para conhecer sua própria realidade, e utilizar estes conhecimentos para buscar novos caminhos” (SCHWARTZMAN, 1996, s.p.)

Na maioria dos países recebem o nome de Instituto Nacional de Estatística (INE) e são os principais responsáveis pela produção das informações estatísticas oficiais⁴.

Ao INE de cada país cabe, geralmente⁵, a responsabilidade pela produção de informações estatísticas relativas à realidade econômica, social e demográfica, que, desde 1994, baseia-se em princípios fundamentais de âmbito internacional.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o principal produtor de estatísticas oficiais do país e é também responsável pela coordenação do Sistema Estatístico Nacional (SEN), que será abordado mais a seguir. Sendo um órgão de Estado e não de governo, tem como missão institucional “Retratar o Brasil com informações necessárias ao

² Note-se que, realmente, ambas as expressões são sinônimas e seguem sendo válidas, mas a partir de sua cronologia de uso, é possível perceber que ‘estatística pública’ foi amplamente usada até a década de 1990, estando agora restrita ao meio acadêmico. ‘Estatística oficial’ é a expressão mais usada atualmente, surgida com a globalização e com a conseqüente internacionalização dos procedimentos para a construção dessa informação.

³ Martin (2001, p. 18) usa a expressão “espelhos do príncipe” referindo-se ao fato de que era através das contagens e, portanto, das informações estatísticas produzidas no século XVI, na França, que se instruíam o príncipe sobre o seu reino, e esse “retrato do reino era também o retrato do soberano”.

⁴ São essas as informações que interessam, primordialmente, a esta pesquisa.

⁵ Há países em que outras instituições públicas são também responsáveis por determinado conjunto de estatísticas oficiais. É caso, por exemplo, da Contabilidade Nacional, que é feita pelo Banco Central desses países.

conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania”. E, no desenvolvimento de suas atividades, identifica e analisa o território, conta a população, mostra como a economia evolui através do trabalho e da produção das pessoas, revelando ainda como elas vivem. Atuando dessa maneira cumpre sua missão e atende, ainda que não completamente, às necessidades dos diversos segmentos da sociedade, bem como dos órgãos das esferas governamentais.

Em um breve relato de sua história, conta-se que

Durante o período imperial, o único órgão com atividades exclusivamente estatísticas era a Diretoria Geral de Estatística, criada em 1871. Com o advento da República, o governo sentiu necessidade de ampliar essas atividades, principalmente depois da implantação do registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos.

Com o passar do tempo, o órgão responsável pelas estatísticas no Brasil mudou de nome e de funções algumas vezes até 1934, quando foi extinto o Departamento Nacional de Estatística, cujas atribuições passaram aos ministérios competentes.

A carência de um órgão capacitado a articular e coordenar as pesquisas estatísticas, unificando a ação dos serviços especializados em funcionamento no País, favoreceu a criação, em 1934, do Instituto Nacional de Estatística - INE, que iniciou suas atividades em 29 de maio de 1936. No ano seguinte, foi instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao INE, que passou a se chamar, então, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE...) ⁶.

Então, efetivamente instalado em 29 de maio de 1936, o IBGE, a partir da década de 1970, se transforma em uma verdadeira instituição de pesquisa. É, hoje em dia, uma fundação da administração pública federal, subordinada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Com relação à inserção do IBGE no cenário estatístico internacional, vale mencionar que ocorre mediante a participação de seus técnicos em encontros e seminários referentes à comunidade científica, em eventos nos quais se reúnem os representantes dos diversos INEs e na participação do Brasil em organismos internacionais de estatística. E, estando inserido na comunidade estatística internacional, é reconhecido por seus pares pela seriedade, competência técnica e qualidade no desenvolvimento de suas atividades e na disponibilização de seus produtos. Em seu processo de trabalho segue normas, padrões e procedimentos internacionais, conhecidos como “boas práticas”, em busca da qualidade de seus produtos.

Importa a esta pesquisa conhecer o que o IBGE e os INEs de outros países vêm produzindo de informações estatísticas para o domínio da Cultura.

⁶ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/instituicao.shtm>. Acesso em 05/09/2010.

1.2.2 Os sistemas estatísticos nacionais

Sob a denominação de sistema estatístico nacional (SEN), geralmente, estão dois conceitos distintos, porém interligados. De um lado em relação ao conjunto orgânico composto pelas instituições e entidades produtoras de informações estatísticas no sentido da atividade estatística oficial e da coordenação e articulação desses produtores visando à atuação eficiente dos mesmos. E de outro, refere-se ao conjunto de informações estatísticas oficiais produzidas e disseminadas de modo a abranger a realidade econômica e social dos países. Incluem-se ainda nesta concepção o conjunto de métodos, técnicas e procedimentos necessários à elaboração da informação estatística oficial de interesse nacional.

Considerando sistema estatístico como “um sistema para a produção, distribuição, e uso da informação numérica”, Starr (1983) analisa as duas acepções acima descritas como sendo a primeira a vertente social do sistema e a segunda a vertente cognitiva do SEN. O autor especifica que esta última vertente se refere “à própria estruturação da informação, incluindo os limites da pesquisa, os pressupostos sobre a realidade social, os sistemas de classificação, os métodos de mensuração, e as regras oficiais de interpretação e apresentação dos dados”. É esta última acepção que estará sendo discutida, com mais ênfase, em função dos principais objetivos desta pesquisa, sem, no entanto, desconsiderar a importância daquela no que se refere, principalmente, à coordenação do SEN (STARR, 1983, p. 8).

Considerando então sua vertente cognitiva, o SEN pode ser caracterizado como um sistema de informações estatísticas. Os sistemas de informação, de acordo com Saracevic (1974, p. 60), pressupõem um cenário comunicacional, ao dizer que são assim chamados “os sistemas que conduzem aos processos comunicacionais”. Sendo que o seu objetivo principal é fornecer informação relevante (no sentido de satisfação) ao usuário (LE COADIC, 1996).

Na verdade, no caso do SEN há uma relação muito particular entre o sistema e seus usuários, podendo-se dizer que sua razão de ser advém da interação entre a demanda por parte dos usuários e a oferta de informações estatísticas por parte dos produtores, na medida em que busca estabelecer diálogo prévio com seus usuários visando ao fornecimento dessas informações.

No entanto, a concepção de um sistema como um conjunto ou uma totalidade de partes que se interrelacionam e interagem para atingir determinado objetivo, sugere uma visão utópica do SEN. Na maioria dos países figura entre os principais objetivos desse sistema, como já dito, o fornecimento de informações sobre a realidade econômica e social do país,

que estas sejam confiáveis e estejam disponíveis em tempo oportuno e com regularidade. Para tanto, como afirma Guimarães (1990), deverá ser possível apreender o mundo real como um sistema, pressupondo a existência de um esquema teórico que ampare a construção do SEN.

Dada a inexistência desse esquema teórico amplo e abrangente, “[...] o sistema estatístico nacional aparece como uma virtualidade, cuja realização, de resto, depende de desenvolvimentos teóricos que escapam ao âmbito do próprio sistema”. Além disso, “em face da ausência dessa teoria geral, cada campo teórico específico tem como contrapartida um recorte particular, parcial e próprio do mundo real” (GUIMARÃES, 1990, p. 6).

A produção de estatísticas, com vistas a representar a realidade econômica e social dos países, foi se constituindo de sistemas parciais, que se articularam em sistemas mais amplos e que viabilizaram, pelo menos como um ideário a construção de sistemas de estatísticas nacionais. O SEN é formado pelos subsistemas de estatísticas econômicas e de estatísticas sociais, supondo-se também o apoio de teorias parciais.

As estatísticas econômicas se apóiam na teoria econômica representando o sistema econômico capitalista, sendo o sistema das contas nacionais “um ponto de convergência e um princípio organizador de todo o conjunto das estatísticas econômicas” (GUIMARÃES, 1990, p. 6), permitindo desta maneira dizer-se da existência de um verdadeiro sistema de estatísticas econômicas.

Com efeito, enquanto os planos de desenvolvimento nacionais refletiram apenas o aspecto econômico apoiados na contabilidade nacional, essa estrutura foi bastante satisfatória. Porém ao se agregar o bem estar social ao desenvolvimento econômico como premissa para a sustentabilidade, começa a se exigir das estatísticas a representação do social. Diversos indicadores sociais são concebidos e passam a ser produzidos, sem, no entanto, como afirma Guimarães (1990), chegar a constituir um verdadeiro sistema de estatísticas sociais. Isso porquanto, para as estatísticas sociais, constata-se a “inexistência de um corpo teórico que dê conta da totalidade do social e que, ao estruturá-lo como sistema, permitisse também a construção de um sistema de estatísticas sociais”. Deve-se agregar a isso “a natureza, frequentemente, não quantitativa das categorias analíticas utilizadas e das relações sociais”, fatos que inviabilizam, ainda hoje, a estruturação de um sistema de estatísticas sociais (GUIMARÃES, 1990, p. 8).

Inevitavelmente, reclama-se da falta de informações estatísticas para diversos aspectos do social, inclusive para a Cultura, uma vez que “[...] pouco a pouco, amplia-se o conceito de desenvolvimento; dá-se realce às ordens sociais, cultural e política, dá-se realce à ordem

ambiental e ecológica; supera-se o domínio da dimensão econômica, mas sem negar-lhe a importância” (SENRA, 2005a, p. 145).

Entretanto, mais uma vez os esquemas parciais, enfatizando temas específicos do social podem e devem ser construídos como sistemas de informações estatísticas, dentre os quais destaca-se o subsistema das estatísticas demográficas como “um exemplo de um subsistema estatístico particularmente bem estruturado”, sem olvidar que é a Demografia que lhe dá suporte (GUIMARÃES, 1990, p. 8).

Mas, ao não se poder dispor de um SEN em sentido amplo, como um paradigma de unificação das estatísticas produzidas, pode-se ao menos dizer que se o tem de forma aproximada, ao explicitar um plano de trabalho. “E por menos unidas que sejam as partes desse plano não serão soltas, perdidas; ao contrário, sempre haverá uma razão dando forma ao todo, justificando-o e explicando-o” (SENRA, 2005a, p. 146).

Na maioria dos países, o SEN está formalizado em leis que tratam tanto dos aspectos da coordenação, explicitando as atribuições de cada um dos órgãos do SEN, quanto dos aspectos da produção das informações estatísticas. Quase sempre se observa a existência de um Conselho Superior de Estatística, do Instituto Nacional de Estatística, que via de regra é o órgão central do SEN, e de demais órgãos públicos produtores de informação estatística, como exemplo citam-se o Banco Central e os Ministérios.

Também por força de lei são garantidos os princípios que estruturam o sistema como o sigilo estatístico, a autoridade estatística, a autonomia técnica, a coordenação estatística e a centralização estatística. Este último princípio, há que se acrescentar, aplicável no caso de países com essa característica, pois há casos em que a produção de informações estatísticas ocorre de forma descentralizada, como nos Estados Unidos.

No caso brasileiro, o primeiro programa estatístico

foi definido no Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871, que criou a Diretoria Geral de Estatística. [...] Teve por base por base a Lei nº 1.829 (Lei do Censo), de 9 de setembro de 1870 [...]. Este plano vigeu, sem alterações, até o final da Monarquia, em 1889; [...] Com o advento da República, serviu como base, sem grandes mudanças, dos novos planos, sucessivamente modificados, ora sendo expandidos, ora sendo contraídos; nunca realizado inteiramente (SENRA, 2005a. p. 146-147).

Ressalta-se que, mesmo com o Decreto-Lei nº 161 de 13/02/1967 atribuindo ao IBGE a responsabilidade pelo Plano Nacional de Estatística, esse cenário não sofreu grandes alterações.

Visando a discutir com seus usuários e demais entidades produtoras de informação estatística o programa de trabalho para as estatísticas oficiais, o IBGE vem realizando, desde 1967, a Conferência Nacional de Estatística – CONFEST cujo objetivo era

analisar juntamente com os Ministérios, Governos Estaduais e Municipais e outras entidades públicas e privadas, produtoras ou usuárias de estatística, técnicos ou especialistas em assuntos relacionados com estatísticas contínuas e censitárias, os programas das respectivas atividades, visando a alcançar, através de racional coordenação de esforços, o melhor entendimento das necessidades do País nesse campo de atividades. A CONFEST reunir-se-á com periodicidade de três anos por convocação do presidente da Fundação, ouvido o Conselho diretor (Decreto-Lei nº 161..., apud SENRA, 2009, p. 295).

A ideia era que o Plano Nacional de Estatística fosse elaborado a partir dos resultados dessa conferência e que seria feita uma análise de seu conteúdo com periodicidade definida.

Para a segunda CONFEST decorreram-se cinco anos, sendo realizada em 1972, da qual se originou o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas – PGIEG, instituído pela Lei 5878/73. Este plano foi tornado operacional no ano seguinte pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974. Embora possa causar alguma surpresa, a rigor, é o plano ainda em vigor no IBGE, “posto que bastante passado, defasado, não mais efetivo” (SENRA, 2009, p. 402). Mais adiante, nesse mesmo ano, a Lei 6183 de 11/12/1974, instituiu o Sistema Estatístico Nacional, sob a coordenação do IBGE.

Cumprir acrescentar que, em 1992, foi elaborada proposta de outro PGIEG⁷, com base nas discussões havidas na terceira CONFEST, dezessete anos após a segunda, sem que, no entanto, chegasse a ser oficializado em lei. Nesse documento, bastante detalhado, consta em sua apresentação o seguinte trecho

O PGIEG é um importante instrumento de gestão dos processos de produção das estatísticas econômicas, sociais e demográficas e de informações geocientíficas. O referido Plano deverá, nos próximos anos, orientar as atividades das instituições que compõem o Sistema Estatístico Nacional, bem como a produção de informações geocientíficas, pelo IBGE (PLANO...).

⁷ Disponível em http://www.ibge.gov.br/confest_e_confega/pgieg_1992.pdf, acesso em 18/12/2010.

Em 1996, foi organizado um grande Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais (I ENPUISET), que abrigou a IV CONFEST e a terceira edição da Conferência Nacional de Geografia e Cartografia (III CONFEGE). Nessa oportunidade, o SEN foi amplamente discutido, inclusive com a participação de alguns expoentes da atividade estatística internacional, porém como resultado das discussões não se concretizou novo PGIEG.

Dez anos depois, em 2006, ocorreu o II ENPUISET, outra grande operação que reuniu mais uma vez, diversas entidades, usuários e produtores de dados geográficos e estatísticos do Brasil e do exterior, sob a coordenação do IBGE. Entre outros objetivos, o evento visava a “[...] assegurar a transparência em torno das estatísticas produzidas no País, analisar sua qualidade e encontrar temas relevantes que ainda não estejam sendo investigados”⁸.

Até o presente momento, nenhum outro PGIEG foi tornado efetivo por força de lei. Não obstante a isso, o IBGE tem extensa agenda de produção de informações estatísticas e geográficas e as vem produzindo com regularidade. Essa agenda tem sido definida

internamente pelo IBGE, a partir de linhas de trabalho identificadas pelo seu quadro técnico, em parte atendendo a solicitações de diferentes órgãos de governo, incluindo o Ministério de Planejamento, em parte atendendo a recomendações das Nações Unidas, em parte atendendo a recomendações de comissões consultivas *ad hoc* (SCHWARTZMAN, 1996, apud SENRA 2009, p. 398).

O SEN voltará a ser abordado neste capítulo na discussão sobre a demanda e a oferta da informação estatística e também quando se analisar a produção de informações estatísticas para a Cultura.

Antes de passar ao próximo item, vale ainda dizer que “a comparação dos sistemas estatísticos modernos revela os efeitos opostos destas duas tendências: universalização de técnicas científicas, especificidades das tradições nacionais”. Isso porque, como será visto adiante, a informação estatística comporta duas formas de legitimidade social que quase sempre são distintas: a da ciência e a do Estado. Enquanto a ciência é universal, o Estado se mostra diferente em cada país. Desta forma, “[...] a história e a comparação dos sistemas

⁸ Conteúdo disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=667&id_pagina=1. Acesso em 19/12/2010.

estatísticos nacionais podem ser lidas pela tensão entre estes dois pólos e a articulação original que cada país soube estabelecer entre eles” (DESROSIÈRES, 1995, p. 168-169).

1.2.3 Organismos internacionais de estatística

Seguindo o exemplo deixado pelos Congressos Internacionais de Estatística, promovidos por Quetelet, que inauguraram um fórum específico para a discussão da estatística, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento da Ciência Estatística quanto no que diz respeito aos procedimentos para a produção da informação estatística, vários outros organismos surgiram ampliando os objetivos e interesses dos antigos congressos.

Nessa linha, a criação da Organização das Nações Unidas – ONU no pós-guerra é um marco no desenvolvimento e consolidação da informação estatística, pois visando à reconstrução das nações, logo precisou conhecer a realidade dos países, de modo a poder desempenhar suas funções.

Dentre os principais objetivos da ONU figura a busca de mecanismos que promovam o progresso social das nações e para isso, a partir da realização de reuniões sistemáticas envolvendo seus representantes, são definidas leis e projetos sobre temas políticos, administrativos e diplomáticos internacionais. Para tanto, no desempenho de suas inúmeras funções, conta com outros organismos administrativos e com organismos específicos que se dedicam às diversas temáticas em que se propõem a atuar.

Incluído nesses organismos está o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (*Department of Economic and Social Affairs*) e subordinada a este está a Divisão de Estatísticas (*United Nations Statistics Division - UNSD*) que tem como principal objetivo promover o avanço do sistema estatístico mundial, dado que a informação estatística oficial é uma base indispensável para o desenvolvimento sustentável nas esferas econômica, demográfica, social e ambiental. Assim também o é para o conhecimento das nações, permitindo a comparação entre os países, e para o desenvolvimento do mútuo comércio entre os Estados.

Com efeito, afirma Desrosières (1995, p. 171) que “[...] a estatística é um dos primeiros domínios científicos para os quais os esforços de normatização internacional dos métodos de observação foram realizados”.

Nesse sentido, a UNSD atua compilando e divulgando informações estatísticas mundiais, desenvolve marcos referenciais que consistem em padrões, normas e métodos estatísticos dentre os quais estão incluídas as classificações e as definições necessárias para cada domínio das atividades dos produtores da informação estatística. Além disso, se esforça em apoiar os países membros com vistas ao fortalecimento de seus sistemas estatísticos nacionais, através de programas de cooperação técnica. Verificar a existência desses marcos para a Cultura é de especial interesse para a temática deste estudo.

Essa atuação atinge seu ponto alto quando entra em cena a elaboração das sínteses macroeconômicas, as contabilidades nacionais, ou como se diz mais comumente, as Contas Nacionais. É claro, para que fosse possível comparar os níveis econômicos dos países, era preciso definir um núcleo comum de informações econômicas e sociais e depois agir de forma que todos os países aceitassem a orientação de elaboração dessas informações, obedecendo às normas e aos padrões definidos pela UNSD.

Não por acaso, a “Contabilidade Nacional é um dos campos nos quais o trabalho de harmonização internacional é mais avançado e mais completo. As estatísticas sociais, em compensação, são, ainda hoje, menos padronizadas que os agregados econômicos calculados pelas contabilidades nacionais” (DESROSIÈRES, 1995, p. 173). Recordar-se que as informações estatísticas econômicas contam com uma teoria consolidada enquanto que as estatísticas sociais não.

A UNSD atua também na coordenação das atividades internacionais de estatística estando sempre sob a supervisão da Comissão de Estatística das Nações Unidas⁹, que é a entidade mais importante do sistema estatístico mundial.

Essa comissão foi responsável pela elaboração e divulgação, em 1994, dos Princípios Fundamentais da Estatística Oficial¹⁰ (Anexo A), e desde então os INEs vêm buscando pautar suas atividades com base nesses princípios, entendendo que são de importância universal. Vale destacar que a informação estatística produzida e disseminada pelo IBGE também obedece a tais princípios.

Na mesma direção da UNSD, outros organismos supranacionais foram criados com o surgimento dos chamados blocos econômicos. É o caso do escritório de estatística da União

⁹ Para informações detalhadas consultar o site da referida comissão em: <http://unstats.un.org/unsd/statcom/commission.htm>.

¹⁰ Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/principios_fundamentais_estatisticas.shtm. Acesso em 18/12/2010.

Européia - EUROSTAT¹¹ e as Reuniões Especializadas de Estatísticas do Mercosul¹² - REES, destacados aqui por serem possíveis alvos de investigação sobre o que se está produzindo de informação estatística para a Cultura nos países que representam.

Sempre buscando a harmonização dessas informações, com vistas à comparação entre os países, tais organismos têm por prática realizar encontros, seminários, palestras nos quais se reúnem tanto as agências produtoras de estatística oficial, quanto a comunidade acadêmico-científica. Além disso, frequentemente, elaboram estudos e também se propõem a fornecer marcos referenciais temáticos para a elaboração das informações estatísticas regionais.

E, no que toca à Ciência Estatística, menciona-se a criação do International Statistical Institute (ISI), em fins do século XIX, também sob a inspiração de Quetelet e da International Association for Official Statistics – IAOS, em 1985, sendo esta uma associação que envolve pessoas físicas e jurídicas com interesse científico ou profissional, no domínio das informações estatísticas oficiais. Tem como principal objetivo reunir nos eventos que promove “[...] usuários e produtores das estatísticas oficiais, basicamente, as instituições estatísticas nacionais, com vistas em avançar os processos de elaboração das estatísticas” (SENRA, 2005a, p. 88).

Todos esses organismos internacionais, com os estudos e as reflexões que realizam, sobre variados temas, seguem contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento dos pressupostos teórico-conceitual e teórico-processual, insumos essenciais para a produção da informação estatística oficial.

A seguir apresentam-se as características estruturantes da informação estatística.

1.3 NATUREZA DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Desde tempos remotos, as estatísticas interessaram aos governos, que dominavam sua produção e as mantinham em seu poder impedindo o desvelar de conhecimentos potenciais nelas contidos. E, sendo sempre mais desejadas, expressam coletividades que são previamente organizadas, pensadas e planejadas.

¹¹ Mais informações podem ser obtidas em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home> .

¹² Disponível em <http://www.mercosur.int/> .

Assim, as informações estatísticas se constituem, hoje em dia, em construções científicas, ou seja, são construídas com o amparo das ciências e expressam uma objetividade. Tal objetividade representa o que é possível observar e registrar dentre os inúmeros aspectos existentes nas individualidades, de forma que ao agregá-los se possa refletir e atuar sobre o todo. Significa ainda dizer que por detrás das informações estatísticas produzidas “se encontra um modelo conceitual, por meio do qual a realidade é filtrada” (BESSON, 1995, p. 47). A prática estatística é, pois, um exercício de redução. Reduz-se em um primeiro momento, para em seguida ampliar-se o seu potencial revelador das realidades.

Vale explicitar que as partes que compõem esse todo, por serem distintas, só permitem agregação a partir da identificação e/ou atribuição de algum aspecto comum. A atribuição de uma característica através de um processo de equivalência permite homogeneizar as individualidades e, portanto, agregá-las. Como bem qualifica Besson (1995), essa equivalência praticada no fazer estatístico

[...] se opõe ao velho princípio da aritmética: não se somam couves-flores e cenouras. Deixemos de lado as dicotomias (o bem / o mal, o homem / o dinheiro etc.) para ficarmos com coisas que são simplesmente diferentes, couves-flores e cenouras. Duas abordagens se afrontam: a da similitude e a da diferença. A primeira é convergente, e portanto finita; a segunda, divergente, portanto sem fim [...]. A similitude, ao contrário, está na base da abordagem estatística: é um princípio de equivalência sob uma certa relação. A comensurabilidade não é uma propriedade dos objetos, mas uma qualidade que lhes atribui o observador (BESSON, 1995, p. 45).

Ratifica-se, pois, que a informação estatística se vale da similitude identificada ou identificável nas individualidades, baseada em unidade de medida comum que a ordena, e como números que são

permitem a associação de naturezas (representações) diferentes (por exemplo, as distâncias marítimas e as altitudes terrestres, ou ainda, o clima entre cidades distintas), permitem a separação das partes de algum total (por exemplo, a percepção das participações na natalidade ou fecundidade e da mortalidade no crescimento populacional). Por fim, permitem a expressão da noção de risco, pela apreensão do provável (SENRA, 2004, p. 34-35).

Logo se percebe que a produção da informação estatística é, pois, uma operação complexa e também dispendiosa, por isso mesmo é produzida sob uma demanda fundadora, após a análise de sua viabilidade, sobretudo quando se refere àquela que é oficial, advinda dos INEs.

Essa produção, como corrobora Besson (1995),

[...] resulta de um trabalho de conceituação, de organização, de observação, de exploração, e essas operações têm um custo. Não se produz, então, informação sem uma demanda correspondente, expressa nas formas requisitadas, mercantis para os produtores privados, institucionais para o produtor público (BESSON, 1995, p. 41).

Amparada pela citada necessidade de uma “demanda fundadora”, como aborda Senra (2005a), passa-se a dissertar sobre a demanda e a oferta da informação estatística.

1.3.1 A demanda e a oferta da informação estatística

Viu-se anteriormente que o processo de produção da informação estatística tem início após a expressão de uma necessidade. É preciso que haja uma demanda inicial para que a instituição produtora comece a analisar sua pertinência e viabilidade de sua produção. A essa demanda inicial, Senra (2000) denomina “demanda *ex ante*”.

Tenha-se em mente que os levantamentos estatísticos, sejam recenseamentos gerais, sejam pesquisas temáticas, levadas a cabo pelos INEs, são operações custosas, visto as proporções de informação que se produz e toda a infraestrutura necessária para isso, ou seja, constituem-se em operações de grande porte. Além disso, os recursos dos institutos produtores, quase sempre, advêm de orçamentos públicos que não raro estão sujeitos a restrições e a contingenciamentos. Desta forma, não se produzem informações estatísticas a partir de vontades arbitrárias e personalistas. É preciso que haja uma necessidade social, uma demanda bem fundamentada e com propósitos definidos para que um levantamento dessa natureza se justifique.

É essa demanda que serve como ‘ponta-pé inicial’ no jogo do processo de elaboração das estatísticas. Geralmente, essa demanda tem origem em alguma esfera de governo, mas também pode ter sido emanada de alguma outra instância da sociedade e/ou até mesmo do mundo empresarial, o mercado.

Esses três agentes demandantes de informação estatística – Estado, sociedade, mercado – conformam, de acordo com Senra (2000), o “triângulo da demanda”, no qual o governo ocupa o vértice superior, e a sociedade e o mercado os dois vértices da base.

Observa-se que essas duas instâncias da base mantêm relação direta e de duplo sentido com o ápice do triângulo. Qualquer demanda vinda da base necessita da aprovação da instituição produtora, que analisa sua viabilidade técnica e orçamentária e qualquer informação que venha a ser produzida será ofertada a todos, Estado, sociedade e mercado. Isso porquanto serem instituições públicas, estando vinculadas à estrutura administrativa do Estado. Assim sendo, destaca-se que o Estado continua sendo o principal demandante e também um dos principais ofertantes de informação estatística.

O governo deseja e necessita informações, primeiro, para melhorar a qualidade da gestão pública, o que lhe cabe promover, em favor de todos, segundo, para estimular o desenvolvimento sócio-econômico junto às empresas em mercado, terceiro para consolidar a cidadania ao estimular e viabilizar a atuação social das comunidades organizadas (SENRA, 2000, p. 8).

Note-se que a demanda *ex ante* deve ser, o mais possível “prevista e antevista” por parte dos INEs, pois dela surgirá, como conseqüência de sua melhor captação, o **pilar da pertinência da informação estatística**, formado por sua **relevância** e por sua **abrangência** (SENRA, 2000, grifo nosso).

Assim também, a partir de um coletivo de demandas dessa mesma natureza se formará o programa de trabalho da instituição produtora, que se espera seja amplo o suficiente para possibilitar a compreensão daquelas realidades, permitindo a **comparação** e a **combinação** das informações a serem produzidas, o que bem expressa o **pilar da utilidade da informação estatística** (SENRA, 2000, grifo nosso).

Mas, dizer que a elaboração das informações estatísticas tem origem na expressão de uma demanda inicial pode parecer um contra-senso em relação ao que comumente se diz no ambiente informacional ao viabilizar produtos e serviços, de que é a oferta que gera a demanda por informações. Entende-se que uma vez que exista a informação é necessário

disseminá-la de modo a dar a conhecer sua existência ofertando-a em catálogos e listas para que seja “consumida”, demandada cada vez mais, dinamizando um processo que se inicia a partir da oferta.

Entretanto, na realidade, se está falando aqui de demandas com características distintas. Mas, como assim? Diz-se de uma que inicia o processo de produção da informação estatística, demanda *ex ante*, e outra que surge ao fim desse mesmo processo, no momento em que se torna pública a estatística produzida, imediatamente após ser ofertada, sendo caracterizada, também por Senra (2000), como uma “demanda *ex post*”.

O que se quer esclarecer é que toda informação parte de uma demanda *ex ante* para ser produzida, sendo esta demanda a expressão de seu verdadeiro *leitmotiv*. Pode consubstanciar-se no interesse do pesquisador em estudar determinado assunto, na vontade ou inspiração do escritor ao iniciar a escrita de um livro, ou até mesmo na inspiração de um artista para elaborar sua obra de arte, sendo, pois o ‘ponta-pé inicial’ sem o qual não se desenrolará o jogo.

Uma vez que se concretize o produto – seja o artigo científico, a dissertação para se tornar mestre, a tese para ser doutor, o livro de um autor, a obra de arte de um artista, bem como a informação estatística –, este produto será armazenado formando os estoques informacionais de uma base de dados, de um museu, de uma biblioteca, de um arquivo ou de qualquer outro sistema de informação. Ou seja, essa informação fará parte de um repositório que para vir a ser utilizada amplamente necessitará ser ofertada.

Aquilo que Urquhart¹³ dizia sobre o homem informacional ser substancialmente diferente do homem econômico por viver em mundo em que é a oferta que cria a demanda, na verdade só se verifica quando se está fazendo referência à demanda *ex post*, o que pressupõe a existência do produto. Aquela demanda que só pode existir a partir da expressão da demanda *ex ante* porquanto seja a que vai gerar a possibilidade de se ofertar qualquer produto informacional.

Com efeito, sendo Urquhart um bibliotecário e tendo estado à frente do *British Library Document Supply Centre* (BLDSC), compreende-se que a demanda presente em sua assertiva é a mesma demanda *ex post* da informação estatística. Acrescente-se ainda que, durante muitos anos, Urquhart dedicou-se ao estudo da disseminação e uso da informação científica, e que foi o responsável por publicar uma série de guias de fontes de informação científica logo no pós-guerra de modo a dar visibilidade ao montante de informação produzida nessa época

¹³Administrador da British Library, citado por Barreto (1999).

no Reino Unido. Quando se visualiza o ambiente da biblioteca compreende-se melhor a assertiva de Urquhart, pois os livros poderão ser mais e mais lidos na medida em que sejam oferecidos aos usuários da biblioteca¹⁴.

Retornando à informação estatística, uma vez que se tenha explicado sua demanda fundadora como condição *sine qua non* para sua produção, a partir desta “[...] ter-se-á um documento, bem escrito, bem alinhavado, sob intensa e minuciosa argumentação; nele, a lógica sistêmica subjacente estará desvelada e declarada”. Aquilo que foi desejado será analisado à luz das exigências e das possibilidades para a instituição produtora e essa informação estatística desejada terá dado lugar à informação possível de ser obtida (SENRA, 2005a, p. 157).

Enquanto que a demanda *ex ante* situa-se na dimensão sócio-política da informação estatística, a oferta situa-se em sua dimensão técnico-científica e comporta duas etapas do processo de produção, a produção propriamente dita e sua correspondente disseminação.

Funda-se, na etapa de produção, o **pilar da validade (adequação e precisão)** e, na etapa de disseminação, o **pilar da visibilidade (acessibilidade e aceitabilidade)**, que se ajustam e se articulam, unindo ambas as etapas, no **pilar da continuidade (sistematização e permanência;** tendo-se em mente a demanda *ex post*) (SENRA, 2000, p. 5).

Então, uma vez que se tenha produzido e ofertado a todos a informação estatística, às instituições produtoras começam a chegar novas demandas, que são merecedoras da mesma dedicação dada à demanda inicial, posto que toda atenção deva ser dada ao usuário desse sistema e também porque podem revelar falhas na captação inicial das necessidades dessa informação.

Essa demanda *ex post*, surgida após a disseminação, reafirma que as informações estatísticas,

já ao tempo da divulgação/disseminação, para além de pura sintática, signos que são, têm forte semântica (definidora e, por certo, limitadora); assim sendo, as estatísticas são informações peculiares e singulares. Depois de produzidas e emitidas, divulgadas e disseminadas, as estatísticas têm a potência de provocar diferentes significações naqueles que as recebem, conformando, assim, informações diversas e distintas (SENRA, 2005a, p. 119).

¹⁴ Conteúdo extraído da *World Encyclopedia of Library and Information services*, p. 850.

Finalmente, justificam-se os grifos através dos quais se procurou chamar a atenção para os pilares de sustentação da informação estatística, que, de acordo com Senra (2005a), devem sempre ser observados, para que uma informação de boa qualidade possa ser produzida: **Validade** (adequação e precisão); **Pertinência** (relevância e abrangência); **Utilidade** (comparação e combinação); **Visibilidade** (acessibilidade e aceitabilidade); **Continuação** (sistematização e permanência) (SENRA, 2005a, p. 235-46)..

Estes cinco pilares têm relação direta com as tarefas do dia-a-dia das instituições produtoras e envolvem as diversas etapas do processo de produção, refletindo, pois, o ambiente interno no sentido da atuação de seus profissionais, na consecução de suas tarefas.

No entanto, faltou comentar o sexto desses pilares que é o pilar da **Integridade**, o que faz referência mais direta à instituição produtora e ao ambiente externo a esta, posto que se baseia na **credibilidade** e na **legitimidade**.

Dessa forma, observando os cinco primeiros pilares, passa-se credibilidade à sociedade, revelada pela autonomia, competência e capacidade da atuação da instituição em sua atividade principal. Constituem o saber-fazer, pelo lado da dimensão técnico-científica e o poder-fazer, pelo lado da dimensão sócio-política da informação estatística (SENRA, 2005a).

A legitimidade virá com o reconhecimento, por parte dessa mesma sociedade, da importância da atividade da instituição produtora e da qualidade da informação estatística que é ofertada dos INEs.

Retomando então a produção das estatísticas, pode-se dizer, que esse processo, uma vez que esteja fundamentado em uma demanda inicial, perpassa quatro etapas assim descritas:

primeira, a etapa de conceituação /concepção (claro, tendo em mente os fatos que se quer revelar e desvelar); segunda, a etapa de obtenção dos registros individuais, fundadores das estatísticas (depois de planejada devidamente); terceira, a etapa de elaboração das estatísticas, fazendo-se a agregação sucessiva dos registros individuais (depois de planejada devidamente); quarta, a etapa de avaliação e exploração das estatísticas realizadas vis-à-vis a realidade subjacente (SENRA, 2005a, p. 100).

1.3.2 Etapas do processo de produção da informação estatística

Na consecução das quatro etapas anteriormente citadas, a instituição produtora estará atuando com muita dedicação e profissionalismo para ofertar a toda a sociedade as informações resultantes desse laborioso processo, ressaltando que a quantificação idealizada se defronta com aspectos qualitativos em cada uma dessas etapas (BESSON, 1995).

A etapa de conceituação/concepção é importantíssima para que se alcance o objetivo pretendido com a pesquisa. Nessa fase, importantes decisões devem ser tomadas analisando-se o “foco, as prioridades, linguagem e objetivos finais da pesquisa estatística” (STARR, 1983, p. 41).

É nesse momento que será idealizado o objeto sobre o qual a observação incidirá. A coletividade observável será construída, como já se viu, a partir de alguns elementos de identidades presentes em cada individualidade. E cabe lembrar que isso ocorre porquanto,

o individual é próprio, é único, não tem nada em comum, logo não é observável no sentido da agregação, donde para vir a ser é preciso revelar-lhes elementos de identidade, e se o faz por algum princípio de equivalência (por exemplo, os naturais de uma certa região, os alunos de um certo curso) (SENRA, 2005a, p. 100).

Aquela objetividade tão almejada com as estatísticas baseia-se, pois, em um princípio de equivalência, a qual procura identificar certas relações existentes entre as individualidades que conformam o coletivo investigado e que foi previamente organizado para tal.

Para Desrosières (2004, p. 28), o trabalho estatístico constitui-se em “reduzir a multiplicidade das situações e oferecer uma descrição resumida” que seja útil como apoio à ação. Então, a existência do objeto a ser observado será o resultado de um

procedimento social de registro e codificação, e de um procedimento cognitivo de construção formal que reduz a multiplicidade a um pequeno número de características, descritas como atributos do objeto desde uma perspectiva mais comum ou como parâmetros de um modelo desde uma perspectiva, preferencialmente, epistêmica. (DESROSIÈRES, 2004, p. 26).

Com efeito, a produção da informação estatística é uma prática reducionista, porquanto somente o que puder ser “mobilizado com estabilidade” será inquirido. Ou seja, o significado da pergunta e o significado da resposta não podem sofrer alterações no trajeto desde o indivíduo¹⁵ até o centro de cálculo, o INE. “Esta é a noção dos móveis imutáveis” (SENRA, 2005a, p. 93-94; LATOUR, 2008, p. 36).

Mas, note-se que ao serem agregadas, essas individualidades, que gozam de estabilidade, passam a conformar um valor maior para a nova informação que compensa, em muito, a redução anteriormente feita. Para Latour (2008) esse movimento de redução tem como contraponto outro movimento, que é o da amplificação.

Fundamental é explicitar que “[...] a elaboração das estatísticas será fruto da interação de um distinto conjunto de ciências, cada qual com o seu saber próprio, afora métodos especiais de pesquisa peculiares à elaboração das estatísticas” (SENRA, 2005a, p. 79). Nesse sentido, uma equipe multidisciplinar estará atuando na elaboração da informação estatística, com cada profissional contribuindo com seus conhecimentos específicos.

Destaca-se ainda a isenção e neutralidade desses profissionais ao atuarem nessa primeira etapa do processo. Cientes da dimensão sócio-política da tarefa estatística devem interpretar seus objetivos políticos e sociais, mas voltam-se com todo rigor para dimensão técnico-científica e suas competências técnicas têm de estar livres de qualquer possibilidade de interferência política. A esse profissional Senra (2005a, p.79) chama de “estaticista, aquele que produz a estatística”.

A ciência deverá, idealmente, ser a fonte dos conceitos, das definições e das concepções para chegar ao modelo ideal do observável, do coletivo que irá representar o tema para o qual se quer alcançar conhecimento através das informações estatísticas. Significa que “os dados não podem ser reunidos em um vácuo conceitual”, porém dever-se-á ter clareza de que nem todos os dados serão concebidos com base em uma teoria científica que sirva para organizar as categorias e que hipotetize relações entre elas (STARR, 1983, p. 42).

Dessa forma são produzidas informações estatísticas para temas como o desemprego, por exemplo. Ou seja, primeiro convencionam-se o que se entende pelo tema que se quer quantificar, preferencialmente com o amparo da ciência ou de um ordenamento jurídico, em não existindo, que seja com um consenso acadêmico, até mesmo um consenso entre as instituições produtoras, ou oriundo dos organismos internacionais de estatística.

¹⁵ Refere-se aqui à unidade de observação estatística, que pode ser uma pessoa física ou uma pessoa jurídica.

Resume-se o que foi dito acima, como forma de melhor compreender a natureza das estatísticas, na assertiva que segue:

[...] quando as ciências não contam com teorias a amparar as pesquisas, fica difícil fazer-se escolhas; [...] Nessa situação, à falta de teorias, usam-se ordenamentos jurídicos ou culturais (costumes consagrados), usam-se deliberações de organismos internacionais, [...] usam-se criações próprias dos *estaticistas* na forma das necessárias classificações (SENRA, 2005a, p. 164).

Vale reafirmar que os fatos econômicos são de mais fácil quantificação, porquanto os números lhe serem inerentes, posto que, em geral, dizem respeito a preços e a quantidades. Por outro lado, os fatos sociais exigem convenções e equivalências mais complexas, uma vez que se caracterizam por seus aspectos qualitativos.

Então, procura-se identificar a forma como se vai construir a equivalência entre o que está na individualidade e o que se convencionou. Trata-se de estabelecer aquilo que é possível quantificar.

Assim também, nessa primeira etapa, são previamente analisados e definidos outros instrumentos como os cadastros, os padrões e as classificações a serem utilizados na construção da informação estatística, considerando-se ainda as orientações internacionais contempladas com vistas às possibilidades de comparação e à legitimação de todo o processo. Todo esse corpo de pressupostos conforma o marco referencial da pesquisa estatística.

Então, uma vez planejada a coletividade e conhecidas suas bases conceituais, os métodos e as técnicas de pesquisa passam a ser o foco de atenção na eleição da melhor forma de obtenção dos registros individuais, dando seqüência à segunda etapa do processo de elaboração da informação estatística.

As formas de obtenção das individualidades dizem respeito às metodologias e aos instrumentos que poderão ser utilizados. Cabe aqui registrar que, no Brasil, todos os indivíduos são obrigados por lei a fornecerem informações para o IBGE, e este, em contrapartida oferece, também por força de lei, a garantia do sigilo estatístico, sendo as informações individuais utilizadas na composição dos agregados que irão conformar a informação estatística. Tais instrumentos se consubstanciam tanto “na forma de um questionário de entrevista ou de um questionário de observação”, quanto “na forma de uma folha de registros derivados” (SENRA, 2005a, p. 172). Estas últimas utilizadas quando as individualidades já se encontram registradas nos chamados registros administrativos. E os

questionários são utilizados na elaboração do registro estatístico, assim chamado porque é a própria instituição estatística que elabora o registro das individualidades.

No início da constituição das agências produtoras, os registros administrativos eram a única fonte para a produção das informações estatísticas, mas à medida em que foram se especializando, chegando aos tempos dos centros de cálculo e fazendo pesquisa sob a égide das ciências, os INEs passam a privilegiar os registros estatísticos, posto que são construídos com o fim específico da informação estatística.

Os registros administrativos, ao contrário, são “registros individuais com vistas ao agir administrativo”. E mesmo sendo elaborados pelos órgãos públicos na realização de sua tarefa principal, abrigam “uma extraordinária riqueza informacional” (SENRA, 1996, p. 199).

Para que desses registros sejam derivadas estatísticas é necessário entender que sua própria natureza administrativa impõe certas dificuldades e limitações, fato que os INEs conhecem bem. Então, a sua utilização com finalidade estatística, necessita de criteriosa análise para verificar sua aderência aos objetivos da construção estatística, passando por sua consistência, no sentido da qualidade, e abrangência, no sentido do espaço coberto, se local ou nacional. Observando-se, ainda, se as linguagens do registro são compatíveis com as usadas pelos INEs.

Embora cientes das limitações desses registros, atualmente, os INEs buscam, sempre que possível, utilizá-los, pois proporcionam reduções consideráveis nos custos de produção da estatística e evitam sobrecarregar o indivíduo com o preenchimento de mais um formulário para o registro estatístico.

Nesse sentido, mais e mais se aproximam os INEs e as diversas esferas administrativas do governo, no sentido da compatibilidade desses interesses. Em uma demonstração do exercício de coordenação do sistema estatístico, os INEs definem as normas e os padrões a serem utilizados nesses registros de modo a facilitar a posterior elaboração das estatísticas e também sua comparação com outras fontes de informação.

Já no caso dos registros estatísticos, como visto, se utilizará um questionário o qual “realiza um compromisso entre as exigências da pesquisa e as possibilidades de compreensão, de informação, de pesquisa” (BESSON, 1995, p. 54). Para tanto o conteúdo que se pretende obter nas individualidades deverá ser passado, traduzido, para linguagem acessível e de fácil entendimento, e ser detalhado nos quesitos dos questionários, que muitas vezes preestabelecem as respostas codificadas, e nos manuais que acompanham sua aplicação.

De posse desse material, inicia-se a pesquisa de campo para a obtenção dos registros individuais. Melhor explicando,

no questionário esmiúçam-se os conceitos, tornando-os passíveis de apreensão processual, ou seja, o questionário é a materialidade de um esforço teórico-conceitual e de um esforço teórico-processual, vale dizer, os conceitos precisam ser traduzíveis em perguntas estáveis. (SENRA, 2005a, p. 101).

Dessa forma, serão obtidas as inscrições de primeira ordem, no âmbito das individualidades, integralmente projetadas pelos INEs visando à atenção aos objetivos da pesquisa.

Será preciso ir até os indivíduos e obter deles as respostas para as perguntas formuladas. Esse é sem dúvida, o ponto alto de toda pesquisa, mas, no caso da pesquisa estatística, a observação do fenômeno representado pelas variáveis do questionário, ocorrerá sem a presença dos idealizadores da pesquisa.

Será então necessário passar para outros essa tarefa, delegando seus olhares de pesquisadores para os entrevistadores que serão selecionados e treinados para agirem com toda objetividade, sendo-lhes negada qualquer interferência subjetiva, o que nem sempre é possível, mas que não chegam a interferir no produto final, considerando-se a lei dos grandes números (DESROSIÈRES, 2004).

Realizada a pesquisa e estando de posse dos registros individuais, na terceira etapa processual dá-se início às sucessivas agregações das inscrições obtidas na etapa anterior, buscando conformar, a partir de codificações e classificações previamente concebidas, muitas vezes já expressas no próprio questionário, as informações estatísticas para aquelas coletividades que foram inicialmente idealizadas. A partir destas agregações, cada vez mais se buscam traduções de ordem mais elevada com a construção de sínteses mais elaboradas.

Ressalta-se que a estruturação da informação estatística ocorre com a determinação dos critérios de codificação e de classificação, com os quais se assegura uma estabilidade mínima necessária para as informações de acordo com a equivalência idealizada. E sendo também imprescindível para a organização e recuperação da informação, a classificação, em função disso, será explicitada com mais detalhes em subseção posterior.

Com as informações estatísticas configuradas, é preciso avaliar sua qualidade, o que se faz na quarta e última etapa do procedimento estatístico. Aqui, então, são explorados os conteúdos revelados pelas estatísticas de forma a analisar se estão representando os fatos que se pretendiam conhecer e que foram os motivadores para a realização da pesquisa.

Significa que agora, a partir da demanda *ex ante*, aquela demanda fundadora da informação estatística tão desejada, se observa a conversão em uma oferta do que foi possível obter com base no princípio da ciência e da estabilidade mínima necessária para a transposição das individualidades, em virtude da conformação do coletivo, superando o aspecto que Senra (2005a) chama de “volátil e volúvel” daquilo que é desejado, já que pode ser ilimitado.

Dessa forma, a informação estatística é então disseminada, ou seja, ofertada em tabelas, quadros e gráficos exemplificando as possibilidades de representações que são “[...] levadas a cabo no sentido de permitir que muitas e distintas informações possam ser apreendidas sem maiores delongas e sem maiores esforços” (SENRA, 2005a, p. 107).

Importante ressaltar que sendo advindas de uma construção, certamente criteriosa, contando com o respaldo das ciências e de modernos processos de pesquisa, valendo-se de avançadas tecnologias, as informações estatísticas gozam de grande precisão. Como resultados da investigação estatística, ao final, expõem-se os “simulacros” da realidade que se pretendeu representar.

Mas, ser precisa não significa exatidão, sobretudo com a utilização em larga escala das técnicas de amostragem, sendo que até mesmo nos levantamentos censitários sempre haverá alguma imperfeição nos números. Entretanto, importa que se divulguem também os limites de precisão das informações estatísticas, que são calculados com base na teoria de probabilidades, identificando “o intervalo em que se tem uma probabilidade fixada de encontrar o valor “real”” (BESSON, 1995, p. 30).

No entanto, é preciso dizer ainda que para que novas significações sejam elaboradas a partir das primitivas expressões numéricas que foram inicialmente disponibilizadas, será necessário conhecer todo esse processo de elaboração e saber de que maneira foram construídas as coletividades (SENRA, 2005a).

Como a demanda por informações tem crescido e se diversificado intensamente nos últimos tempos, os INEs muitas vezes, em face das restrições que lhe são impostas, não conseguem implementar novas pesquisas. Entretanto, conseguem atender à algumas dessas demandas elaborando “novas” informações estatísticas, que são derivadas de pesquisas já existentes, a partir da conformação de bancos de dados especialmente construídos para essa finalidade. É o caso, por exemplo, de demandas de informações estatísticas para “idosos, crianças, adolescentes, dentre outros”, que podem ser obtidas, “perfeitamente, pela simples rearrumação dos resultados de diversas pesquisas” (SENRA, 2005a, p. 203).

As informações estatísticas, resultado de todo esse laborioso procedimento de construção, amparadas na ciência, por suas características intrínsecas, permite prever e antecipar, com algum grau de certeza, cenários futuros, contribuindo para diminuir a incerteza que a pós-modernidade trouxe para a vida em sociedade.

Na próxima subseção será abordado um dos elementos fundamentais para a produção das informações estatísticas, a classificação estatística, de modo a realçar sua importância, sobretudo porque subsidiará a percepção de como a Cultura está sendo por ela representada.

1.4 CLASSIFICAÇÃO ESTATÍSTICA

O estudo da classificação é um dos temas a que se dedica a Ciência da Informação, justamente por ser um dos instrumentos que possibilita organizar e representar a informação e o conhecimento, sendo, desta forma, essencial a todo Sistema de Recuperação da Informação - SRI.

Assim sendo, tem despertado o interesse de muitos pesquisadores da área. Interessam-lhes, sobremaneira, as classificações bibliográficas, construídas com base em abordagens filosóficas visando à sistematização do universo do conhecimento, e os diversos esquemas de classificação construídos para organizar os acervos de documentos, sejam livros, artigos, obras de arte e até os conteúdos veiculados pela *web* (SOUZA, 2006).

Além da CI, “[...] entre as tradições intelectuais que incluem uma reflexão teórica e empírica sobre a taxonomia figuram a estatística [...], a filosofia das ciências [...], a história natural, a lingüística, a sociologia e a antropologia, [...], o direito e inclusive a medicina” (DESROSIÈRES, 2004, p. 260, tradução nossa).

No fazer da estatística, a classificação desempenha papel de fundamental importância, pois se constitui como elemento imprescindível para a produção da informação estatística, auxiliando no tratamento dessa informação e servindo para organizá-la depois de produzida. E vale dizer que, a partir da análise da(s) classificação(ões) utilizada(s) na produção da informação estatística para a Cultura, será possível atender a um dos objetivos desta pesquisa no sentido de permitir a identificação da forma como a Cultura veio sendo representada pelas informações estatísticas oficiais.

Daqui em diante, direciona-se a atenção para as classificações estatísticas, que se inserem na tipologia que Starr (1992, p. 263, tradução nossa) nomeou de “classificações

oficiais”, já que muitas vezes utilizam “categorias oficialmente adotadas ou aprovadas pelo Estado e incorporadas ao direito e à administração”.

Ratificando esse raciocínio, Desrosières (2004) afirma que a estatística, à época em que era simples descrição dos fatos, apresentava uma vasta nomenclatura que tencionava ordenar a descrição do Estado. E, mais a frente, quando os tratados estatísticos foram começando a se consubstanciar em planos de classificação com informações majoritariamente quantitativas, tais classificações provêm das práticas administrativas.

Com efeito, o vínculo entre o Estado e a estatística era bem estreito, pois as informações estatísticas que derivavam do registro civil utilizavam as classes de equivalências contidas nos registros de nascimento, casamentos e óbitos, sendo, pois, categorias sólidas e permitindo o transporte das individualidades com estabilidade.

No entanto, quando deixa de se basear apenas nos registros administrativos, com a estatística construindo seus próprios registros, passa-se a definir outras categorias de classificação baseadas nessa construção. As equivalências previamente planejadas, muitas vezes, partem de alguma classificação já existente, mas outras vezes, é a própria equivalência que define implicitamente uma categoria de classificação (BESSON, 1995).

A estatística assume uma dimensão dupla que passa a orientar o trabalho taxonômico dos estatísticos: “[...] por uma parte, enquanto, tributários dos registros administrativos, trabalham sobre a construção e definição de categorias e sobre a codificação dos casos singulares, desde uma perspectiva que apresenta certa afinidade com a dos especialistas do direito ou da administração”. Mas, por outra parte, “[...] enquanto intérpretes de suas próprias formalizações tratam de inferir, a partir de construções matemáticas cada vez mais complexas, a existência de categorias subjacentes, reveladas por regularidades estatísticas” (DESROSIÈRES, 2004, p. 261, tradução nossa).

Entretanto, mesmo no caso da construção estatística, acrescenta Desrosières (2004, p. 271, tradução nossa), “[...] o tema da pesquisa, as perguntas formuladas e as nomenclaturas utilizadas estão marcadas pelas formas da ação pública dominantes em um dado país e em uma dada época”, o que reforça a idéia de fenômeno social, bem como justifica o fato de serem consideradas oficiais.

Por conta dessas marcas de nacionalidade, os organismos internacionais de estatística, sempre interessados nas possibilidades de comparação no tempo e no espaço, dedicam-se também a elaborar esquemas de classificação que atuam como forma de padronização da linguagem estatística. E definem o nível sobre o qual a comparação precisa

ser feita, que, em geral, situa-se nos primeiros níveis da estrutura hierárquica, de modo a permitir que nas categorias inferiores sejam contempladas as especificidades de cada país.

Com esse intuito, a ONU vem há muito orientando os países na construção, implementação e uso de suas próprias classificações estatísticas e disponibiliza esquemas gerais que, ao serem adotados, devem ser adaptados por cada país para uso em seu sistema estatístico. No Anexo B, encontra-se a lista de todas as classificações sob responsabilidade da ONU.

Quando a adoção de uma dessas classificações da ONU por algum país se dá respeitando a mesma estrutura hierárquica e as mesmas categorias, diz-se que esta é uma “classificação derivada” daquela. Mesmo sabendo-se, como dito acima, que a classificação elaborada no país, que foi derivada da ONU, abrigará as especificidades intrínsecas àquela realidade nacional, em um nível abaixo do estabelecido para as comparações internacionais.

No entanto, quando acontece de a adoção ocorrer apenas de forma parcial, com o país elaborando uma estrutura distinta para sua classificação, a esta refere-se como uma “classificação relacionada” com aquela da ONU e para que seja possível comparar as estatísticas produzidas no país, será necessária uma compatibilização prévia, chamada de harmonização das estatísticas.

Importa mais uma vez dizer que as classificações e as nomenclaturas utilizadas no fazer estatístico constituem um sistema básico de linguagens que assegura a coordenação entre a coleta das individualidades e as sucessivas agregações na etapa de produção, bem como na análise das informações estatísticas. Funcionam como esqueleto para a sustentação dessa informação e permitem a passagem do singular ao plural, respeitando as equivalências estabelecidas para chegar à convenção adotada.

Embora, muitas vezes sejam usadas como sinônimos, classificação e nomenclatura correspondem a conceitos distintos. Esta se define como uma lista objetiva de todos os termos que descrevem as características do fenômeno que será observado e que depois de algumas agregações, formam as categorias que o representam (MARTINEZ, 1994).

Visando a simplificar a tarefa de classificar as informações, no sentido de seu correto manuseio e até mesmo da automatização desse processo, a cada nome dos variados níveis da classificação são associados códigos numéricos para representar o nome, a nomenclatura, que está sendo utilizada nessas categorias.

Dessa forma, a codificação, ou seja, a atribuição de um código numérico da classificação a uma informação singular, é uma tarefa de suma importância e da qual depende em boa medida a qualidade da informação estatística. Pode-se perceber, assim, que a

classificação estatística auxilia a “coisificação” dos fatos e eventos a serem observados e também que as informações individuais só podem ser agregadas a partir de sua subsunção ao critério classificador.

Mas isso não é tarefa simples e, muitas vezes, no dia-a-dia da instituição oficial de estatística, ocorrem problemas de toda ordem, desde a descrição de uma informação singular que não se enquadra em nenhum dos códigos pré-estabelecidos, até sérias reclamações por parte da sociedade, originárias da insatisfação de se verem “enquadrados” em um código que não lhes agrada. Aí está a principal face de interação da classificação oficial com a sociedade, evidenciando que não pode ser pensada à parte da rede social na qual está inserida e que marca uma interessante diferença quando comparada com a classificação bibliotecária, porquanto aos livros nunca facultará reclamar da estante em que estão alocados.

Voltando à sequência da discussão, apresenta-se o conceito de classificação que implica a organização e a ordenação dos termos de uma nomenclatura em categorias hierárquicas, segundo critérios técnicos e com o objetivo de determinar a estrutura dentro da qual serão estabelecidos os diversos níveis de agregação (MARTINEZ, 1994).

Fundamental ainda explicitar que “[...] toda classificação está relacionada a um propósito e, como tal, este propósito tem que ser claramente definido antes da construção, adaptação ou adoção de uma classificação em qualquer contexto de aplicação” (SOUZA, 2006, p. 29).

Entretanto, esclarece-se que “[...] o processo de classificar é um processo meio que se desenvolve em base de dois referenciais básicos: a natureza da informação objeto de classificação e as características e necessidades específicas da comunidade usuária” (SOUZA, 2006, p. 29).

A classificação estatística obedece aos mesmos princípios das demais classificações, devendo ser completa de forma que as categorias abranjam todo o fenômeno; irreduzível de modo que nenhuma das categorias possua interseção com as demais, de forma que cada informação seja alocada a apenas uma categoria; e, deve preocupar-se, também, com a mútua exclusividade das características presentes nas informações, no sentido de que “apenas um princípio de divisão deve ser usado de cada vez para produzir as classes mutuamente exclusivas” (LANGRIDGE, 1977, p. 24).

Desta forma, as classificações estatísticas podem ser definidas como instrumentos lógicos que ordenam e categorizam características da realidade econômica e social, e se agrupam por temas, internacionalmente conhecidos como famílias. Assim, à família das classificações econômicas pertencem, por exemplo, as classificações de atividades

econômicas e a de produtos e, à família das classificações sociais pertencem a classificação de ocupações e da educação, entre outras.

No caso brasileiro, as classificações usadas no sistema estatístico estão sob a coordenação da Comissão Nacional de Classificações – CONCLA, que foi criada em 1994, com a finalidade de monitorar, definir normas de utilização e padronização das classificações estatísticas nacionais. A lista completa dessas classificações pode ser vista no Anexo C.

Neste ponto, destaca-se a implementação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, por parte do IBGE, que se constitui em uma linguagem comum às estatísticas econômicas. Fato que viabilizou a articulação das estatísticas econômicas no tempo e no espaço, permitindo comparações internacionais e nacionais. A CNAE é uma classificação derivada da *Internacional Standard Industrial Classification* – ISIC -, que pertence à família das classificações econômicas da ONU (GÓES, 1996).

Tal destaque se justifica porquanto ter sido a adoção da CNAE por parte do IBGE, no contexto do “Programa de Modernização das Estatísticas Econômicas”, o fato que motivou a criação da CONCLA. Justamente porque era necessário que os demais órgãos da administração pública, gestores de registros administrativos e/ou de cadastros de pessoas jurídicas, passassem a utilizar essa mesma classificação para que o “novo” sistema de informações econômicas pudesse ganhar eficiência e comparabilidade nacional, já que preconizava a existência de um cadastro estatístico, permanentemente atualizado, a partir do uso dos registros administrativos.

A partir da segunda metade dos anos noventa, os sistemas de informações econômicas do Brasil - constituídos tanto pelas estatísticas oficiais produzidas pelo IBGE como pelas informações de cadastros e registros de pessoa jurídica da Administração Pública, nas três esferas de governo – ganharam em qualidade e articulação com a progressiva adoção da CNAE, experiência pioneira, no País, de padronização nacional e harmonização internacional. A decisão de adotar a *Internacional Standard Industrial Classification* – ISIC como referência na elaboração da CNAE refletiu o objetivo de ampliar a comparabilidade das estatísticas nacionais. A versão original da CNAE foi publicada no DOU de 26/12/1994, sendo o IBGE o órgão responsável por sua manutenção e gestão (GÓES, 2006, s.p).

A CONCLA, cuja presidência e secretaria executiva são exercidas pelo IBGE, acabou se expandindo e atingindo a configuração atual em que é a curadora do Sistema de Classificação, isto é, responde por todas as classificações oficiais do país.

É nesse contexto, que a adoção da CNAE, com a conseqüente constituição da CONCLA, é considerada um marco para as estatísticas brasileiras, pois é a face mais visível da coordenação do Sistema Estatístico Nacional – SEN. É um fórum privilegiado no qual o IBGE, atuando como gestor da CNAE, coordena sua implementação e utilização, ao mesmo tempo em que delibera sobre diversos aspectos relacionados à CNAE e às outras classificações do SEN, juntamente com os demais órgãos integrantes da CONCLA.

Além dos representantes do IBGE, fazem parte do colegiado da CONCLA representantes de diversos ministérios e dos principais órgãos federais, seja porque têm sob sua responsabilidade a gestão de alguma das classificações oficiais, seja por utilizarem-nas em seus cadastros e registros administrativos. No quadro 1 encontra-se a relação dos ministérios que são membros da CONCLA.

Ministério de Minas e Energia
Ministério da Educação
Ministério da Saúde
Ministério do Trabalho e Emprego
Ministério da Previdência Social
Ministério dos Transportes
Ministério da Fazenda
Ministério da Agricultura e do Abastecimento
Ministério das Relações Exteriores
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministério do Desenvolvimento Agrário
Ministério do Esporte
Ministério do Turismo
Ministério do Meio Ambiente
Ministério da Ciência e Tecnologia
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Quadro 1 Relação dos Ministérios que compõem a CONCLA.

Fonte: CONCLA/IBGE.

A seguir, são apresentados trechos do Decreto nº 3.634, de 18 de outubro de 2000, no qual o artigo primeiro trata da competência da CONCLA, o artigo sétimo, trata dos assuntos a que deverá se dedicar e o artigo oitavo, diz respeito às obrigações dos integrantes da CONCLA. Visando a ressaltar os aspectos mais diretamente relacionados à coordenação realizada pelo IBGE, algumas partes do texto foram negritadas.

DA COMPETÊNCIA

Art. 1º Compete à Comissão Nacional de Classificação - CONCLA, órgão colegiado diretamente subordinado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do Decreto nº 3.500, de 9 de junho de 2000, alterado pelo Decreto nº 3.634, de 18 de outubro de 2000:

I - assessorar o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão na **supervisão do Sistema Estatístico Nacional - SEN**, atuando especialmente no estabelecimento e no monitoramento de normas e **padronização do Sistema de Classificação das Estatísticas Nacionais**; II - examinar e aprovar as classificações; III- expedir ato formalizando as classificações; e IV- atuar como curadora do Sistema de Classificação.

Art. 7º A CONCLA, para consecução de sua finalidade, deliberará sobre:

I - a aprovação de classificações e tabelas padronizadas para uso no Sistema Estatístico Nacional e nos cadastros e registros da Administração Pública;

II - a aprovação de regras e procedimentos necessários à efetiva padronização na aplicação das classificações e tabelas sob sua responsabilidade;

III - a definição do calendário de atualizações e revisões das classificações e tabelas no seu âmbito de atuação;

IV - a proposição de alteração de seu Regimento Interno;

V - a proposição de alteração na composição de seus membros;

VI - a definição das instituições gestoras das classificações e tabelas estabelecidas no âmbito de atuação da Comissão, de comum acordo com as mesmas;

VII - a criação de subcomissões técnicas de caráter permanente, com representação de órgãos das três esferas de Governo e/ou da atividade privada, para o exame de questões relativas às classificações, nas respectivas áreas de atuação, visando à ampliação da aplicação das classificações e de tabelas padronizadas sob sua gestão;

VIII - a criação de Grupos de Trabalho para a atualização e revisão das tabelas e classificações no âmbito de atuação da Comissão, visando à ampla participação de entidades públicas e privadas nas decisões a este respeito;

IX - a definição de prioridades dos assuntos a serem analisados; e

X - matérias que lhe sejam encaminhadas.

Art. 8º Aos órgãos e instituições definidos como gestores das classificações e tabelas cabe:

I - a gestão e manutenção das classificações e tabelas sob sua responsabilidade;

II - a disseminação das classificações e tabelas sob sua gestão, inclusive os respectivos instrumentos de apoio, sistematicamente atualizadas, por meio de mídias variadas;

III - o atendimento aos usuários das classificações e tabelas para dirimir dúvidas e ouvir sugestões de melhoria destes instrumentos;

IV - a organização e promoção dos trabalhos para atualizações e revisões das classificações, dentro de calendário aprovado pela CONCLA, inclusive convocação e coordenação das reuniões dos Grupos de Trabalho criados pela Comissão para este fim; e

V - a apresentação à CONCLA de propostas de atualizações e revisões das classificações e tabelas sob sua gestão para aprovação e divulgação, que será feita mediante resoluções publicadas no Diário Oficial da União. (CONCLA... , grifos nosso).

Retomando o eixo desta subseção e encerrando-a, é importante dizer que uma característica comum a todas as classificações e que se reveste de cuidadosa operação no caso das classificações estatísticas diz respeito às necessárias revisões de estrutura visando a se ajustarem às mudanças ocorridas no cenário temático a que se referem.

Dessa forma, para que não se perca sua efetividade tanto na produção das informações estatísticas quanto nos usos das demais esferas administrativas, o processo de revisão e implementação da nova estrutura de classificação, a ser desenvolvido por seu gestor, deve respeitar os princípios da transição sincronizada - para que não se percam os benefícios alcançados com a padronização; da continuidade das séries históricas - de modo a não comprometer as análises longitudinais e da transparência de ações - com a comunicação prévia a todos os usuários (GÓES, 2006).

Feito esse relato sobre a natureza da informação estatística e seus pressupostos básicos, espera-se já ter condições de tecer considerações acerca da Cultura como tema para a produção de estatísticas *vis à vis* as necessidades inerentes a esse fazer.

2 CULTURA: ASPECTOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (Karl Marx).

Objetiva-se para este capítulo dissertar sobre o vasto e complexo campo que a Cultura representa na atualidade, percorrendo sua evolução histórica e apresentando os aspectos que têm sido mais discutidos nas esferas administrativas e acadêmicas.

Perceber as variadas nuances acerca da Cultura contempladas nas referências bibliográficas utilizadas e nos estudos mais recentes em diversas áreas do conhecimento foi o caminho trilhado para construir o conteúdo aqui apresentado. Evidentemente, este capítulo não esgota as múltiplas abordagens encontradas, posto que muitas eleições foram feitas de modo a ajustar-se aos objetivos pretendidos.

Inicialmente, apresenta-se uma visão da dimensão que o termo Cultura encerra na atualidade e como foi se conformando através dos tempos. Em seguida, busca-se elucidar essa dimensão com a compreensão dos aspectos mais relevantes presentes nas discussões atuais para, em seguida, através do resgate das sucessivas evoluções que o termo Cultura alcançou através dos tempos, mostrar como se chegou à constituição contemporânea.

2.1- CONSIDERAÇÕES INICIAIS: A CULTURA NA ATUALIDADE

Logo de início, vale explicitar que a Cultura não é mais vista hoje em dia, “[...] como um bem de luxo, uma atividade para sexta-feira à noite ou os domingos de chuva, na qual os governos têm de gastar, mas sim um recurso para atrair investimentos, gerar crescimento econômico e empregos” (CANCLINI, 2005, s.p).

Na verdade, a Cultura está inserida em amplos debates, congregando diversas reflexões sobre sua dinâmica. Essa importância dada à Cultura, atualmente, tanto no cenário internacional quanto no nacional, representa o que Hall (1997) convencionou chamar de “virada cultural”, ao expressar o deslocamento da Cultura para o centro da vida intelectual,

política, jurídica e econômica das sociedades. Tal centralidade encontra esteio nas transformações ocorridas a partir das últimas décadas do século passado e no papel que desempenha como área constitutiva em todos os aspectos da vida social.

Não significa dizer que antes a Cultura não tivesse sua importância. A literatura comprova que como campo de estudos veio sendo considerada pelas Ciências Sociais e Humanas há bastante tempo. O que se está dizendo é que agora observa-se uma “centralidade substantiva” da Cultura no debate contemporâneo com larga expansão de tudo o que a ela é associado: “Por substantivo, entendemos o lugar da cultura na estrutura empírica real e na organização das atividades, instituições, e relações culturais na sociedade” (HALL, 1997, p. 15).

Trata-se, portanto, muito mais de alargamento de horizontes do que ruptura. Williams (1992) relaciona essa virada com o fato de a Cultura ser partilhada por todos na vida cotidiana, e não ser apenas restrita à elite. É o que na concepção de McCracken (2007) considera-se como “planta baixa” da atividade humana, que passa a determinar as diretrizes da ação social e da atividade produtiva, especificando comportamentos e objetos.

Sem dúvida uma das características mais marcantes da relevância da Cultura na sociedade contemporânea é essa natureza transversal sendo um elemento construtivo dos processos sociais. Essa noção de transversalidade está “consubstanciada em práticas, políticas e em estudos da sociedade contemporânea” (RUBIM, 2007, p. 115).

Por vezes predicada como pós-moderna, a Cultura na atualidade é marcada pela fragmentação entre múltiplas afiliações, preferências, papéis sociais, ecologia, diferenças étnicas e religiosas, orientação sexual, modos de vida, desigualdades societárias e de gêneros, entre outras. E também pela flexibilização das fronteiras entre erudito e popular, sem qualquer rastro de depreciação desta que, ao contrário, passa a ser valorizada, promovida e incentivada em função de sua diversidade de expressões.

Composta por um conjunto de manifestações, que na maioria das vezes tem origem em conhecimentos herdados e não apreendidos formalmente, a cultura popular representa os saberes e fazeres que integram o cotidiano doméstico, a religiosidade, o entretenimento e também as artes – literatura, dança, música, artes visuais etc. Sendo característica singular, autêntica e genuína de cada comunidade, povo ou nação, a cultura popular ao se unir à cultura erudita possibilita o reconhecimento da identidade cultural que os diferencia e que dá ao indivíduo a noção de pertinência a uma dada cultura. Desta forma, a cultura é o eixo organizador e estruturante da formação e de expressão de identidades.

Considerando-se a exposição feita até aqui é possível perceber o valor adquirido e o espaço ocupado pela Cultura nos últimos tempos. Outro fator dessa percepção são os inúmeros estudos que vêm sendo desenvolvidos e que articulam a Cultura com outras dimensões das Ciências Sociais e Humanas, formando díades conceituais que envolvem: Cultura e Educação; Cultura e Sociedade; Cultura e Informação; Cultura e Comunicação; Cultura e Psicologia; Cultura e Política; Cultura e Desenvolvimento; Cultura e Economia; Cultura e Diversidade dentre outras possibilidades.

Interessante notar que os conceitos se combinam, se interrelacionam e alteram seus papéis de forma que ora um aparece como adjetivo do outro e vice-versa, criando novos significados que impõem distintas abordagens, mas que vão sempre acentuando a transversalidade e importância da Cultura. Isso pode ser verificado nestes dois exemplos: Cultura da informação ou informacional e Informação cultural; Cultura política e Política cultural.

Percebe-se, pois, que focar a Cultura através de subâmbitos foi a maneira até agora encontrada para estudá-la academicamente e para produzir informações de modo a se alcançar algum conhecimento a seu respeito. Exatamente com tem sido feito na Ciência da Informação com os estudos da informação. No entanto, a Cultura é muito maior que o conjunto que se forma ao reunir as partes consideradas acima.

E, ainda que se reconheça a relevância de cada uma dessas díades para as Ciências Sociais, não se pretende dissertar sobre todos os aspectos que conformam a Cultura como campo de estudo na atualidade, porquanto há os que se distanciam dos objetivos pretendidos nessa pesquisa, como é o caso de Cultura e Psicologia, por exemplo.

Na abrangência desta subseção, segue-se à explanação da relação entre Cultura e Sociedade e logo depois entre Cultura e Desenvolvimento. Outras relações serão abordadas nas subseções subsequentes.

A partir das transformações econômicas ocorridas desde o começo dos anos 1970, “a vida cotidiana das pessoas comuns foi revolucionada”, mas não de forma “regular ou homogênea”. Observa-se no cenário contemporâneo da vida em sociedade:

[...] o declínio do trabalho na indústria e o crescimento dos serviços e outros tipos de ocupação, com seus diversos estilos de vida, motivações, ciclos vitais, ritmos, riscos e recompensas; o declínio das perspectivas de ‘carreira’ e dos empregos vitalícios dando lugar ao que tem sido chamado de ‘flexibilidade no emprego, mas que, freqüentemente, constitui uma questão de desemprego não planejado; as mudanças no tamanho das famílias, nos padrões de diferenças de geração, de responsabilidade e autoridade dos pais; o declínio do casamento numa época de incremento do divórcio, o aumento de famílias uniparentais e a diversificação de

arranjos familiares; o envelhecimento da população, com seus dilemas acerca de uma terceira idade mais longa sem a ajuda do cônjuge, sustentada por generosos programas nacionais de seguros, sistemas públicos de saúde e outros sistemas de benefícios estatais; a redução das tradicionais idas à igreja e da autoridade dos padrões morais e sociais tradicionais e das sanções sobre as condutas dos jovens; os conflitos de gerações em consequência da divergência entre jovens e adultos, entre o declínio da ética puritana, de um lado e o crescimento de uma ética consumista hedonista, de outro (HALL, 1997, p. 18- 19).

Note-se que essas transformações já foram comentadas no capítulo anterior, mas vale detalhá-las como feito acima, por conta de esclarecer que a Cultura vai se reconfigurando por todas essas alterações ocorridas nas culturas da vida das pessoas. Em função do seu caráter dinâmico, adapta-se a essa nova tecitura do social, ao mesmo tempo em que serve de instrumento de adaptação com seus sistemas de significados simbólicos. Desta forma, ao perpassar cada uma das expressões da vida social, a Cultura forma instâncias que se colocam no meio de todas as relações sociais.

Na realidade, a Cultura se constitui como uma condição para a existência de práticas sociais, o que é corroborado pela visão de Hall (1997, p. 27) de que “toda prática social tem uma dimensão cultural” e de que esta tem “papel constitutivo na formação de identidades e subjetividades”. Mas falar de contemporaneidade implica situar que tais transformações têm relação direta com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação e, mais recentemente, com as mídias digitais e a profusão das redes interativas. A conectividade em rede criou um ambiente universal de convivência, uma comunidade sem delimitação territorial, sem quaisquer fronteiras, o ciberespaço.

No entender de Guimarães Jr. (1997, s.p.), o ciberespaço constitui-se “[...] em um novo espaço de sociabilidade, que acaba gerando novas formas de relações sociais, com códigos e estruturas próprias”. Trata-se de novos códigos, porém “[...] não são completamente inéditos, mas sim uma reformulação e uma ressemantização das formas conhecidas de sociabilidade, adaptadas às novas condições, tanto de espaço/tempo virtuais, quanto de agentes sociais dinâmicos, cuja capacidade de metamorfose é levada às últimas consequências”.

Neste ambiente, em que o dia-a-dia social e por extensão cultural, está cada vez mais condicionado pelo ciberespaço, entendido como esse novo espaço de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores, emerge o neologismo – cibercultura. Esta é definida como sendo o “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamentos e valores”, o que vai ao encontro da assertiva de

Guimarães Jr. quando diz que “a universalização da cibercultura propaga a co-presença e a interação de quaisquer pontos do espaço físico, social ou informacional” (LÉVY, 1999, p. 17-47).

Então, tomando a Cultura como constituinte das relações sociais e, portanto, indissociável da vida em sociedade, cumpre acrescentar que vem sendo considerada como fator de desenvolvimento e sustentabilidade tanto em países menos desenvolvidos, quanto nos consagrados países do primeiro mundo.

Lugar comum nos debates contemporâneos, essa relação entre Cultura e Desenvolvimento, tem sido quase sempre ressaltada em função da geração de renda e de empregos e da promoção da coesão social que o setor cultural vem possibilitando.

Nessa abordagem a Cultura e o desenvolvimento são vistos somente pela ótica da Economia. Contudo, há duas formas de se considerar o desenvolvimento. Uma é essa já citada que entende o desenvolvimento como um processo de crescimento econômico a qual Sen A. (2001) considera como “noção opulenta do desenvolvimento”. A outra seria a que considera como “noção de desenvolvimento da liberdade real”, na qual entende o desenvolvimento como um processo que enfoca o progresso social e econômico e que enriquece a “liberdade real” dos envolvidos na busca de seus próprios valores. Considera ainda que essas duas noções de desenvolvimento diferem em termos dos seus princípios e também na prática (SEN A., 2001).

Não por acaso a Cultura é vista como “quarto pilar” do desenvolvimento. Termo cunhado por Hawkes (2001), justifica a importância da Cultura na gestão pública, possibilitando tanto a avaliação do passado como o planejamento do futuro, uma vez que os valores da sociedade constituem a base sobre a qual tudo é construído. Assim, Hawkes acrescenta aos três pilares já consagrados – economia, sociedade e meio ambiente – a Cultura formando os quatro pilares sobre os quais o desenvolvimento sustentável deve se apoiar.

Considerando que o passado é elemento essencial de compreensão do presente, a seguir faz-se um relato da evolução que o termo Cultura foi adquirindo ao longo do tempo, mostrando como deixou de representar os processos de cultivo da terra ou de criação de animais para representar esse modo de vida global e característico dos grupos sociais.

2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CONCEITO

Sem a existência da cultura, [...] o *homo sapiens* não seria mais do que um antropóide terrícola, ligeiramente diferente na estrutura e um pouco superior na inteligência, porém irmão do chimpanzé e do gorila (Ralph Linton).¹⁶

Pensando em seus primórdios, em como surgiu a cultura, Laraia (2001) utiliza-se das idéias de dois antropólogos para explicar sua origem. Interessado na compreensão da aquisição desse processo que faz do homem um ser diferente de todos os animais, Lévy-Strauss “considera que a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, a primeira norma”, que para ele seria “a proibição do incesto, padrão de comportamento comum a todas as sociedades humanas”. Já Leslie White “considera que a passagem do estado animal para o humano ocorreu quando o cérebro do homem foi capaz de gerar símbolos” (LARAIA, 2001, p. 54-55). E traz, nas palavras desse antropólogo norte-americano, a seguinte explicação:

Todo comportamento humano se origina no uso de símbolos. Foi o símbolo que transformou nossos ancestrais antropóides em homens e fê-los humanos. Todas as civilizações se espalharam e perpetuaram somente pelo uso de símbolos... Toda cultura depende de símbolos que torna possível a sua perpetuação. Sem o símbolo não haveria cultura, e o homem seria apenas animal, não um ser humano... O comportamento humano é o comportamento simbólico. Uma criança *Homo* torna-se humana somente quando é introduzida e participa da ordem de fenômenos superorgânicos que é a cultura. E a chave deste mundo, e o meio de participação nele é o símbolo. (WHITE, apud LARAIA, p. 55)

As explicações para o surgimento da cultura têm tanto natureza física quanto social. Algumas destas tendem a admitir que cultura tivesse surgido de repente e como que de um salto o homem deixou a natureza animal e chegou à humanidade. No entanto, com estudos posteriores a ciência veio a mostrar, através de um axioma de Leibniz, que nada na natureza ocorre num repente e dessa forma, “o salto da natureza para a cultura foi contínuo e incrivelmente lento” (LARAIA, 2001, p. 57).

¹⁶ Linton, R. (1961, p. 91). *Estudio del hombre*. México: Fondo de Cultura Económica – Tradução nossa.

Diante do fato de que o cérebro humano media bem menos que a metade do tamanho médio atual, estudiosos concluíram que a maior parte do crescimento cortical humano foi posterior ao início da cultura. Laraia (2001, p.57) acrescenta que esses estudos sobre a natureza humana permitiram atestar que o “homem se torna, assim, não apenas o produtor da cultura, mas também, num sentido especificamente biológico, o produto da cultura”.

Então, desde que o homem passou à condição de ser cultural e desenvolveu-se a partir de sua conduta transformadora da natureza para adaptar-se a ela, a Cultura passa a surgir como termo. Como conceito, vem há muito se transformando, sendo hoje marcado por uma abrangência e uma plasticidade consideráveis, tendo um caráter multidimensional, embora sempre mantendo um quê de transcendência, pois continua sendo identificada como o meio que possibilita alcançar um nível mais elevado do que o simples estado da existência humana.

Ressalta-se que as alterações semânticas de um termo nunca ocorrem por acaso, sendo quase sempre indicativas de mudanças nas ideias, nas instituições e na própria sociedade, tratando-se, portanto, de um fenômeno histórico.

Arendt diz que a palavra ‘cultura’ surgiu em Roma – *colere* – significando “[...] cultivar, habitar, tomar conta, criar e preservar e relaciona-se essencialmente com o trato do homem com a natureza no sentido do amanho e da preservação da natureza até que ela se torne adequada à habitação humana”. Poderia ainda indicar cuidado carinhoso com a terra, estendendo-se para designar “outrossim o ‘culto’ aos deuses e o cuidado com aquilo que lhes pertence” (ARENDR, 1972, p. 265).

Williams (1992), também recorrendo à evolução histórica desse termo, que caracteriza como “excepcionalmente complexo”, realça que, inicialmente, representava um “*processo* – cultura (cultivo) de vegetais ou (criação e reprodução) de animais e, por extensão, cultura (cultivo ativo) da mente humana”.

Todavia, a utilização da palavra para designar os sentidos do espírito e da alma, segundo Arendt (1972, p. 265), foi inaugurada por Cícero: “Ele fala de um *excolere animum*, cultivar o espírito, e de *cultura animi* no mesmo sentido em que falamos ainda hoje de um espírito cultivado [...] resultado da educação em Filosofia”.

Na Idade Média, os que se dedicavam aos estudos, acreditavam que ‘cultivavam’ também o coração e assim o termo cultura foi associado, nessa época, ao ‘desenvolvimento do coração’. No século XVII, o conceito evolui para uma cultura psicológica, mas ainda circunscrita à mente. E, em fins do século XVIII, se torna “um nome para *configuração* ou *generalização* do ‘espírito’ que informava o ‘modo de vida global’ de determinado povo”. Williams (1992, p. 10) segue dizendo que o termo no plural, ‘culturas’ muito empregado

atualmente, surge com Herder, com intenção expressa de “diferenciá-lo de qualquer sentido singular ou, como diríamos hoje, unilinear de ‘civilização’”.

De fato, durante certo tempo, cultura e civilização eram usadas como sinônimos. Nas palavras de Braudel (2004, p. 27), “civilização se opõe, de um modo geral, a barbárie”, designando “a um só tempo valores morais e valores materiais”. Porém, não tardou a tentar impor-se uma diferenciação entre “cultura e civilização, de modo que uma se encarregue da dignidade do espiritual e a outra, da trivialidade do material”. Cultura passava a representar “os princípios normativos, os valores, os ideais” e Civilização “um conjunto de conhecimentos técnicos e de práticas, uma coleção de meios para atuar sobre a natureza”.

Na prática, porém, diante da dificuldade que isso representava passou-se, de fato, a não mais utilizá-las como sinônimos, mas a utilizar uma ou outra de acordo com a feição que melhor convinha, sem uma distinção clara entre as duas.

Ainda segundo Braudel, “na Alemanha, depois de certa flutuação, a distinção resultará em uma espécie de primado concedido à cultura (*Kultur*) e uma desvalorização consciente de civilização”. A complicação desaparece de vez, por volta de 1850, com o surgimento do adjetivo *cultural*, designando “o conjunto do conteúdo abrangido ao mesmo tempo por civilização e cultura”. E dessa forma,

dir-se-á de uma civilização (ou de uma cultura) que ela é um conjunto de *bens culturais*, que seu território geográfico é uma área cultural, sua história é uma história cultural, que os empréstimos tomados por uma civilização a outra são empréstimos ou transferências culturais, podendo ser tanto materiais quanto espirituais. (BRAUDEL, 2004, p. 28).

Hell (1981, p. 4) apontando para outras denotações para cultura, ainda no século XIX, mostra que na realidade as noções de civilização e de cultura se fundem, passando a representar por um lado, “[...] ação de civilizar; estado que é civilizado, isto é, conjunto das opiniões e de costumes que resulta da ação recíproca das artes industriais, da religião, das belas-artes e das ciências” e por outro o surgimento de cultura como “termo técnico” surgido nos estudos antropológicos na metade do século XIX.

Eagleton (2005, p. 43) acrescenta ainda que nessa época “cultura como civilidade é o oposto de barbarismo” e diz que foi Herder quem primeiro utilizou o termo cultura “no moderno sentido de uma *cultura de identidade*: um modo de vida sociável, populista e

tradicional, caracterizado por uma qualidade que tudo permeia e faz uma pessoa se sentir enraizada ou em casa”.

Os fenômenos sociais ocorridos nesse período vão influenciar sobremaneira a forma como a Cultura passará a ser vista no século XX, fala-se do século

[...] do desenvolvimento industrial, da divisão do trabalho, da especialização cada vez mais diversificada do saber positivo, da autonomia do político, da prioridade concedida, por bem ou por mal, à economia, não mais em seu sentido original, como organização e conduta da casa, mas sim como conjunto das atividades de uma coletividade humana visando à produção e ao consumo das riquezas. (HELL, 1981, p. 74-75).

E assim as definições no início desse século giram em torno do modo de vida social nos respectivos grupos. Mas note-se que em 1871, Tylor apresentando esta definição - “Cultura é todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, direito, moral, costumes e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como um membro da sociedade” (TYLOR, 1871, apud EAGLETON, 2005, p. 55), inaugura uma nova consciência da cultura que veio se mantendo com pequenas variações ao longo do século XX e é basicamente o que se entende hoje por Cultura, como poderá ser verificado no conteúdo que segue.

No início do século XX, baseado nos estudos do antropólogo americano Clark Wissler, emerge a noção de que Cultura representa todas aquelas atividades sociais num sentido bem mais amplo, como a linguagem, o casamento, o sistema de propriedade, a etiqueta, as indústrias, a arte etc.

É, pois, a partir da segunda metade do século XX, como ressalta Hall, que a noção de cultura se expande e assume um “papel constitutivo, em todos os aspectos da vida social”. E chama a atenção para o fato de que “vem ocorrendo uma ‘revolução cultural’ no sentido substantivo, empírico e material da palavra” e também para o fato de que

[...] o domínio constituído pelas atividades, instituições e práticas expandiu-se para além do conhecido. Ao mesmo tempo, a cultura tem assumido uma função de importância sem igual no que diz respeito à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, aos processos de desenvolvimento do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais (HALL, 1997, p. 16).

Assim, do ponto de vista sociológico, para Williams (1992, p. 13) a cultura é definida como “[...] sistema de significações mediante o qual necessariamente uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada” e a estende para ‘modo de vida global’ mesclando os sentidos sociológico e antropológico de cultura. E apresenta outro ponto de vista citando Wedon, “cultura não é uma esfera, mas uma dimensão de todas as instituições econômicas, sociais e políticas. Cultura é um conjunto de práticas materiais que constituem significados, valores e subjetividades”.

O que em essência, porém, com a utilização de outras palavras, está expresso na definição adotada pela Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, em 1995:

[...] cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, 1995, p. 1)¹⁷.

Essa definição, por mais que seja aceita e utilizada nos estudos antropológicos e sociológicos, é de pouca utilização para a produção estatística, posto que reúne todas as práticas sociais, e não se dispõe de uma teoria geral da sociedade.

De fato, “a Cultura hoje, pós monovisão antropológica e simbólica, é bastante complexa e possui fortes interseções com outras áreas como o direito, a tecnologia e a economia” (CRIBARI, 2009, p. 12). Fato que leva à revelação de diversas conotações, traduções que ocorrem em função daquele que a toma como área de interesse e dos objetivos pretendidos.

Muitos autores enfatizam essa dificuldade em se estabelecer uma única definição para a Cultura, o que leva a reduzir-se a complexidade e a abrangência que o conceito encerra, atribuindo-lhe definições que se coadunam com os objetivos pretendidos, visando à sua operacionalização. Não por acaso, Eagleton (2005, p. 9) afirma que “cultura é considerada uma das duas ou três palavras mais complexas”, o que se traduz na dificuldade em defini-la, expressa anteriormente.

¹⁷ Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000115.pdf>, acesso em 15/05/2010.

Mas, vale lembrar que a existência de conceitos e definições científicos é um dos pressupostos do fazer estatístico. E tanto a definição que se viu anteriormente é muito ampla, envolvendo aspectos imateriais como os valores intangíveis da Cultura, que por certo se opõem à idéia de quantificação.

Uma vez que se tenha mostrado a transformação das noções de Cultura através dos tempos, enunciando a compreensão alcançada hoje em dia, passa-se a tratar de outros aspectos que ressaltam sua importância nos dias atuais e que são indispensáveis para a compreensão do todo que a Cultura envolve.

A associação entre Economia e Cultura será tratada no próximo item. É, sem dúvida, um dos aspectos contemporâneos da Cultura que tem relação direta com a demanda por informações estatísticas.

2.3 INDÚSTRIA CULTURAL E ECONOMIA DA CULTURA

Na trajetória evolutiva da noção de Cultura, o século XIX é marcado pela formação de diversas práticas e de consumos culturais. A produção cultural era garantida em sua maioria pelo mecenato e pelo poder público, em alguns casos. E, mesmo quando uma ou outra obra era comercializada, esta não era vista como mercadoria e seu consumo impulsionava a livre circulação da mesma, objetivando apenas a contemplação.

No entanto, com o avançar da industrialização e do capitalismo, a partir do surgimento de novos meios de comunicação, no século XX, tanto o público consumidor quanto a possibilidade de colocar os bens culturais na esteira da produção seriada se expandiram significativamente, causando o que se chamou de massificação da cultura. Veículos como o cinema, o rádio e a televisão, ganharam notório destaque e foram responsáveis, em grande parte, pela homogeneização dos padrões da cultura.

Variadas configurações culturais existentes até então foram sendo descaracterizadas ou passaram a ser sinônimos de Cultura de Massa, subsumidas a esse termo amplo, como é o caso da cultura popular (oposta à cultura da elite ou erudita). Fato que Fideli (2008, s.p) ratifica ao definir cultura de massa com a seguinte assertiva: “cultura de massa em nossos dias

é um conceito amplo, que abrange por muitas vezes a toda e qualquer manifestação de atividades ditas populares. Assim sendo, do carnaval ao rock, do jeans à coca-cola, das novelas de televisão às revistas em quadrinhos, tudo hoje, pode ser inserido no cômodo e amplo conceito de cultura de massa”. Vale ressaltar que a expressão "cultura popular" já existia no século XIX, significando a educação e cultura das classes mais baixas.

Os meios de comunicação de massa produziram, de acordo com Coelho (1993, p. 36) “uma estrutura cultural que se torna impositivamente comum ao número dos atingidos por esses meios, razão pela qual é possível falar na existência de uma cultura de massa e de meios de comunicação de massa”.

Chegar a uma definição mais precisa de cultura de massa e sociedade de massa é tarefa complexa, pois como se lê na afirmativa abaixo,

não se sabe bem o que é *massa*. Ora é o povo, excluindo-se a classe dominante. Ora são todos. Ou é uma entidade digna de exaltação, à qual todos querem pertencer; ou um conjunto amorfo de indivíduos sem vontade. Pode surgir como um aglomerado heterogêneo de indivíduos, para alguns autores, ou como entidade absolutamente homogênea para outros. O resultado é que o termo "massa" acaba sendo utilizado quase sempre conotativamente quando deveria sê-lo denotativamente, com um sentido fixado, normalizado. Essa situação tem levado a dizer-se que não existe cultura de massa: primeiro porque "isso" não seria uma cultura (seria cultura negativa) e, depois, porque "massa" é uma entidade inexistente. E que, de todo modo, ela não existe mesmo porque não é *da* massa, pois não é feita *pela* massa: haveria apenas uma cultura *para* a massa (COELHO, 1993, p. 13).

Independente desse ponto de vista os termos seguiram tendo ampla utilização. Para Arendt (1972) a cultura de massa é de maneira lógica a cultura de uma sociedade de massa. Embora também não defina qualquer dos termos, essa autora trata de uma questão central que é o preconceito que havia inicialmente para ambos. Posto que fossem “empregados com um enérgico senso de reprovação – implicando ser a sociedade de massas uma forma depravada de sociedade, e a cultura de massas, uma contradição em termos -, eles se tornaram hoje em dia respeitáveis” (ARENDR, 1972, p. 249).

Na verdade, as expressões ‘Cultura de massa’, ‘Massificação da Cultura’, ‘Meios de comunicação de massa’, ‘Sociedade de Massa’ e ‘Indústria Cultural’, foram criadas para exprimir efeitos ou funções do fenômeno do processo de industrialização. Mas, é a partir das mudanças que esta ocasiona ao modo de produção e também à forma do trabalho humano, que vai se configurar,

um tipo particular de indústria (a cultural) e de cultura (a de massa), implantando numa e noutra os mesmos princípios em vigor na produção econômica em geral: o uso crescente da máquina e a submissão do ritmo humano de trabalho ao ritmo da máquina; a exploração do trabalhador; a divisão do trabalho. Estes são alguns dos traços marcantes da sociedade capitalista liberal, onde é nítida a oposição de classes e em cujo interior começa a surgir a cultura de massa. Dois desses traços merecem uma atenção especial: a reificação (ou transformação em coisa: a coisificação) e a alienação (COELHO, 1993, p. 6).

Explica Saraiva, que o conceito Indústria Cultural surge, em 1947, na escola de Frankfurt, por Adorno e Horkheimer, no livro *Dialética do Esclarecimento*, ao analisarem essa conversão da cultura em mercadoria, pois não lhes agradava a massificação da Cultura. No entanto, tais autores não chegaram a uma definição desse conceito. Criticam a padronização dos conteúdos simbólicos que derivam da reprodução da criação cultural. Quando criaram esse termo ‘indústria cultural’ tinham em mente o fato de que os produtos que daí originariam seriam também o que determinaria o próprio consumo. Já para Getino (2007) essa nova indústria seria, ao mesmo tempo, expressão e cúmplice da sociedade capitalista e estaria exercendo o papel específico de portadora da ideologia dominante legitimando e dando sentido ao conjunto do sistema.

Nessa época, no dizer de Saraiva (2007), o pensador Augustin Girard afirmara haver indústria cultural “toda vez que a representação de uma obra é transmitida ou reproduzida por técnicas industriais”, e pouco depois, em 1982, Ari Anverre sustentara existir indústria cultural “quando os bens e serviços culturais se produzem, se reproduzem, se conservam e se difundem segundo critérios industriais e comerciais” (SARAIVA, 2007, p. 30).

Os primeiros a perceberem o valor econômico dos produtos culturais foram os Estados Unidos, segundo Tolila, desde que se

[..] operasse o seu desenvolvimento para a massa e de que não se imiscuíssem questões de legitimidade cultural, tais como eram praticadas ou debatidas pelas “elites” que, sob hipótese alguma poderiam constituir mercados tão atraentes quanto a imensidão da classe trabalhadora, de nativos ou imigrantes [...] (TOLILA, 2007, p. 47).

Essa cultura industrializada somada aos conteúdos massificados difundidos pelos meios de comunicação vai formar a indústria da diversão de massa (SANTOS, 2010),

relacionada à dinâmica social que se caracteriza pela existência humana dentro de um contexto de alienação.

Mas, a arte e a cultura em geral, na visão de Marcuse (1970), deveriam ter o fim precípuo de levar o indivíduo à reflexão fazendo-o pensar em sua vida e buscar o melhor para si ao aguçar seu sentido crítico, o que se opunha aos interesses do capitalismo. Por isso, desde a década de 1940 começaram a surgir muitas críticas à cultura de massa, no sentido de que provoca a alienação do indivíduo, deixando-o desprotegido e a mercê das elites dominantes que, em geral, eram as proprietárias das grandes indústrias culturais. Toda crítica assenta-se, pois, na idéia de que a cultura de massa seria responsável pela homogeneização do comportamento humano, baseadas na idéia de Santos de que “Pessoas alienadas não criticam ou questionam, mas sempre se deixam levar pela onda do momento” (SANTOS, 2010, p. 4).

A alienação e a padronização dos comportamentos causados pela reprodução e difusão dos bens e serviços culturais animaram muitos debates em torno das indústrias culturais. Em todos os tempos houve aqueles que a criticavam, argumentando inclusive que tal fato levaria ao fim das belas artes. Porém, também houve aqueles que a defendessem como uma forma de democratização do acesso à cultura, com os argumentos de que o consumidor não é tão ingênuo a ponto de aceitar tudo com passividade, deixando-se levar apenas pelas mensagens recebidas, sem qualquer reflexão sobre eles. Seguiam suas defesas lembrando que nesse jogo simbólico havia de se pensar nos valores morais e padrões comportamentais oriundos do meio cultural em que estavam inseridos.

Há, ainda, as indagações acerca de que embora na sociedade da comunicação e informação haja mais acesso à cultura que em épocas anteriores, este acesso seria descompensado justamente pela mesma cultura de massa que democratiza o acesso, uma vez que esta seria responsável por diminuir a capacidade dos indivíduos de processar as informações relevantes, de forma adequada.

Sintetizando essa discussão em torno das questões ligadas à massificação da cultura e da indústria cultural, transcreve-se abaixo o pensamento de Coelho:

Para os adversários da indústria cultural — aqueles que Umberto Eco chamou de *apocalípticos*: os que vêem na indústria cultural um estado avançado de "barbárie cultural" capaz de produzir ou acelerar a degradação do homem — essa função seria a alienação. Inversamente, para os adeptos dessa indústria, ou os que a toleram — os *integrados* — essa função central seria a mesma de toda produção cultural: a revelação, para o homem, das significações suas e do mundo que o cerca (com a diferença de que essa revelação se faria agora mais depressa e para maior número de pessoas, dada a tecnologia utilizada). De um lado, portanto, estão os que

acreditam, [...] que essa indústria desempenha as mesmas funções de um Estado fascista e que ela está, assim, na base do totalitarismo moderno ao promover a alienação do homem, entendida como um processo no qual o indivíduo é levado a não meditar sobre si mesmo e sobre a totalidade do meio social circundante, transformando-se com isso em mero brinquedo e, afinal, em simples produto alimentador do sistema que o envolve. Do outro lado, os que defendem a idéia segundo a qual a indústria cultural é o primeiro processo democratizador da cultura, ao colocá-la ao alcance da massa — sendo, portanto, instrumento privilegiado no combate dessa mesma alienação (COELHO, 1993, p. 14).

Nas últimas décadas do século passado (1980 e 1990), o debate volta a esquentar com a globalização dos mercados. A globalização econômica vincula-se a globalização cultural, temendo-se uma homogeneização da cultura em função da inexistência de fronteiras, acarretando uma cultura supra nacional, dita universal. A cultura passa a ser vista como mercadoria produzida e consumida à escala global.

Braudel se pôs a questionar essa mundialização da cultura da seguinte forma:

Ora, esse fenômeno da difusão dos bens culturais comuns a toda a humanidade assume no mundo atual uma amplitude singular. Uma técnica industrial que o Ocidente criou é exportada para o mundo inteiro, que a acolhe com frenesi. Irá ela impondo por toda parte a mesma fisionomia – edifícios de concreto armado, de vidro e de aço, aeródromos, estradas de ferro com suas estações e seus alto-falantes, cidades enormes que, aos poucos, se apoderam da maior parte dos homens - , irá ela unificar o mundo? (BRAUDEL, 2004, p. 29).

A indagação do autor é reforçada pela ideia hoje comum de que a conjuntura atual reforça a ausência de referenciais identitários. No entanto, há estudos sociológicos que comprovam, justamente, que essa ausência vai desencadear uma verdadeira busca de reafirmação das identidades locais e da identidade nacional.

Ou seja, todo esse debate ainda está longe de um ponto final. Configura-se, pois um momento de inflexão na sociedade pós-moderna, que Lyotard (2009) caracteriza como um período de transição e de transformação social vinculado ao fim da sociedade industrial em que se fragmenta e reconfigura o poder que resultam em novas identidades políticas e sociais.

Para tanto, é imperativa a compreensão das transformações ocorridas nos âmbitos da tecnologia, da cultura e da interação global advindas da informatização da sociedade, assim como do surgimento de recursos virtuais e das redes eletrônicas de comunicação, possibilitados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Toda essa problemática embora muito interessante, afasta-se do objetivo desta pesquisa, razão pela qual não será tratada com mais profundidade.

Seguindo adiante nos interesses deste estudo, importa dizer que a indústria cultural, mesmo que não sendo exatamente igual aos ramos das atividades econômicas tradicionais, também passou a ser orientada ou guiada pelo mercado. Assim surge outro setor econômico, o setor cultural.

Neste setor, Tolila (2007, p. 29) adverte que as considerações especulativas desempenham um papel mais importante que nos outros setores, e delas sobressaem o “valor da informação, a capacidade de interpretá-lo, o controle de seus circuitos”.

A partir daí, desenvolvem-se estudos para analisar a Cultura como geradora de emprego e renda, em associação direta à teoria econômica.

Convém, porém, dizer que durante muito tempo o setor cultural foi sendo ignorado pela teoria econômica clássica, pois de acordo com Tolila, sua produção era inserida na categoria luxo. Na verdade, o setor era considerado atípico em relação às “leis” fundamentais que regem o modo de produção e de consumo capitalista. “Para os pais fundadores da economia política, Smith e Ricardo, os gastos nas artes abarcam apenas os lazeres e não poderiam contribuir para a riqueza das nações; para os economistas “respeitáveis”, portanto, eles não mereceriam um dispêndio de energia intelectual” (TOLILA, 2007, p. 25).

Como analisa Benhamou (2007, p. 17), a Economia demorou a despertar interesse efetivo pelas Indústrias Culturais, devido ao senso comum da área de “considerar que essas fariam parte da economia industrial”. A autora explica que foram os estudos de alguns economistas, como o elaborado por “William Baumol e William Bowen sobre a economia do espetáculo ao vivo”, assim como “os de Gary Becker sobre o consumo de bens cuja apreciação aumenta com o passar do tempo”, que propiciaram o estabelecimento da Economia da Cultura. Definindo que esta se baseará na análise de fatores como “[...] efeitos externos, investimentos de longo prazo, especificidade da remuneração, envolvendo um forte elemento de incerteza, a utilidade marginal crescente, importância da ajuda pública ou privada”.

Dessa forma, a Economia da Cultura foi se consolidando,

[...] até obter um reconhecimento institucional de que é testemunho a publicação, em 1994, de um *survey* de David Throsby no *Journal of Economic Literature*. Três fatores contribuíram para esse reconhecimento: o surgimento de uma propensão a gerar fluxos de rendas ou de empregos, a necessidade de avaliação das decisões culturais e, no plano teórico, a evolução da economia política para campos novos (economia das atividades sem fins lucrativos, revisão do pressuposto de

racionalidade, economia das organizações, economia da informação e da incerteza das organizações). A economia da cultura torna-se um terreno privilegiado de comprovação empírica de novos progressos; toma emprestado suas ferramentas de análise da “nova microeconomia” (BENHAMOU, 2007, p. 18).

Ressalta-se que os bens e serviços culturais possuem ao mesmo tempo valor econômico e valor cultural no qual se inclui “valores estéticos, espirituais, sociais, históricos, simbólicos e de autenticidade”, não sendo possível traduzi-los ao valor econômico, precificando-o como ocorre nos demais setores em que a tudo se atribui um preço.

Com efeito, mais uma vez aparece a feição imaterial da Cultura, sendo que no caso desses bens e serviços, é justamente uma expressiva componente do valor atribuído a esses bens.

Além disso, “[...] a demanda cultural é acumulativa, é um gosto que se cultiva”, ou seja, os bens e serviços não diminuem com o consumo, não se esgotam. Muito ao contrário, “O gosto determina a demanda, razão pela qual alguém que goste de música ou arte pode apreciar as obras das quais gosta muitas vezes sem esgotar o desejo” (YÚDICI, 2007).

Na verdade, a economia da cultura, deve englobar além das indústrias culturais “outras atividades como artesanato, turismo cultural, festas e tradições e patrimônio tangível e intangível”. E deve “analisar as relações entre oferta, distribuição e demanda culturais, [...] identificar as falhas de mercado, [...] e sugerir ações a serem tomadas para que distorções sejam evitadas,” (DEHEINZELIN, 2007, s.p.).

É, sem dúvida, muito ambiciosa a assertiva acima se for considerada para a produção de informações estatísticas. Quantificar economicamente os bens e serviços culturais significa tratar de seus aspectos materiais, pois estão bem assentados na teoria econômica. Tudo o que for intangível e imaterial por mais que se reconheça a importância, ficará de fora.

Não obstante a isso, uma vez vinculada a Cultura à Economia, iniciam-se as especulações a respeito da importância do setor cultural nas economias nacionais, nos moldes dos setores econômicos tradicionais que são orientados pelo mercado. Em alguns países a contabilidade nacional incorpora um olhar específico ao setor cultural na identificação de sua participação no produto interno bruto.

Esta é uma área da Cultura para a qual se tem produzido muitos estudos, passando a demandar esforços de organismos internacionais no sentido de sua compreensão. Buscando a promoção de conhecimentos e a capacidade de gerar informações estatísticas, muitos países se dispuseram a refletir sobre o conjunto das atividades a serem incluídas no setor cultural.

Considera-se que, por ora, o conteúdo apresentado seja suficiente para o propósito de compreensão das dimensões envolvidas no que se entende hoje por Cultura. No entanto, o setor cultural e suas atividades voltarão a ser tratados com mais detalhe no último capítulo desta pesquisa.

Vale justificar e reafirmar que a quantificação do setor cultural, feitas as ressalvas para os seus valores imateriais, encontra mais facilidade quando se pensa a Cultura como o conjunto formado pelas atividades econômicas e seus produtos.

Ao gerar riquezas agregando valor às economias nacionais, a Cultura passa a ser alvo dos interesses capitalistas. Desperta, então, a atenção dos legisladores por identificarem a necessidade de ações regulatórias para esse novo setor econômico. O conteúdo que se apresenta a seguir busca desvelar essa relação entre Cultura e política.

2.4 POLÍTICAS CULTURAIS

A intenção ao apresentar esta subseção é fazê-la com um enfoque descritivo dos fatos, sem qualquer pretensão analítica das políticas culturais empreendidas no Brasil ou em qualquer outro país. Segue ainda um caráter restritivo de apenas conceituar política cultural na esfera pública e, nesse âmbito, situar a realidade brasileira. Isto porque através da leitura empreendida nas referências pesquisadas, foi possível perceber uma variedade de abordagens teóricas e analíticas que relacionam a Cultura com a representação política, porém entende-se que se afastam do objetivo deste trabalho. No entanto, não se poderia deixar de apresentá-lo posto que é uma das áreas de estudo da Cultura para a qual a informação estatística é fundamental e também porque vem congregando debates na atualidade e ressentindo-se da escassez de informações estatísticas disponíveis.

A política cultural tem sido, nos últimos tempos, motivo de mobilização de governos, da iniciativa privada, de movimentos sociais, das organizações não governamentais e de organismos internacionais. Como uma área de interesse dos estudos sociológicos da Cultura pode ser abordada sob diferentes enfoques: “[...] o das relações entre a arte e a política; o do culto do passado e da criação; o das políticas públicas da cultura; o do setor cultural e, o da política cultural como problematização mais global” (CALABRE, 2009, p. 263). No entanto, de acordo com o objetivo desta dissertação, a proposta é tratá-la com mais rigor sob a ótica de uma política pública, entendida como “[...] decisões ordenadoras da ação do Estado sobre uma

determinada área, normatizando procedimentos, envolvendo diferentes agentes em todo seu processo de elaboração e implementação, inclusive da sociedade civil, com alocação de recursos financeiros e humanos” (CALABRE, 2009, p. 263).

O primeiro passo para a formulação de uma política pública deve ser o conhecimento da realidade sobre a qual essa política incidirá. Uma vez formulada, é preciso acompanhá-la na sua implementação identificando, se for o caso, a necessidade de ajustes e, por fim, a política precisa ser avaliada em termos de sua efetividade. Para tanto, é essencial a existência de informações confiáveis e abrangentes sobre a esfera de atuação da política, sendo a informação estatística muito desejada, sobretudo para a etapa da avaliação.

Destarte, é por parte dos gestores públicos, na função de formuladores de políticas culturais, que emana grande demanda por informações estatísticas. É bem verdade que essa procura se deve não apenas à formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas para a Cultura, mas sem dúvida é uma demanda importante e legítima.

É comum associar-se política cultural à política social. Esta pode ser definida como “[...] o conjunto de intervenções dos diversos agentes no campo cultural com o objetivo de obter um consenso de apoio para a manutenção de um certo tipo de ordem política e social ou para uma iniciativa de transformação social” (COELHO, 1997, p. 293-294).

Também para Durand (2000, p. 53), “[...] as políticas culturais são consideradas políticas sociais de última geração, visto o caráter relativamente recente da presença governamental na área, situada em geral nos últimos cinquenta anos, ou seja, a partir do último pós-guerra”. E passaram a ter institucionalização na década de 1960. Desde então, nessa trajetória até os dias de hoje, observa-se considerável expansão consolidando-se em praticamente todos os níveis administrativos, ainda que o maior peso seja o âmbito federal.

Expandindo um pouco mais esse entendimento, Coelho agrega outras esferas de intervenção e afirma que a política cultural:

é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando a promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsáveis (COELHO, 2004, p. 293).

Tais iniciativas se traduzem em duas dimensões que se complementam: normas jurídicas, pelo lado da burocracia e/ou ações culturais, pelo lado das realizações. As ações culturais devem promover a comunicação entre os atores sociais envolvidos, tanto os realizadores quanto os receptores, além de respeitar a transversalidade da cultura. Fatores como meio-ambiente, educação e infra-estrutura exemplificam o que deve ser levado em consideração na elaboração de políticas no sentido da promoção da qualidade de vida da população.

Assim também, para que o público alvo das políticas possa usufruir e aproveitar o contato com as expressões artísticas em benefício próprio e do grupo social em que está inserido é necessário que a política esteja de acordo com a bagagem cultural e hábitos cotidianos dos indivíduos. Estes se constituem em sujeitos e produtores da cultura, devendo, portanto, participar das discussões que visam à elaboração de políticas culturais.

Em estudo recente, amplia-se a definição incorporando a dimensão transnacional presente atualmente nos processos simbólicos e materiais, pois:

Não pode haver políticas somente nacionais em um tempo em que os maiores investimentos em cultura e os fluxos comunicacionais mais influentes, ou seja, as indústrias culturais, atravessam fronteiras, nos agrupam e conectam em forma globalizada, ou ao menos por regiões geoculturais ou lingüísticas. Esta transnacionalização cresce também, ano após ano, com as migrações internacionais que acarretam desafios inéditos à gestão da interculturalidade além das fronteiras de cada país (CANCLINI, 2005, p. 65, tradução nossa).

Na arena das políticas culturais também estão presentes ideias e concepções que ultrapassam qualquer ação concreta, na medida em que mediam a livre circulação de significados simbólicos, sendo desta forma consideradas “criativas e propositivas, ao produzirem discursos, e detentoras de poder simbólico atuante no campo cultural” (BARBALHO, 2007, p. 39).

Com efeito, no âmbito cultural, este século tem sido caracterizado pela dualidade estabelecida de um lado pela globalização e de outro pela valorização do local e da promoção da diversidade cultural. Cientes dessa abrangência internacional e até mundial, que alguns autores tratam por “mundialização da cultura”, os gestores públicos têm se dedicado a buscar a perspectiva cultural nos processos globais visando a potencializar a redescoberta do local.

Em termos de Brasil, Rubim (2007) esclarece que as informações produzidas pelos estudos sobre políticas culturais estão distribuídas por disciplinas diversas, com destaque para a Sociologia, a História e a Comunicação. Em tais estudos há um predomínio em abordagens que privilegiam as políticas culturais em função de acontecimentos ocorridos em momentos específicos.

De acordo com Calabre (2009), no Brasil, as Políticas Públicas de Cultura, se caracterizam por conjuntos de ações que foram formuladas em períodos de “exceção democrática”, no Estado Novo (1937-1945) e na Ditadura Militar (1964-1984). Já Botelho (2007) destaca três momentos de inflexão das políticas culturais, em função de representarem realidades distintas nos contextos sociais e políticos porque passava o país: décadas de 1930, de 1970 e de 2000¹⁸.

Na década de 1930, com o governo Getúlio Vargas, observa-se no país aumento acelerado da produção industrial e a conquista de vários direitos trabalhistas; o sistema público de ensino tende a assumir um caráter mais universal; e no campo da cultura o período destaca-se pela implantação de um sistema de ações articulado em nível federal, realçado pela ação de preservação do patrimônio histórico e também porque “[...] novas instituições foram criadas com o fito de preservar, documentar, difundir e mesmo produzir diretamente bens culturais, transformando o governo federal no principal responsável pelo setor” (BOTELHO, 2007, p. 2).

Com o início da ditadura militar, altera-se a dinâmica da produção cultural, pois como explica Botelho (2007), visando à abertura democrática era preciso efetivar uma mudança na imagem do regime vigente, dentro e fora do país. Desta forma, novas instituições foram criadas como o “Conselho Federal de Cultura – CFC, composto por 24 membros indicados pelo Presidente da República e que tinha como uma de suas principais funções a elaboração de uma política nacional de cultura” (CALABRE, 2009, p. 266).

Na década de 1970, verifica-se nova investida na organização institucional, tanto no sentido de reformular o conjunto de instituições existentes, quanto no sentido da criação de outras. A elaboração da Política Nacional de Cultura – PNC (1975) pelo Conselho citado, inclui a Cultura no cenário político do governo federal, “formalizando um conjunto de diretrizes para o setor que se refletiu imediatamente num novo desenho institucional” (BOTELHO, 2007, p. 8).

¹⁸ Optou-se por privilegiar aqui essas mesmas três décadas apenas pelo fato de se poder apresentar uma visão das políticas culturais na atualidade dos anos 2000. Contudo, as ideias que se apresentam baseiam-se em ambas as pesquisadoras.

Ainda em 1975, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural- CNRC, a partir de uma reunião ocorrida em Brasília com um grupo que congregava setores modernos e nacionalistas do governo, sob a direção de Aloísio Magalhães. Esse grupo pensou e formulou uma nova face para a política cultural brasileira. Segundo Oliveira (2008), o CNRC tinha como objetivo desenvolver estudos visando a compreender a diversidade da cultura brasileira, assim como mapeá-la e documentá-la. E se propunha a apreender as referências da cultura em sua dinâmica de produção, circulação e consumo relacionado-as com os aspectos socioeconômicos. Essa noção de referência cultural passou a habitar o universo das políticas culturais, inquietando os responsáveis pelas políticas de patrimônio. Em 1979, no âmbito do Ministério de Educação e Cultura, o CNRC dá origem à Fundação Nacional Pró-Memória.

Apesar da criação do Ministério da Cultura – MinC, em 1985, Calabre (2009, p. 269) afirma que “as décadas de 1980 e 1990 foram de reestruturação do setor cultural”. A Cultura volta a fazer parte do debate público na segunda metade da década de 1990. Esse período foi marcado por forte investimento político através das leis de incentivo fiscais.

Somente no início dos anos 2000, a Cultura volta a ser repensada em sentido amplo, e ocorre a reorganização do papel do Estado na área da Cultura. No cenário político, a Cultura volta a ser entendida como política de Estado e sua transversalidade passa a ser contemplada pelas políticas culturais.

Foram abertos canais de comunicação entre o MinC e a sociedade civil que visavam a discussão da proposta de mudança da lei de incentivo. A participação da sociedade também se deu quando da realização, em 2005, da Primeira Conferência Nacional de Cultura. Nas demais esferas administrativas ocorreram conferências que proporcionaram pensar a situação da Cultura no cenário político e, como resultados, foram elaboradas propostas e diretrizes para a construção do Sistema Nacional de Cultura.

Embora a questão cultural ocupe hoje lugar de destaque na esfera federal e tenha se fortalecido nas demais esferas da administração pública, no campo das políticas públicas ainda se encontra à margem (BOTELHO, 2007).

Como visto neste item, as políticas culturais se intensificam a partir da década de 1960 do século passado. Isso se dá, justamente, com o surgimento das instâncias institucionais que foram criadas por toda parte para administrar a Cultura. Esse é o tema do capítulo apresentado na seqüência deste texto.

3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CULTURA

Com o evoluir da importância da Cultura nas sociedades e como consequência da ampliação de sua abrangência, surgem variados tipos de instituições. Inicialmente, são os equipamentos culturais, definidos como “universo global por onde circulam, são produzidas e consumidas obras de cultura e arte” (COELHO, 1997, p. 251), que se multiplicam e passam a exigir estruturas organizacionais nas esferas públicas e privadas para sua gestão, tanto para os convencionais, como museus, bibliotecas, teatros e cinemas, quanto para outros espaços culturais dedicados a variadas expressões artísticas.

Vale comentar que agora se vê algo que é passível de quantificação pelas estatísticas, uma vez que o quantitativo desses equipamentos poderá ser calculado, a exemplo do que se faz na Saúde e na Educação, em que importa conhecer o número de escolas e de hospitais e clínicas.

Dando continuidade ao que vinha sendo exposto, a organização institucional da Cultura vai adquirindo feições diferenciadas de país para país, que segundo Marques (1995) derivam da variedade dos modelos administrativos em função da maior ou menor participação do Estado e da participação da sociedade civil.

No entanto, é senso comum o destaque conferido ao Estado na regulação das atividades culturais, dado que na maioria dos casos é a única fonte de financiamento. Nesse sentido, Dória (2001) entende que o Estado acaba por intervir na definição do que a sociedade vai conceber como cultura. É um agente cultural que tanto produz cultura como administra sua produção e difusão. E, na realidade, atua na fixação e definição daquilo que se reconhece como cultura, em cada momento histórico.

Na segunda metade do século XX, a institucionalização da Cultura alcança *status* na estrutura orgânica dos Estados com a criação de ministérios dedicados a promover as atividades culturais e ao estabelecimento de políticas públicas e de ordenamentos jurídicos. Tal movimento, observado, sobretudo, no ambiente democrático do ocidente, é liderado pela Inglaterra e pela França.

John Maynard Keynes à frente do *Council for the Encouragement of Music and the Arts* – CEMA, atual *Arts Council of England*, e André Malraux pelo Ministério da Cultura da França, foram atores determinantes no processo de legitimação governamental da Cultura e da ideia de democratização cultural.

A criação do Ministério da Cultura da França, em 1959, como relata Tolila (2009), não derivou da tradição francesa de intervenção do Estado nos fenômenos culturais. Representa uma inovação no sentido de que a necessidade de uma estrutura governamental para a Cultura ocorreu para dar suporte à política pública que se queria implementar.

Na América Latina, como atesta Canclini (1997), é a partir da dos anos 1970 que vão surgir os primeiros planos nacionais e ministérios da cultura.

No Brasil, durante muito tempo a Cultura foi tratada em conjunto com a Educação, embora, ao longo desse período, tenha ocorrido a institucionalização de diversos setores como os dedicados ao teatro, ao folclore, ao livro, ao patrimônio histórico e artístico, à radiodifusão educativa e ao cinema.

Desde 1930, quando da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública - MESP, a Cultura fazia parte das preocupações do Estado. Embora não figurasse explicitamente no título da pasta, estava contemplada em suas atribuições. Dentre os quatro departamentos nacionais do MESP, o Departamento Nacional de Educação - DNE se incumbia de pensar e articular ações direcionadas para a Cultura. Em seu artigo quinto o decreto no 19.402, de 14 de novembro de 1930, especifica que

Art. 5º Ficarão pertencendo ao novo ministério os estabelecimentos, instituições e repartições públicas que se proponham à realização de estudos, serviços ou trabalhos especificados no art. 2º, como são, entre outros, o Departamento do Ensino, o Instituto Benjamin Constant, a **Escola Nacional de Bellas Artes**, o **Instituto Nacional de Música**, o Instituto Nacional de Surdos Mudos, a Escola de Aprendizes Artífices, a Escola Normal de Artes e Offícios Wenceslau Braz, a Superintendencia dos Estabelecimentos do Ensino Commercial, o Departamento de Saúde Publica, o Instituto Oswaldo Cruz, o **Museu Nacional** e a Assistencia Hospitalar (extraído do texto do referido decreto, grifos nossos)¹⁹.

Logo depois, o decreto no 19.444 de 1º de dezembro de 1930, incorpora outras instituições ao mesmo DNE, explicitadas em seu artigo 3:

Art. 3.º Ficam pertencendo ao Ministério da Educação e Saúde Pública os seguintes estabelecimentos, institutos e repartições:

I. Subordinados ao Departamento Nacional do Ensino:

¹⁹ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d19402.pdf>. Acesso em 30/06/2010.

a) Universidade do Rio de Janeiro; b) Escolas Superiores Federaes, localizadas nos Estados; c) Instituto Benjamin Constant; d) Escola Nacional de Bellas Artes; e) Instituto Nacional de Musica; f) Instituto Nacional de Surdos-Mudos; g) Collegio Pedro II (Internato e Externato); h) **Bibliotheca Nacional**; i) Museu Nacional; j) Museu Histórico Nacional; k) Casa de Ruy Barbosa; l) Escolas de Aprendizes Artifices; m) Escola Normal de Artes e Officios Wenceslau Braz; n) Observatório Nacional; e o) Superintendencia dos estabelecimentos de Ensino commercial (idem).

A atuação mais significativa foi a do ministro Gustavo Capanema. Colocando-se acima das disputas políticas, promoveu nas Letras e nas Artes avanços na construção da identidade nacional. Tinha a seu lado intelectuais como assessores, para os quais a Cultura havia de ser pensada e administrada como um setor único e não somente como complemento à Educação.

Durante o mandato de 11 anos (1934-1945) do ministro Capanema ressaltam-se a criação de dois órgãos que tiveram atuação destacada em prol da Cultura nacional na vigência do Estado Novo: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Instituto Nacional do Livro (INL), fundados em novembro e dezembro de 1937, respectivamente. O SPHAN foi responsável pelo tombamento e preservação de centenas de monumentos artísticos e históricos e pela criação dos Museus Imperial, em Petrópolis (RJ), da Inconfidência, em Ouro Preto (MG), das Missões, em São Miguel (RS) e do Ouro, em Sabará (MG). Por outro lado, o Instituto Nacional do Livro foi responsável pela criação de mais de uma centena de bibliotecas públicas no interior do país.

O projeto do decreto de criação do SPHAN foi de autoria de Mário de Andrade que também foi incumbido, pelo ministro Capanema, de definir a Cultura para o moderno Estado brasileiro, como relata Doria (2001). A definição foi referendada, no Decreto Lei no 25, de 30 de novembro de 1937, que no entanto, trata do patrimônio histórico e artístico nacional, composto de bens móveis e imóveis existentes no país. Esses bens foram reunidos e discriminados em quatro livros de Tombo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; Livro do Tombo das Artes Aplicadas²⁰.

Até então, a Cultura e o Estado haviam se aproximado apenas no contexto da garantia dos direitos de autor e na “ênfase de conteúdo dentro do processo educacional (“instrução pública”, chamava-se.). A estreita associação entre cultura e educação não exigia um aparato estatal diferenciado para administrar a cultura” (DORIA, 2001, p. 87).

²⁰ A íntegra do Decreto pode ser vista em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109250/decreto-lei-25-37>, acesso em 28/07/2010.

Mesmo com a atribuição da preservação do patrimônio cultural, do acesso a esse patrimônio e do fomento à produção estarem definidos por lei específica, a Cultura seguiu junto à Educação. Ser administrada no bojo dos processos educacionais dava à Cultura um caráter formador e pedagógico (DORIA, 2001).

Em 1953, com a independência concedida à Saúde, com a criação do Ministério da Saúde, o antigo MESP, passa a denominar-se Ministério da Educação e Cultura – MEC.

Durante a ditadura militar no Brasil, o MEC teve a incumbência de resgatar a identidade cultural brasileira e de construir uma nova imagem do governo militar, sobretudo no exterior.

Desde então as gestões se sucederam sem nenhuma inovação. Importante salientar a gestão de Aloísio Magalhães à frente da Secretaria de Cultura do MEC (1980-1982), que “[...] soube articular politicamente o setor de forma inovadora e dar-lhe visibilidade, inclusive na mídia, de uma maneira não vista até então[...]”, imprimindo dinâmica outra vez à Cultura, com o resgate do projeto de Gustavo Capanema e a adoção do conceito mais abrangente de Cultura (BOTELHO, 2007, p. 9).

3.1 ORGANIZAÇÕES NACIONAIS

A Cultura brasileira somente alcança visibilidade na administração federal direta, em 1985, com a criação do Ministério da Cultura - MinC (Decreto n.º 91.144) que passa a dedicar-se aos aspectos organizacionais da Cultura, delineando um espaço político próprio.

Nas palavras de Rubim (2007, p. 23), o surgimento do MinC se concretiza porque o “[...] movimento de oposição à ditadura, os secretários estaduais de cultura e alguns setores artísticos e intelectuais reivindicam que o novo governo democrático, instalado em 1985, reconheça a cultura e a contemple com um ministério singular”.

O texto do referido decreto de criação do MinC considerava que “[...] a situação atual do Brasil não pode mais prescindir de uma política nacional de cultura, consistente com os novos tempos e com o desenvolvimento já alcançado pelo País”²¹. De fato, com a Constituição de 1988, as instituições culturais foram “[...] consolidadas como especializações administrativas” (DORIA, 2001, p. 87).

²¹ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/09/decreto-criacao-minc.pdf>, acesso em 14/06/2010.

Desde sua criação o Minc experimentou uma grande rotatividade de ministros²², o que demonstra “[...] a falta de trato, por parte dos dirigentes que se sucederam, com o setor cultural, fragilizando-o” (BOTELHO, 2007, p. 15). Como consequência dessa fragilidade, no governo Collor de Melo, a Cultura é rebaixada à condição de Secretaria de Estado.

Embora volte a recuperar seu *status* de ministério em 1992, por força da lei nº 8.490 de 19/11/1992, é somente a partir de 1994 que esse cenário de instabilidade gerencial muda e a Cultura passa a ser reconhecida como um campo cada vez mais importante para a sociedade. No período de 1994 a 2002, com Francisco Weffort como ministro, a Cultura foi “pouco a pouco recuperando sua presença no debate público” (BOTELHO, 2007, p. 16).

No entanto, em que pese a estabilidade administrativa dessa gestão, em relação às informações estatísticas para a Cultura, “nada foi desenvolvido junto aos órgãos nacionais de estatística” (RUBIM, 2007, p. 29).

A partir de 2003, observa-se uma atuação governamental na área da Cultura que é mais consentânea com a Constituição cidadã de 1988. Ao adotar a noção de Cultura constante em seu artigo 216²³, considera-se a Cultura como base da construção e preservação da identidade brasileira e como espaço que permite a conquista da plena cidadania e a superação da exclusão social. Para tanto, a Cultura passa a ser vista nas duas dimensões: simbólica e econômica. Esta devido à capacidade de gerar empregos e renda e de atrair divisas para o país.

Note-se que o teor da Constituição de 1988 criou garantias para implementar um processo de democratização na gestão pública da Cultura, expresso na especificação de que deve haver a ‘colaboração da comunidade’, na atuação do Estado nas questões ligadas à promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro.

Não por acaso, Rubim (2007) relata que o ministro Gilberto Gil reiterando o mesmo conceito ampliado para Cultura, passa a atuar de forma que “o público privilegiado não serão os criadores, mas a sociedade brasileira”. Nesse sentido, “a preocupação da gestão Gilberto Gil está em revelar os brasis, trabalhar com as múltiplas manifestações culturais, em suas variadas matrizes étnicas, religiosas, de gênero, regionais etc” (BARBALHO, 2007, p. 52).

²² A relação completa com o nome de todos os ministros pode ser vista no anexo 2.

²³ “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2007/11/06/constituicao-federal/>. Acesso em 25/06/2010.

Assim, para dar prosseguimento a todos os desafios a serem enfrentados, logo no primeiro ano de sua gestão, o Ministro Gil elaborou “um plano de ampla reformulação da estrutura do MinC. De início foram previstas alterações radicais na lei de incentivo”, porém para implementar essas mudanças,

[...] o Ministério realizou uma série de consultas e fóruns com participação de diversos segmentos da área artística e da sociedade, em geral, onde ficaram evidenciadas tanto as distorções acarretadas pela forma da aplicação da lei, quanto sua extrema importância para o setor artístico-cultural. Estavam abertos os primeiros canais de diálogo entre o MinC e a sociedade civil (CALABRE, 2007, p. 98).

Em 2003, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aprovou a reestruturação do Ministério da Cultura, que passou a ter como instituições vinculadas a ele, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM; a Agência Nacional do Cinema – Ancine; a Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB; a Fundação Cultural Palmares – FCP; a Fundação Nacional de Arte – Funarte; e a Fundação Biblioteca Nacional – BN.

No interior do ministério também se formou nova estrutura administrativa atinente ao que se pretendia com novos projetos e programas. Na avaliação de Calabre (2007) essas realizações “forneceram as condições mínimas de funcionamento para o Ministério”.

E, analisando as iniciativas da primeira gestão do governo Lula para a Cultura, Calabre (2007) afirma que o Ministério conseguiu “avanços significativos no sentido de colocar a cultura dentro da agenda política do governo”.

Visando à criação de um Sistema Nacional da Cultura, o Minc promoveu diálogos com as demais esferas da administração, estimulando a participação de estados e municípios.

Baseando-se em um conceito abrangente e preciso de cultura, ao articular três dimensões vitais: a cultura como expressão simbólica (estética e antropológica), a cultura como direito e cidadania de todos os brasileiros, a cultura como economia e produção de desenvolvimento²⁴, foi prevista a elaboração de um Sistema Nacional de Informações Culturais.

²⁴ Conteúdo do Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil. Disponível em : http://www.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desenvolvimento%20do%20brasil_1174326644.pdf. Acesso em 25/06/2010.

O fomento à economia da cultura é um dos eixos prioritários de ação do MinC. “Criado em 2006, o nosso Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura trabalha em três frentes: informação, capacitação e promoção de negócios” (GIL, 2008, s.p).

Dentre as ações estratégicas desse Programa constam o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura e a aprovação do Plano Nacional de Cultura (PNC); e a criação de um forte Sistema de Informações Culturais. Neste último a intenção é “realizar amplo mapeamento da cultura brasileira, de sua força econômica e simbólica, e que seja uma referência em estatísticas, pesquisa e estudos sobre a Cultura no Brasil” (PCDB, 2006, p. 45).

Tramitando no Poder Legislativo desde 2006, o PNC foi aprovado por unanimidade no último dia 09 de novembro. Previsto para definir as diretrizes da política cultural pelos próximos 10 anos. Segundo o Ministro da Cultura, à época, Juca Ferreira, “a aprovação do Plano Nacional de Cultura é uma vitória muito grande, primeiro, porque institucionaliza os avanços obtidos nos últimos anos pelo governo federal na área da cultura e, depois, porque garante a continuidade das políticas culturais no Brasil”²⁵ (MINISTÉRIO..., 2010).

3.2 UNESCO

A relevância da Cultura no espaço social contemporâneo é também atestada por fazer-se presente nas agendas de diversos organismos internacionais e dos Estados que os compõem. Nesse âmbito tem sido tema central de diversas modalidades de eventos, sejam congressos, seminários, conferências, fóruns de reflexão e discussão com variados objetivos e assuntos. Em geral, resultam desses encontros princípios e normas, voltados para as práticas culturais e para a formulação de políticas públicas visando à organização e gestão da esfera cultural.

Interessam-se pela Cultura, em princípio, aqueles organismos que atuam em áreas como memória e conservação patrimonial. No entanto, à medida que foi sendo vista de maneira mais abrangente, passou a interessar a outros organismos internacionais com atuação em áreas distintas da Cultura. Observa-se que, atualmente, “extrapolando o campo cultural propriamente dito, a cultura alcança, em força, por exemplo, os debates da comunidade

²⁵ Informações disponíveis em: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/11/09/plano-nacional-de-cultura-e-aprovado/>. Acesso em 22/11/2010.

internacional sobre desenvolvimento, comércio internacional e propriedade intelectual” (MIGUEZ, 2007, s.p.).

Como exemplos desses organismos relaciona-se a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Esses organismos vêm desempenhando importante papel como interlocutores nas relações entre governos e entre estes e a sociedade civil organizada, na medida em que articulam em seus fóruns tanto os representantes oficiais dos países (ministros, secretários de Estado etc.), quanto as representações de organizações não governamentais e por vezes até mesmo da iniciativa privada.

Mostras das ações que os organismos internacionais vêm engendrando pelo mundo afora existem em grande quantidade. Contudo, citá-las, mesmo que parcialmente, provocaria o desviar em muito a atenção da temática desta dissertação. Desta forma, importa dizer que embora todas essas instituições se interessem pela Cultura e que disponibilizem algumas informações estatísticas em seus sítios eletrônicos ou em publicações impressas, é a UNESCO que desde sua criação e por força de sua atuação promove o avanço das discussões sobre a totalidade da Cultura. Esse órgão também reúne uma variedade de informações estatísticas para a Cultura, atuando de maneira pró-ativa na direção de construir marco referencial para a elaboração das mesmas, e tratando criteriosamente os temas diretamente relacionados à Cultura. Diante disso, doravante passa-se a dissertar mais detidamente sobre a UNESCO.

Figurando entre os órgãos das Nações Unidas, para incentivar a cooperação entre os Estados membros, a UNESCO foi criada em 16 de novembro de 1945. Atualmente, tem como missão “[...] contribuir para a consolidação da paz, para a erradicação da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e para o diálogo intercultural, mediante a Educação, as Ciências (Naturais, Sociais e Humanas), a Cultura e a Comunicação e a Informação”.

Seu lema é “Construir a paz na mente dos homens” e, dentre suas principais funções destacam-se as de ser: “laboratório de idéias; instância de estabelecimento de padrões; *clearing house* para a disseminação e o compartilhamento de informações e conhecimentos, ao mesmo tempo em que auxilia os Estados membros a construir capacidade humana e institucional em diversos campos”. Sua própria história se constitui em referência importante para compreender a dinâmica pela qual passou a Cultura, nas últimas décadas.

Em princípio, impulsionada pela necessidade de reconstrução dos sistemas educativos, a UNESCO preocupou-se em elaborar uma proposta de organização educativa e cultural. Focada na educação, deveria criar condições para estabelecer “a solidariedade intelectual e moral da humanidade” de modo a impedir uma nova guerra mundial. Dessa forma, a UNESCO dedicou-se com mais afinco à Educação e de início a Cultura foi sendo tratada como acessória a esta nas expressões estéticas das belas artes²⁶.

Não obstante ter iniciado ações em prol da Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, em 1954, sua atuação mais ampla e efetiva, na área da Cultura, só começou em meados da década de 1970. Daí em diante, alargou horizontes, tendo hoje programas de conservação do Patrimônio Mundial, Patrimônio material e imaterial, Patrimônio subaquático e do Patrimônio móveis e museus, além de programas de promoção da Diversidade Cultural, da Criatividade, do Diálogo, do Acesso à Cultura e da relação entre Cultura e Desenvolvimento. Neste último, destacam-se a Indústria Cultural e os Sistemas de Gestão.

O Quadro 2, a seguir, apresenta, em ordem cronológica, os eventos mais marcantes, promovidos pela UNESCO na área da Cultura.

ANO	EVENTO
1970	Convenção sobre as Medidas que Devem ser Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas de Bens Culturais.
1972	Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural.
1980	Recomendação Relativa à Situação do Artista. Documento que reconhece as condições especiais de trabalho dos artistas e o papel único que têm na sociedade.
1982	Conferência Mundial Sobre as Políticas Culturais – MONDIACULT. Realizada no México.
1998	Conferência Intergovernamental sobre Política Cultural para o Desenvolvimento.

(Continua)

²⁶As informações aqui expostas, bem como as citações diretas, foram obtidas no endereço: <http://www.unesco.org/new/es/unesco/about-us/who-we-are/introducing-unesco>. Acesso em 18/05/2010, tradução nossa.

(Continuação)

2001	Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, reconhecendo-a como parte da “herança comum da humanidade”.
2003	Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.
2005	Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

Quadro 2: Principais eventos promovidos pela UNESCO

Fonte: UNESCO

Os três primeiros eventos, juntamente com a Conferência Mundial do México de 1982, são responsáveis por levar a Cultura para o centro dos debates internacionais através do tema das políticas culturais. A partir de então a Cultura passou a ser vista como elemento estratégico para o alcance do desenvolvimento global.

Ademais, a Conferência do México foi fundamental na redefinição do conceito de Cultura, que passa a ter maior amplitude, considerada mais afeita à antropologia. Na Comissão Mundial ratificou-se que a Cultura seria então entendida “[...] como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (UNESCO, 1982, p. 39).

Na Recomendação da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural, que resultou dessa mesma Conferência, o termo desenvolvimento foi definido como “[...] um processo complexo, holístico e multidimensional, que vai além do crescimento econômico e integra todas as energias da comunidade”.

A Declaração do México sobre as Políticas Culturais²⁷, também resultante dessa Conferência, contém 54 princípios que devem reger a formulação das políticas culturais. Tais princípios dizem respeito a nove domínios, a saber: identidade cultural; dimensão cultural do desenvolvimento; cultura e democracia; patrimônio cultural; criação artística e intelectual e educação artística; relações entre Cultura, Educação, Ciência e Comunicação; planejamento, administração e financiamento das atividades culturais; cooperação cultural e internacional; e, por fim, UNESCO.

²⁷ O texto completo da Declaração do México sobre as Políticas Culturais resultantes dessa Conferência está disponível, em espanhol, no link: http://portal.unesco.org/culture/es/files/35197/11919413801mexico_sp.pdf/mexico_sp.pdf

A seguir, a conferência realizada em 1998, sobre política cultural para o desenvolvimento, reuniu especialistas em políticas culturais e representantes da sociedade civil, e teve como resultado um Plano de Ação que continha recomendações e diretrizes para a consecução dos seguintes objetivos: integrar a dimensão cultural do desenvolvimento às estratégias nacionais de planejamento, promover a capacitação cultural e a sustentação da diversidade cultural. Pretendeu-se, ainda, criar uma Agenda 21²⁸ para a Cultura com o intuito de sensibilizar dirigentes políticos e legisladores para a importância de se considerar a dimensão cultural no desenvolvimento das sociedades.

Ao adotarem a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2001, os Estados membros reafirmaram sua convicção de que a diversidade cultural é uma das raízes promotoras do desenvolvimento e do diálogo. Na mesma direção, novo passo foi dado, em 2005, com a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Nesse sentido,

Por intermédio da Aliança Global pela Diversidade Cultural, a UNESCO agencia novas parcerias entre atores públicos e privados em apoio às indústrias culturais locais nos países em desenvolvimento, tais como no campo da música e da edição. A Aliança busca ampliar a disponibilidade de produtos culturais diferentes e disponíveis em todo o mundo, para prevenir a pirataria e estimular o respeito pelos regulamentos internacionais de *copyright*. Cerca de 500 empresas e associações profissionais de todo o mundo participam da Aliança e da implementação de cerca de 50 países (UNESCO, 2007, p. 18).

O Brasil faz parte do conjunto de países membros da UNESCO desde a sua criação, e passou a ter uma representação nacional em 1972, quando se instalou um escritório dessa entidade em Brasília. Durante todo esse tempo a Representação no Brasil vem “[...] desenvolvendo atividades de cooperação em estreita articulação com o governo e com segmentos expressivos da sociedade civil”. Assim, “[...] uma vasta experiência de cooperação e de intercâmbio de idéias foi acumulada. Pode-se mesmo afirmar que, em sua área de mandato, a UNESCO acompanhou o esforço do país em superar situações críticas e emergir para o estágio de país em franco desenvolvimento e cada vez mais presente no cenário internacional” (DEFOURNY, 2006, p. 5).

²⁸Agenda 21 resultou da conferência Eco-92, realizada no Rio de Janeiro. E trata-se de um documento que ressalta a importância de cada país refletir, em nível global e local, sobre a cooperação no estudo de soluções para os problemas sócio-ambientais.

Recentemente, a UNESCO redefiniu sua atuação direta junto ao Brasil e elaborou o “Marco estratégico para a UNESCO no Brasil”, no qual apresenta análise dos aspectos da realidade nacional nas áreas em que atua, apontando carências e definindo linhas de ação. Com efeito, “a evolução do setor cultural e as perspectivas de seu desenvolvimento impõem pensar as realidades nacionais em relação às transformações internacionais e às relações de força que aí se formam” (TOLILA, 2007, p. 11).

No que tange à realidade cultural brasileira, no trecho abaixo, destacam-se pontos presentes no referido marco cuja pertinência a este capítulo merece destaque:

[...] A consciência da dimensão econômica da cultura vem crescendo, assim como a de seu papel na concepção de políticas sociais que favoreçam o respeito à diversidade cultural, ao pluralismo e aos direitos humanos. Nesse contexto, uma série de políticas culturais foi formulada, entre elas: ações normativas como a Lei do Livro e a emenda constitucional que cria o Plano Nacional de Cultura; o estabelecimento de um sistema de gestão para o campo da museologia; campanha nacional em favor da definição de um orçamento anual mínimo para a cultura; e o estabelecimento de mecanismos mais claros para a alocação dos recursos destinados a projetos culturais [...].

[...] O desafio da UNESCO no Brasil, atualmente, é oferecer resposta adequada à importância cada vez maior do campo cultural e suas crescentes exigências. Por sua vez, o contexto atual oferece a oportunidade de ir além do reconhecido trabalho da UNESCO na área do patrimônio cultural e de colaborar com o Brasil na formulação de políticas, projetos e programas culturais concebidos com abordagem ampla.

Freqüentemente, o Escritório da UNESCO no Brasil é procurado para tratar de assuntos referentes à diversidade cultural, especialmente quando o assunto se refere não apenas ao contexto do desequilíbrio entre países que produzem e consomem produtos culturais, mas também em relação aos direitos humanos e aos direitos das minorias, e como forma de combater a discriminação que está na origem da desigualdade.

Ao tentar enfrentar seu problema mais urgente – a desigualdade social – o país vem descobrindo a forte influência da cultura para a configuração dessa realidade, bem como seu potencial de transformação do cenário atual. Além dos esforços visando à ratificação da recém-aprovada Convenção para Diversidade Cultural, espera-se que a UNESCO contribua para a avaliação do impacto desse instrumento sobre as relações comerciais que envolvem serviços e bens culturais. A Organização também deve salientar as oportunidades que a convenção pode vir a criar no que diz respeito a seus instrumentos e às entidades relacionadas (fundo, instrumentos de cooperação internacional, comitê intergovernamental, conferência de partidos) [...].

[...] A promoção da relação entre cultura e desenvolvimento parece ser um dos nichos de maior valor estratégico para a UNESCO no Brasil. Dois pontos centrais podem ser identificados. **O primeiro diz respeito ao impacto econômico da cultura. De forma geral, esse potencial é reconhecido no Brasil, mas pouco se fez para avaliar seu verdadeiro valor por meio da criação de bancos de dados e de um sistema permanente de avaliação.** A UNESCO poderia apoiar os esforços das instituições públicas nesse sentido. O segundo campo de ação diz respeito à Convenção sobre Diversidade Cultural. O artesanato tradicional, as

pequenas manufaturas, a moda e o design são áreas estratégicas para o Brasil, tendo em vista a gama de produtos oferecidos e sua capacidade de melhorar as condições de vida dos grupos mais pobres. Pede-se à UNESCO que promova a assistência de especialistas internacionais nesse campo e legitime os projetos locais, mediando as abordagens adotadas pelas diversas instituições participantes e, particularmente, que fortaleça os vínculos entre o artesanato e a salvaguarda do patrimônio cultural tangível e intangível (UNESCO, 2006, p.42-46).

Na relação entre Cultura e Desenvolvimento concentra-se o segundo objetivo estratégico da atuação da UNESCO no campo da Cultura brasileira, que estabelece o apoio para a construção de competências, tanto no setor público quanto na sociedade civil, e para o qual foram definidas as seguintes linhas de ação:

- apoiar a criação de sistemas nacionais de informação e de estatística culturais, lançando mão da experiência internacional bem-sucedida e de forma a compatibilizá-la com os padrões mundiais. Apoiar, também, iniciativas que complementem as ações públicas, tais como observatórios, bancos de dados e estudos em áreas específicas da economia, da cultura – editoras, cinema;
- apoiar a concepção e a implementação de leis que visem criar sistemas de planejamento, orçamento e administração para os serviços e bens culturais, de acordo com o Plano Nacional de Cultura;
- apoiar a cooperação internacional na concepção de estratégias regionais para a promoção da diversidade cultural, especialmente os acordos multilaterais, identificando oportunidades para as indústrias criativas no âmbito regional, de conformidade com a Aliança Global para a Diversidade Cultural; desenvolver e divulgar metodologias para a gestão do patrimônio histórico e cultural, buscando especialmente criar estratégias de sustentabilidade, entre outras, a experiência de implementar o Programa Monumenta, de 1997 a 2007;
- desenvolver e divulgar abordagens metodológicas para apoiar e promover a produção artesanal associada à salvaguarda do patrimônio cultural e ao turismo;
- construir um marco de referência para o trabalho do Escritório, visando o aperfeiçoamento da capacidade nacional de avaliar o impacto das novas mídias sobre a difusão e a produção de bens culturais, especialmente no que diz respeito às novas linguagens e aos direitos autorais (UNESCO, 2006, p. 47- 48).

Finalizando, é importante dizer que, em 1999, foi criado o Instituto de Estatísticas da UNESCO (UIS) com o objetivo de atender às crescentes necessidades dos seus Estados membros e da “[...] comunidade internacional para uma ampla gama de estatísticas de políticas relevantes, oportunas e confiáveis nas áreas de educação, ciência e tecnologia, cultura e comunicação”.

Chega-se ao fim desta subseção sem, efetivamente, ter encontrado na ciência os pressupostos fundamentais para a produção das estatísticas para a Cultura. Entretanto, foi possível identificar a existência de consenso internacional advindo do esforço que a UNESCO vem empreendendo a favor dessa produção.

Antes de passar à subseção seguinte, que é dedicada à apresentação desse consenso, cumpre observar que o fazer da informação estatística, como se viu no capítulo inicial, é por suas próprias características uma prática reducionista. Com o que se expôs até aqui sobre a Cultura imagina-se que drásticas reduções lhe serão impostas de modo a diminuir tamanha complexidade.

3.2.1. Marco referencial (*framework*) das estatísticas de cultura

Após haver abordado os diversos aspectos da Cultura considerados essenciais atualmente e para os quais o governo e a sociedade esperam contar com estatísticas produzidas de maneira sistemática, perene e abrangente, apresentam-se a seguir as orientações que fazem parte do *Framework for Cultural Statistics –FCS –*, elaborado pela UNESCO, para a produção de informação estatística para a Cultura.

Esse marco, o FCS, foi elaborado e disseminado, em dois momentos, 1986 e 2009.

Os fatos que antecederam e que possibilitaram a elaboração do FCS de 1986 são testemunhos da dificuldade que representa a quantificação de um tema eminentemente qualitativo no cenário das estatísticas oficiais. Como um primeiro parâmetro de aferição do grau de dificuldade encontrado, observa-se que as primeiras discussões em torno de sua elaboração começaram ainda em 1972, na Conferência de Ministros de Cultura Europeus, promovida pela UNESCO, na qual ficou evidente a urgência em estabelecer mais e melhores estatísticas para a Cultura²⁹.

Em 1974, foi criado, no âmbito da Comissão Econômica da Europa – ECE , um Grupo de Trabalho para as Estatísticas Culturais – GTEC - do qual resulta a decisão de que o marco deveria considerar três aspectos principais, a saber:

²⁹ Essas considerações fazem parte do item “*Background*”, da parte I, do *The UNESCO framework for cultural statistics (FCS)*, de 1986, disponível em: <http://www.uis.unesco.org/template/pdf/cscl/framework/1986original.pdf>. Acesso em: 14/01/2011.

- 1- refletir um conjunto integrado que incluísse os aspectos sociais e econômicos, ou seja, produção, distribuição, consumo e demanda de bens e serviços culturais;
- 2- ser lógico e baseado em princípios que permitisse relacioná-los com os sistemas estatísticos vigentes àquela época, que eram o Sistema de Estatística Social e Demográfica e o Sistema de Contas Nacionais e eventualmente até o Sistema de Estatísticas de Meio Ambiente que começava a ser estruturado; e,
- 3- servir às necessidades do planejamento, controle e estudo de problemas relacionados às políticas culturais.

Quatro anos depois, portanto em 1978, a UNESCO editou e fez circular por alguns INEs europeus o documento intitulado “Estudo preliminar sobre abrangência e cobertura de um Marco Referencial para as Estatísticas Culturais”, solicitando que enviassem seus comentários e sugestões. Com base nesse retorno, o GTEC se reuniu em 1979 e aprovou a cobertura e abrangência proposta anteriormente assim como propôs que a metodologia deveria considerar a coleta de estatísticas em determinados campos selecionados, chamados de “categorias culturais” de acordo com uma repartição funcional relativa à “criação/produção, transmissão/difusão, recepção/consumo, preservação/registro e participação” (FCS, 1986, p. 3, tradução nossa).

No ano seguinte, foi realizado um encontro no qual o marco em elaboração foi analisado em toda sua extensão e foi aprovado com a recomendação de que o GTEC estudasse todos os aspectos metodológicos e práticos desse marco, de modo a conceber uma matriz que cruzasse cada uma das categorias culturais com as repartições funcionais acima citadas.

Ou seja, era preciso explicitar cada uma das categorias convencionadas e expressas na “classificação cultural” em função de alguma equivalência que permitisse apreendê-las através das informações individuais, objetivando sua utilização pelos INEs. Esse trabalho demandou muito esforço da equipe que compunha o GTEC, e avaliando que seu término demoraria ainda muito tempo, o grupo decidiu pela incorporação de novos integrantes, compondo seis grupos específicos, sendo que cada grupo deveria se dedicar ao estudo de duas categorias. O que se desenvolveu a partir de diversas reuniões intra e inter grupos, contando também com a participação de estudiosos dedicados aos diversos temas relativos às categorias.

Como resultado de todos esses estudos foram redefinidas algumas categorias, e mais ainda, como os grupos encontraram muita dificuldade na repartição funcional, adotou-se certa flexibilidade em alguns casos e em outros, a repartição foi completamente descartada, como no caso da categoria “Atividades Sócio-culturais”. Em 1980, por ocasião da 21ª Conferência

Geral da UNESCO foi aprovada a “Recomendação sobre a normalização internacional das estatísticas relativas ao financiamento público das atividades culturais”, que era baseada nas categorias já definidas no âmbito do GTEC. Ao longo de sua adoção pelos governos europeus, novas discussões foram surgindo e as categorias e subcategorias mais uma vez revistas.

O quadro 3 apresenta as categorias e as subcategorias que o FCS de 1986 propõe para a elaboração das estatísticas para a Cultura, mas há menção ao fato de que “a seleção das categorias e, especialmente, das subcategorias contém uma medida de arbitrariedade” (FCS, 1986, p. 9, tradução nossa). Na verdade, pretendia-se que a abordagem pragmática dessa seleção estivesse de acordo com as áreas da cultura que eram objeto das políticas culturais da maioria dos países. Ou seja, áreas para as quais já houvesse algum conhecimento formalizado.

CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS	DESCRIÇÃO
CATEGORIA 0	PATRIMÔNIO CULTURAL
Subcategoria 0.1	Monumentos históricos
0.2	Patrimônio arqueológico
0.3	Patrimônio museológico
0.4	Patrimônio arquivístico
0.5	Outras formas de patrimônio cultural
CATEGORIA 1	IMPRESSOS E LITERATURA
1.1	Livros e Panfletos
1.2	Jornais e Revistas
1.3	Serviços de Biblioteca
CATEGORIAS 2 E 3	MÚSICA E ARTES CÊNICAS
2.1	Música ao vivo
2.2	Música teatral
3.1	Teatro
3.2	Dança
3.3	Outros espetáculos (circos, mímica etc.)
2/3	Gravações de áudio e audiovisual
CATEGORIA 4	ARTES VISUAIS
Grupo A 4.1	Pintura
4.2	Escultura
4.3	Artes gráficas
4.4	Artesanato
4.5	Outras formas de artes visuais
Grupo B 4.6	Fotografia
4.6.1	Fotografia artístico-criativa
4.6.2	Outras fotografias

(Continua)

(Continuação)

CATEGORIA 5 E 6	MEIOS DE COMUNICAÇÃO AUDIO VISUAIS
CATEGORIA 5	CINEMA E FOTOGRAFIA
5.1	Cinema
5.2	Fotografia
CATEGORIA 6	RADIO E TELEVISÃO
6.1	Rádio
6.2	Televisão
5/6	Vídeo
CATEGORIA 7	ATIVIDADES SOCIO-CULTURAIS
7.1	Vida associativa
7.2	Equipamentos sócio-culturais multiuso
7.3	Práticas sócio-culturais
7.3.1	Práticas Individuais
7.3.2	Vida familiar
7.3.3	Vida em comunidade
7.4	Dados intercategorias
CATEGORIA 8	JOGOS E ESPORTES
CATEGORIA 9	MEIO AMBIENTE E NATUREZA
9.1	Ambiente natural
9.2	Ambiente Urbano (qualidade de vida no ambiente urbano)

Quadro 3: Descrição das categorias e subcategorias funcionais da Cultura
 Fonte: Adaptado do FCS 1986

Interessante observar que no referido marco está dito que havia o desejo de “não cair na armadilha de começar a definir Cultura”, posto que “um pesquisador paciente havia coletado mais de 500 definições de Cultura”. Tampouco havia a intenção de restringi-la ao seu conceito elitista estreito que se limitava às belas-artes e à literatura, nem para alargá-la tanto quanto possível dentro de um contexto antropológico. Significando exatamente a mudança de paradigma da Cultura que foi exposta nos conteúdos anteriormente abordados neste estudo (FCS, 1986, p. 9, tradução nossa). Entretanto, lembra-se de que no seio da UNESCO, em 1982, havia chegado a um consenso para a definição de Cultura e que reunia tanto características antropológicas, quanto sociológicas, o que credita à Cultura uma amplitude tal que, produzir estatísticas, representava mesmo um grande desafio.

Desta forma, consta do marco que “[...] a seleção das categorias sublinha o reconhecimento da validade de ambos os conceitos, mas, ao mesmo tempo, dá lugar de destaque aos meios de comunicação que permeiam tanto a vida sócio-cultural das sociedades modernas” (FCS, 1986, p. 9, tradução nossa). Justamente por serem os meios pelos quais a cultura de massa era difundida, havendo, àquela altura, uma indústria com aportes significativos para as economias nacionais.

Da segunda parte do FCS (1986) constam todas as matrizes que foram elaboradas, categoria por categoria, conjugando em cada uma as subcategorias e as funções. No interior

de cada célula, referente a cada subcategoria, são discriminadas, função por função, as informações estatísticas que deviam ser obtidas para representar cada cruzamento de subcategoria por função. O quadro 4 apresenta um pequeno exemplo, da diversidade de informações estatísticas necessárias para cada um desses cruzamentos.

SUBCATEGORIAS	REGISTRO/PROTEÇÃO	COMUNICAÇÃO/DIFUSÃO	CONSUMO	PARTICIPAÇÃO
0.1 Monumentos históricos	<u>Censo de monumentos históricos</u> - nº de monumentos listados - nº de monumentos protegidos legalmente - despesas públicas e privadas <u>Restauração e Manutenção</u> - nº de monumentos recentemente restaurados e mantidos - despesas públicas e privadas - financiamento internacional <u>Pesquisa</u> - despesas públicas e privadas para pesquisa científica - financiamento internacional	Nº de monumentos usados regularmente para além de visitas	Nº de entradas pagas e gratuitas Receita bruta das entradas Frequência de uso (nº de visitas) Despesas públicas por função	Nº de associações de amadores e voluntários Nº de membros Frequência de participação (tempo gasto) Despesas públicas por função

Quadro 4 – Descrição das informações estatísticas para subcategorias e respectivas funções

Legenda: Descrição das informações estatísticas para a subcategoria 0.1 “Monumentos históricos”, da Categoria 0 “Patrimônio Cultural”, por repartições de função.

Fonte: FCS, 1986.

Notas: 1-A classificação funcional do FCS começa com “Criação/Produção”. Entretanto, para essa categoria, após longa discussão, com argumentos prós e contra incluir essa função, decidiu-se substituí-la por Registro/Proteção.

2- Números de empregados, especialmente na função Registro/Proteção, devem ser incluído em cada categoria.

Tendo, pois, mostrado todo o esforço empreendido pela UNESCO e os países envolvidos na elaboração do marco de referência para as estatísticas da Cultura, não se pode deixar de sublinhar a importância dos organismos internacionais na busca de consenso conceitual e/ou metodológico, quando não se dispõe de uma teoria científica que forneça os conceitos e definições necessários para o fazer estatístico. Também dizer que, sendo muito trabalhoso, é um processo no qual **todos** os atores envolvidos (instituições governamentais nacionais, organismos internacionais, INEs, comunidade acadêmico-científica etc.) se empenham e se esforçam na busca da melhor alternativa a ser seguida. Desta forma, foi possível chegar à concepção do FCS (1986), que em seguida foi encaminhado para avaliação e adoção pelos países da Europa e América do Norte.

Entretanto, a repercussão foi ampla, de modo que as discussões sobre a elaboração de estatísticas para Cultura prosseguiram, alcançando INEs e esferas governamentais de outros países. Assim, novo esforço foi empreendido. Com o objetivo de incentivar o investimento na produção de informações estatísticas confiáveis e precisas para a Cultura, a UNESCO, através do UIS, divulgou outra versão do marco de referência, ao final de 2009, o FCS (2009).

Desta vez, propunha a adoção por parte de todos os países membros, uma vez que tanto esses países quanto os organismos internacionais de estatística, assim como as organizações não governamentais requeriam dispor de informações estatísticas que possibilitassem quantificar de forma mais delimitada o impacto e a relevância das políticas e programas culturais (FCS, 2009).

O FCS (2009) representa uma versão revisada e mais robusta que o marco anterior, incorporando uma série de conceitos que surgiram no campo da Cultura desde então, entre os quais estão incluídos as tecnologias de informação e comunicação, que transformaram radicalmente a Cultura e as maneiras de acessá-la, o patrimônio imaterial e as práticas e políticas culturais, que seguem evoluindo continuamente (FCS, 2009). Com efeito, o documento de 1986 continha 29 páginas e deste constam 100 páginas.

Fruto de muitas reflexões feitas no âmbito da UNESCO e do próprio desenvolvimento da Cultura no transcorrer dos mais de 20 anos que separam as duas versões, o FCS (2009) resulta de quatro anos de trabalho, durante os quais procedeu-se uma ampla consulta, em nível mundial, a “[...] numerosos acadêmicos, especialistas e estatísticos especializados em políticas e estatísticas culturais. Adicionalmente, se contou com a colaboração de representantes de numerosos ministérios de cultura, institutos nacionais de estatística e organismos internacionais de estatística”, que muito contribuiram para a concretização desse marco, com o aporte de conhecimentos, comentários e sugestões (FCS, 2009, p. 4, tradução nossa).

Daqui por diante destacam-se os principais aspectos do FCS de 2009 que têm como objetivo fornecer uma base conceitual que cubra um amplo espectro de “atividades relacionadas com a produção, difusão e usos da cultura”. Inicia-se pela definição do conceito de Cultura que é tida como “[...] um conjunto dos traços distintivos, espirituais, materiais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Engloba, além disso, as artes e as letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, crenças e tradições”, nada diferindo da definição que se comentou há pouco. Entretanto, diante da impossibilidade de quantificar essas crenças e valores, “define a Cultura através da identificação e quantificação dos comportamentos e das práticas que são frutos das crenças e valores de uma sociedade ou grupo social” (FCS, 2009, p. 18, tradução nossa). E aportando

uma definição mais operacional, consta que “está baseada em domínios, com o propósito de quantificar as atividades, bens e serviços culturais gerados por processos industriais e não industriais” (FCS, 2009, p. 22, tradução nossa).

Desta forma, o “Domínio Cultural” se constitui em um aspecto essencial envolvendo as atividades desenvolvidas pelas indústrias culturais e que são geradoras de bens e serviços. E, considerando cada uma das categorias culturais, um domínio pode abranger toda a atividade cultural, o que inclui, além das atividades econômicas, as atividades sociais e até as informais. Em uma concepção ampla diz que o domínio inclui atividades econômicas relacionadas com o mercado assim como as atividades sociais externas a este.

Assim como no marco anterior adotou-se uma repartição funcional, neste de 2009, as mesmas repartições são consideradas e representadas por um modelo cíclico ao invés de um modelo hierárquico, conformando o “ciclo cultural”, visando a ressaltar a complexidade das relações culturais que se desenvolvem em rede. Esse ciclo está representado na figura 1.

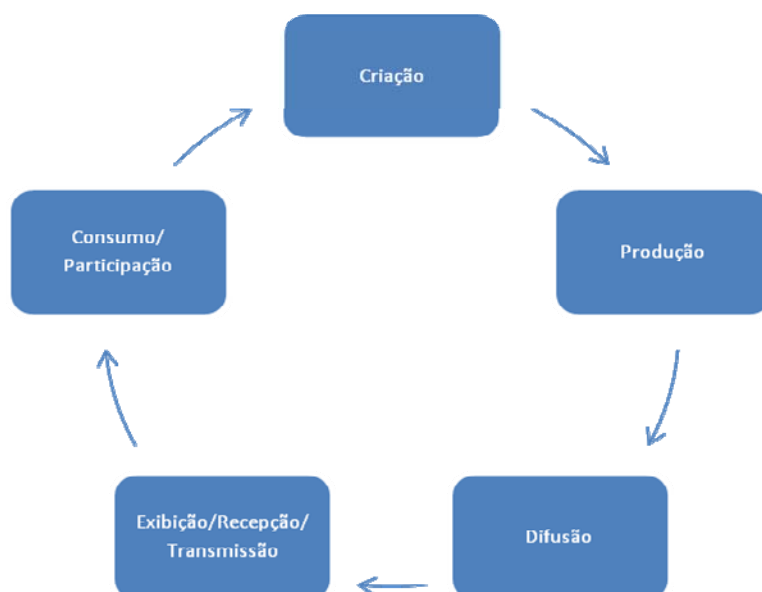


Figura 1: Ciclo Cultural

Fonte: FCS, 2009.

O aspecto reticular da figura permite visualizar a Cultura como sendo o produto de um conjunto de processos afins e interconectados. Entretanto, na prática, podem ocorrer fusões e/ou supressões de algumas dessas etapas, como é o caso da música em que o compositor cria

(compõe), produz e difunde (apresenta) e o da distribuição digital que possibilita a transferência de alguns bens e serviços diretamente do criador ao consumidor (FCS, 2009).

Quanto às atividades culturais que conformam o setor cultural, como mencionado, foram agrupadas em domínios culturais, que representam um conjunto comum de indústrias, atividades e práticas culturalmente produtivas que foram agrupadas sob as seguintes denominações:

A: Patrimônio Cultural e Natural;

B: Apresentações artísticas e Celebrações;

C: Artes Visuais e Artesanato;

D: Livros e Jornais;

E: Meios Audiovisuais e Interativos; e

F: *Design* e serviços criativos

Patrimônio Cultural Imaterial (domínio transversal)

Esses domínios cobrem todas as atividades, os bens e serviços presentes em todas as etapas do ciclo cultural e são considerados estritamente culturais e representam “o conjunto mínimo de atividades culturais para as quais a UNESCO solicitará aos países a coleção de dados comparáveis”. As atividades sociais e recreativas foram agrupadas em domínios chamados de relacionados por estarem associados a uma concepção mais ampla de Cultura (FCS, 2009, p. 23, tradução nossa).

Os domínios “Educação e capacitação”, “Arquivística e preservação” e “Equipamento e materiais de apoio”, são transversais a todos os domínios anteriormente explicitados devido ao seu papel essencial nas etapas de produção e de transmissão da Cultura.

Além da definição de cada um dos domínios citados acima, com especificação de todas as atividades pertencentes a cada um deles, desta vez o marco detalha bem mais o como chegar à quantificação da Cultura e ressalta a importância das classificações internacionais. Para os aspectos econômicos propõe o uso da *International Standard Industrial Classification - ISIC 4* - na identificação das atividades culturais produtivas, além de possibilitar a classificação das instituições de acordo com sua atividade econômica; da *Central Product Classification - CPC2* – para a identificação dos bens e serviços culturais, que se relacionam com as atividades da ISIC; da *Harmonised Commodity Description and Coding System 2007 - HS 2007*; da *Extended Balance of Payments - EBOPS*- na identificação do comércio internacional de bens e serviços culturais; e da *International Standard Classification of Occupations - ISCO 08* – para a identificação das ocupações culturais (Idem, p. 33).

Importante destacar que esses esquemas classificatórios não foram elaborados, especificamente, para o âmbito da Cultura, fato que não impede que sejam usados com o intuito de realizar uma análise preliminar das atividades e produtos culturais. Recordar-se que a construção de uma infraestrutura classificatória visa a atender a determinado objetivo. Nesse sentido, como a classificação de atividades econômicas (ISIC), usa em sua hierarquia códigos de um, dois, três e quatro dígitos para representar os níveis de desagregação, por vezes “algumas atividades culturais podem estar ocultas em categorias mais amplas ou se encontram agrupadas em um único código” (Idem, p. 36).

A ISIC, em sua última revisão³⁰, passou a incorporar uma categoria destinada à Informação e Comunicação, pensada para refletir a estrutura atual dessa indústria, o que fez com que a cobertura das atividades de difusão e cinematográficas obtivesse maior visibilidade, entretanto, não permite ainda identificar “aquelas atividades culturais que requerem o uso da internet, tais como os livros eletrônicos (*e-books*) e os *downloads* de música”. Além disso, não representa as atividades culturais não industriais, posto que é um esquema classificatório industrial. Mas, mesmo em alguns casos contemplados, a atribuição de um código à atividade cultural, se constitui em grande dificuldade por não haver um código único que represente a atividade cultural. Significando que o critério classificador dessa estrutura não se adequa às especificidades do campo cultural.

É o caso do artesanato, que sendo elaborado dos mais diversos materiais, encontra-se espalhado por vários códigos da ISIC, porquanto seu princípio de hierarquia leva em conta as matérias primas utilizadas no processo de produção. Para tanto, a ISIC deveria considerar “métodos de produção modernos e tradicionais que permitissem a “identificação de produtos tradicionais ou elaborados a mão”. Por outro lado, há códigos únicos para atividades que são transversais a toda as categorias culturais (FCS, 2009, p. 37, tradução nossa). Sobre a ISIC, acrescenta que como esta cobre as atividades econômicas contempladas no modelo econômico das contas nacionais, *System of National Accounts – SNA*, alguns países passaram a quantificar a contribuição da Cultura na economia nacional, com o desenvolvimento de “Conta Satélites para a Cultura” o que permite avaliar a contribuição econômica que as indústrias e atividades culturais aportam ao PIB.

Seguindo a quantificação econômica da Cultura, o marco apresenta as demais classificações e dá destaque ao emprego cultural através do uso da ISCO 08 (classificação de ocupações), que envolve criadores, produtores e distribuidores envolvidos na criação ou

³⁰ A ISIC passou por uma ampla revisão e em 2008 foi adotada a versão 4 dessa classificação (ISIC – Rev 4). Para maiores detalhes sobre a estrutura e conteúdo dessa classificação consultar: <http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/isic-4.asp>.

produção de atividades culturais, realizadas de maneira individual, grupal ou como parte de organizações. As ocupações consideradas neste marco dizem respeito às ocupações culturais relacionadas com a arte e a criatividade, dentro dos domínios culturais da UNESCO. A figura 2 mostra que “a definição do emprego cultural requer a inclusão tanto das ocupações em indústrias culturais como não culturais” (FCS, 2009, p. 40, tradução nossa).

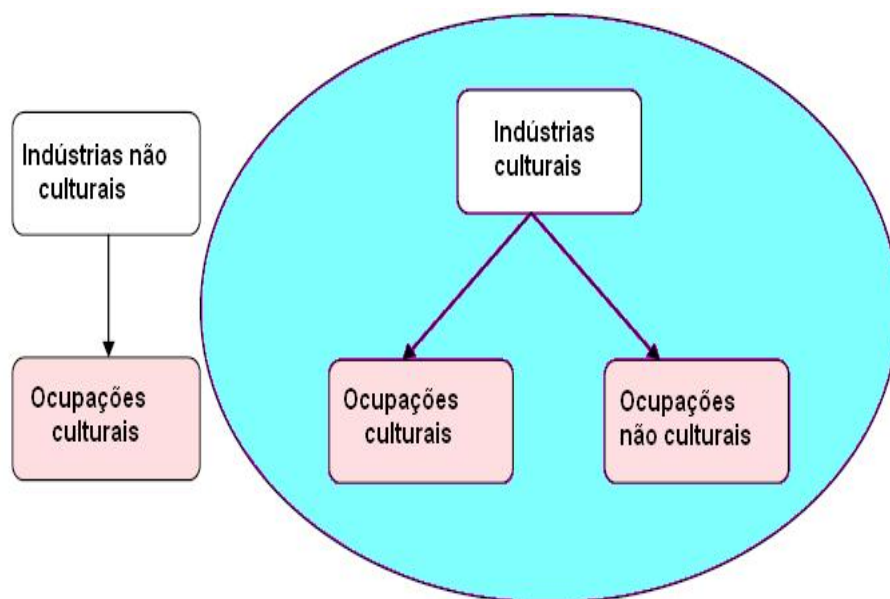


Figura 2 Emprego Cultural

Fonte: FCS, 2009.

A área verde da figura representa o setor cultural de acordo com as categorias das atividades econômicas definidas anteriormente. Já as indústrias não culturais somente serão consideradas para avaliar o emprego cultural e, evidentemente, apenas no caso de possuírem trabalhadores desempenhando ocupações culturais. “Um *designer* (desenhista industrial) de uma indústria automotiva ilustra o exemplo de uma pessoa que desempenha uma ocupação cultural dentro do setor não cultural” (FCS, 2009, p. 40, tradução nossa).

Os códigos da ISCO 08 que representam ocupações culturais são os seguintes:

- 262 Bibliotecários, arquivistas e conservadores
- 264 Autores, jornalistas e linguistas
- 265 Artistas e criadores
- 343 Profissionais artísticos, culturais e culinários
- 3521 Técnicos de transmissão, som e imagem
- 73 Trabalhadores artesanais e de impressão

Mais uma vez, faz-se referência ao fato de que a classificação não serve perfeitamente à Cultura, pois há certas ocupações culturais que estão distribuídas em todas as categorias da ISCO e também casos em que a classificação não é suficientemente detalhada para permitir uma clara distinção entre essas ocupações.

Finalizando a quantificação econômica da Cultura, o marco descreve a valoração do patrimônio e o papel dos direitos de autor. Em relação a este, ressalta que a UNESCO considera essencial a proteção dos direitos para a “criatividade individual, o desenvolvimento das indústrias culturais e a promoção da diversidade cultural”. E que a “identificação dos bens e serviços que geram direitos de propriedade intelectual é um componente chave da contribuição que a Cultura faz à economia e tem a vantagem adicional de estar associada a um marco legislativo” (FCS, 2009, p. 43, tradução nossa). Em relação ao patrimônio, este está sendo considerado no marco como um ativo que pode se valorizar ou desvalorizar, dependendo do estado de conservação. Há estudos que analisam o valor econômico do patrimônio cultural sob diferentes óticas. Entretanto, “o patrimônio cultural é um bem social, uma vez que incorpora valores estáticos, históricos, sociais, espirituais e educativos” e os países desenvolvidos o valoram a partir das preferências do público, já que registram a assistência a esses ativos culturais (monumentos, museus) (FCS, 2009, p. 43, tradução nossa).

Feita essa descrição da quantificação econômica, em continuação, passa-se à dimensão social da Cultura que envolve aspectos que “[...] se relacionam com seu valor simbólico e com seu papel em termos de comunicar sentido de identidade, valores compartilhados e pertinência, prevenir a exclusão e fortalecer a coesão e estabilidade social”. O FCS explicita o grande desafio que representa avaliar essa dimensão. Principalmente porque “se refere a uma dimensão não mercantilizada da Cultura”, ou seja, diz respeito às práticas que se observam no seio das comunidades (Idem, p. 44, tradução nossa). Reforça-se que a dificuldade encontrada nessa dimensão é exatamente a falta de um corpo teórico amplo como já dito neste estudo e tanto o é que no marco consta a declaração de que “[...] a produção de indicadores internacionalmente comparáveis e consensuais sobre o aspecto social da Cultura, requererá maior desenvolvimento, particularmente no que se refere às definições e instrumentos padronizados a utilizar” (Idem). Não obstante a dificuldade declarada, as pesquisas de domicílios e uso do tempo são fontes de informações estatísticas que servem para quantificar a participação social em atividades culturais. Entretanto, devido aos altos custos dessas pesquisas e por não serem exclusivamente planejadas para o âmbito cultural, apenas poucas perguntas em seus questionários se referem à Cultura.

O FCS sugere a quantificação através da participação cultural e a define “como uma atividade que inclui tanto as artes como as ações da vida cotidiana associadas com a fruição”, e inclui “práticas culturais – que podem envolver o consumo e as atividades realizadas no interior da comunidade – que refletem a qualidade de vida, as tradições e as crenças” (FCS, 2009, p. 45, tradução nossa). Para essa quantificação o FCS sugere a utilização da ICATUS que é “a única que oferece uma lista exaustiva de práticas culturais, incluindo as práticas comunitárias”. Tendo sido concebida, pela UNSD, em 2005, com o “objetivo de contribuir ao desenvolvimento de estatísticas de uso do tempo”, sua estrutura classifica as atividades de trabalho das contas nacionais.

Além da participação cultural, o FCS propõe a quantificação do patrimônio cultural imaterial e para tanto o define como sendo “[...] os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – assim como instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais associados a estes – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconheçam como parte integrante de seu patrimônio cultural”. E como podem pertencer a cada um dos domínios culturais foi considerado como domínio transversal (Idem, p. 46). Como o imaterial é extremamente difícil de ser medido, seja de forma quantitativa quanto qualitativa, se converte em desafio, requerendo maior trabalho metodológico a fim de possibilitar sua mensuração, por essa razão a marco flexibiliza ao não sugerir pesquisas para todos os patrimônios imateriais.

Ainda com relação ao social, o marco aborda a quantificação da língua falada em um país e a define como “uma coleção de variedades de vozes mutuamente inteligíveis” e aborda sua importância, posto que é um dos “veículos através do qual se expressa e transmite o patrimônio cultural imaterial e que constitui uma forma de compreender o universo e o ambiente social e natural de determinado grupo” (Idem, p. 48). Há países que incluem perguntas sobre as línguas no censo populacional e coletam informações sobre a língua materna, a língua habitual e a capacidade de falar um ou mais idiomas. A UNESCO dedicou-se a desenvolver “uma metodologia para avaliar o grau de vitalidade e de risco de desaparecimento das línguas” baseada em nove critérios que incluem o “número absoluto de falantes da língua e até as atitudes e políticas governamentais e institucionais sobre a linguagem, incluindo seu uso e *status* oficial” (FCS, 2009, p. 48).

No que se refere à quantificação de práticas que fortalecem a identidade, que também diz respeito à dimensão social da Cultura, o FCS propõe examinar o impacto social e econômico dos eventos culturais como as festas, consideradas

construções míticas simbólicas nas quais se manifestam as crenças, mitos, concepções da vida e o mundo (cosmogonia) e os imaginários coletivos e estão associadas a algumas etapas do ciclo vital, da economia, das crenças religiosas, da política e de outras motivações humanas. Se transmitem por tradição e são originais e próprias de uma sociedade, em um espaço e tempo determinados (FCS, 2009, p. 49, tradução nossa).

O evento ‘festa’ pode ser analisado a partir de seus diversos componentes desde “a presença ativa de setores e atores da comunidade na organização de uma festa” e da “representação de diferentes expressões culturais (tradicional, étnica, práticas religiosas, expressões artísticas, recreação) durante a preparação e desenvolvimento da festa” (FCS, 2009, p. 48).

Encerrando a quantificação das dimensões da Cultura o marco aborda ainda os conceitos de ‘capital cultural’ e ‘capital social’ que servem para quantificar a contribuição que a Cultura aporta ao desenvolvimento econômico e social.

Um item de capital cultural é definido “como um ativo que, além do valor econômico que possua, concretiza ou dá origem a um valor cultural”. Desta forma, uma edificação do patrimônio que pode perceber um valor como bem móvel, tem seu verdadeiro valor atribuído pelas pessoas ou comunidade por conta de “seus valores estéticos, espirituais ou simbólicos que transcendem o cálculo econômico”, sendo, portanto, considerados como ‘valores culturais’. Assim, o capital cultural assume tanto a forma de um objeto material quanto imaterial (Idem).

Por sua vez, o capital social se expressa “em termos de confiança, reciprocidade, cooperação e extensas redes sociais [...] que levam ao enriquecimento do bem estar coletivo, a expressão social e a participação cidadã”, possibilitando a criatividade individual e coletiva. E é quantificado considerando nove dimensões, a saber: “confiança generalizada; confiança institucional; reciprocidade; sentido da eficácia; cooperação; atitude frente às minorias; adoção de valores modernos; auto-expressão; e participação em atividades sociais” (Idem, p. 50).

Reconhecendo que ainda há muita reflexão a ser feita no que tange à dimensão social da Cultura, o FCS 2009 aborda a relação que há entre a Cultura e o meio ambiente, requerendo estudá-la com ênfase na sustentabilidade. E também a relação existente entre a Cultura e o bem-estar, que se desdobra na relação que existe entre a Cultura e a saúde.

Na sequência do marco são apresentados diversos quadros nos quais se mostra a relação de correspondência que pode ser feita entre as classificações sugeridas para coleção das informações estatísticas referentes à cultura visando a facilitar a identificação dos diversos domínios culturais.

O FCS 2009 indica que, tanto os registros administrativos quanto as pesquisas amostrais de domicílios, de população e econômicas, atualmente realizadas na maioria dos países, têm potencial de gerar informações estatísticas para a Cultura, bastando para tanto reagrupar as informações estatísticas econômicas já geradas.

Em geral, essas informações advêm de pesquisa de comércio e de indústria, pesquisas de gastos nos domicílios, registros comerciais, pesquisas de rendas e empregos e censos de população, o que facilita a quantificação da contribuição da Cultura às economias nacionais em termos do Produto Interno Bruto – PIB – assim como as tendências de emprego e o consumo cultural. E mesmo que não tenham sido especificamente elaboradas para a Cultura, permitem realizar análises sobre as atividades culturais.

Especificando que o FCS da UNESCO é um “projeto em elaboração”, mesmo que hoje em dia já se consiga quantificar a dimensão econômica da Cultura, ainda será preciso trabalhar mais para quantificar sua dimensão social. O documento antecipa que o “marco seguirá sendo atualizado periodicamente a partir de avanços na metodologia e também da melhor compreensão dos conceitos implicados” (FCS, 2009, p. 82, tradução nossa).

Em que pese todo o esforço empreendido pela UNESCO no sentido da promoção de orientações para produção da informação estatística para a Cultura, ressalta-se que ambos os marcos que foram aqui apresentados afirmam o caráter incipiente dessa produção, posto que há pouco mais de vinte anos em que se iniciou esse debate no nível da comparação internacional. E é na ambiência dos países desenvolvidos, que possuem avançados sistemas estatísticos, além de condições materiais e humanas, que esse movimento de produção de conhecimento acerca da Cultura se inicia. Esse fato leva o raciocínio à direção de que sejam, na verdade, um incentivo e um auxílio para que todos os países produzam cada vez mais estudos voltados a essa temática e, ao buscarem as soluções para suas especificidades, acabem por auxiliar a concepção de uma sólida teoria científica.

Após todo esse aporte teórico conceitual, no qual se buscou compreender a produção das informações estatísticas bem como o papel da Cultura na atualidade, no próximo capítulo serão apresentadas as informações estatísticas para a Cultura, produzidas no Brasil e também na França.

4 A INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DESEJADA E A OFERTA POSSÍVEL

Antes de iniciar, efetivamente, a dissertar sobre as informações estatísticas produzidas para a Cultura, que é o principal objetivo deste capítulo, julga-se conveniente lembrar alguns parâmetros apresentados neste estudo e que serviram de delimitação para as fontes utilizadas, bem como para a definição da periodicidade dessas informações.

Primeiro, importa dizer que, em consonância com os objetivos desta pesquisa, as informações estatísticas estão sendo estudadas como fenômenos sociais e é com esse enfoque que serão consideradas aqui as estatísticas produzidas para a Cultura. Portanto, não serão utilizadas como meio de análise das dimensões econômicas e sociais da Cultura, embora em alguns casos os eventuais números apresentados, ao serem lidos, por serem informações, possibilitem alguma percepção analítica.

Depois, que interessam as estatísticas oficiais, em âmbito nacional, produzidas pelo IBGE, sobretudo, as da primeira década deste século. Esse mesmo período será considerado para as informações produzidas pelos outros países, que também se referem às estatísticas oficiais oriundas dos INEs, e dos organismos internacionais de estatística.

Entretanto, visando à confirmação de alguns enunciados já apresentados acerca da produção dessas informações no passado, apresenta-se um resumo histórico da produção dessas informações no Brasil, como forma de identificar marcas de mudança no paradigma da inserção da Cultura no cenário nacional.

Também será apresentada uma breve retrospectiva das informações estatísticas para a Cultura produzidas na França, por ser um país considerado vanguarda nesse campo, e cujo sistema de informações estatísticas é considerado como um dos mais avançados do mundo, além de sua indiscutível tradição cultural. Além disso, são apontadas as iniciativas do EUROSTAT na elaboração de estatísticas harmonizadas para a Cultura.

Iniciando este capítulo, apresenta-se o que a sociedade vem expressando em termos da necessidade de informações estatísticas para a Cultura, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, o que servirá como comprovação de que há um consenso em torno da falta dessas informações, bem como serve de identificação de demandas.

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: A EXPRESSÃO DA DEMANDA

Para fundamentar o discurso afirmativo de que faltam informações estatísticas para a cultura e de que a reclamação é generalizada, emanando de diversos segmentos da sociedade, apresentam-se abaixo fragmentos de textos que, inseridos em variados contextos, atestam essa necessidade. Na verdade, na maioria dos casos o discurso é mais abrangente, e se expressa no sentido de ser imprescindível ampla base de conhecimentos para a Cultura, suscitando a criação e manutenção de sistemas de informações, com continuidade temporal e diversidade temática.

Essa inquietação pela falta de informações culturais há muito vem sendo discutida em vários países. Em 1966, em um evento da UNESCO cujo tema era a Cultura, torna-se pública a aspiração de Augustin Girard³¹:

Um quadro estatístico específico à cultura é necessário. Permitir-nos-ia estabelecer vínculos tanto com a educação, como com a economia e a compreender melhor a natureza e as modalidades da demanda cultural. Sabemos que é grande, mas conhecemo-la muito mal. Se conseguirmos identificar os obstáculos materiais e psicológicos ao desenvolvimento cultural, as relações entre oferta e demanda, se conseguirmos analisar os novos canais econômicos e sociais da vida cultural, seremos, então, capazes de analisar os verdadeiros meios de uma ação cultural e a prioridade que lhes deve ser dada, e de estudar quais seriam as estruturas administrativas e financeiras, em nível do Estado, das comunidades locais e do setor privado. (GIRARD, apud ESCANDE, 2003, p.144-145).

Mais recentemente, Otavio Getino³² manifesta a necessidade do embasamento científico do conhecimento da realidade cultural dos países para subsidiar a reflexão inicial da ação política:

Embora a formulação das políticas culturais possa ser orientada por um marco teórico e ideológico, que é tão necessário quanto válido, o que se requer, em especial, é o estudo científico da realidade na qual serão implementadas. Isso exige uma observação rigorosa e, em alguns momentos, “matemática”, do amplo campo da cultura e dos diferentes setores que o formam. Além da observação rigorosa, é fundamental o acesso à informação qualificada e disponível, sem a qual qualquer

³¹ Girard era o responsável pela produção das estatísticas de Cultura da França.

³² Getino, em 2007, era coordenador do Observatório de Indústrias Culturais da Cidade de Buenos Aires (OIC) e do Observatório Mercosur Audiovisual (OMA), Buenos Aires, Argentina

elaboração intelectual será questionável, particularmente quando ficar restrita ao campo acadêmico.

A coleta, o processamento e a análise da informação quantitativa configuram-se, então, como um recurso indispensável para a reflexão de caráter qualitativo, sem a qual será muito difícil qualquer tentativa de elaborar políticas culturais em conformidade com as circunstâncias históricas do espaço e do tempo no qual encontrarão sua legitimação (REVISTA..., 2007, p. 44).

Argumentando também a favor da correta orientação das políticas culturais, George Yúdice³³ afirma que

Uma economia cultural voltada ao desenvolvimento e à sustentabilidade requer mais que medidas e incentivos. [...] Em alguns casos se procura começar com indicadores e medições; mas antes disso, precisam-se de inventários e estatísticas básicas e também do conhecimento das necessidades das populações que trabalham e participam da cultura. Sem esse tipo de estudo, os financiamentos e incentivos podem ser mal aplicados e fracassar (YÚDICE. 2007, s.p).

No âmbito nacional, como observa Cristina Lins³⁴, a atenção se volta para a Cultura a partir dos anos 1990, época em que,

uma maior preocupação com a dimensão cultural, por parte de diversos segmentos da sociedade, incluindo o governo em diferentes esferas, traz novas demandas para a produção de informações estatísticas, considerando-se as lacunas existentes, mas também a necessidade de dimensionar mais detalhadamente do ponto de vista da gestão pública e da sua importância enquanto atividade econômica (LINS, 2007, p.17).

As considerações apresentadas anteriormente estão presentes nas palavras de Ana Paula Fonseca Reis (2007)³⁵, porém seu discurso sugere a existência de alguma informação estatística, embora não atenda plenamente à demanda:

³³ Yúdice é professor titular da Universidade de Nova York, onde também atua como pesquisador, e é autor de vários ensaios sobre gestão e políticas culturais.

³⁴ Lins é economista, mestre em estudos populacionais e pesquisas sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) e pesquisadora sênior do IBGE.

³⁵ Reis é fundadora da empresa Garimpo de Soluções – Economia, Cultura e Desenvolvimento, consultora de economia criativa para a ONU e de investimento em cultura como estratégia de negócios para diversas empresas privadas.

O Brasil ainda tem enorme carência de estatísticas e fontes sistematizadas de dados relativos à área cultural, tanto dos que revelam os números do setor (riqueza produzida, número de empregados diretos e indiretos e seu perfil, consumo de bens e serviços culturais), quanto dos que os explicam (estudos de tendências do consumidor de produtos e serviços culturais, do freqüentador de espaços culturais e do praticante de atividades e cursos por lazer) (REIS, 2007, p.31.)

Da mesma forma, Rosimeri Silva (2008)³⁶ afirma que:

a grande atenção que vem merecendo a construção de estatísticas e indicadores culturais decorre, sobretudo, da percepção de que esta se configura como um novo 'nicho' a ser explorado em relações mercantis. No rastro desse interesse vem se desenvolvendo já há algum tempo um esforço de produção de estatística a respeito da cultura. [...]. Não há dúvida de que as informações quantitativas sobre a cultura são importantes para diversas decisões, ações e avaliações que os diferentes grupos da sociedade tenham interesse em realizar. Como pesquisadora da área, já há algum tempo sentia falta de dados que permitissem análises mais sistemáticas do campo da cultura, o que é bastante difícil sem sistemas suficientemente desenvolvidos. Assim como a pesquisa, a construção de políticas culturais ganha com o desenvolvimento de estatísticas confiáveis e que proporcionem bases de avaliação das ações do Estado e dos governos. Os diferentes grupos da sociedade civil, movimentos sociais, organizações profissionais etc. também podem construir suas ações, críticas e reivindicações com base nesses sistemas (SILVA, 2008, p.45).

A assertiva de Paula Ziviane (2008)³⁷ faz notar que a realidade dos últimos anos já se alterou, citando a realização de novas pesquisas para o campo cultural:

No Brasil, ainda que de maneira incipiente, o atual cenário indica o aparecimento de pesquisas relacionadas ao mapeamento e levantamento de informações culturais e, aos poucos, é possível perceber que a necessidade de informação passa a fazer parte do discurso político da cultura.

A produção de estatísticas e informações relativas à cultura foi, ao longo da história, normalmente deixada de lado ou tratada como um capítulo menor nas estatísticas nacionais. As informações culturais, quando produzidas, se fizeram de maneira descontínua e sem periodicidade, dificultando o registro da historicidade do processo (ZIVIANI, 2008, p.52 e 53).

³⁶ Silva é doutora em Administração pela *Ecole de Hautes Etudes Commerciales* (1999) e vice-coordenadora do programa de pós-graduação em administração da Universidade Federal de Santa Catarina

³⁷ Ziviani é mestre em Ciência da Informação pela UFMG (2008).

4.2 ESTATÍSTICAS PRODUZIDAS NA FRANÇA

A experiência francesa na produção de informações estatísticas para a Cultura vem de longa data e tem servido como modelo para outros países. Entretanto, para o interesse desta pesquisa, faz-se aqui um breve relato iniciando com a criação do Ministério da Cultura e Comunicação da França.

Como já dito, a criação desse ministério, mais que se constituir em uma estrutura administrativa e burocrática em âmbito federal, visava principalmente, ser o suporte e o meio para a implementação de políticas culturais estáveis a favor da Cultura do país.

Desde sua criação, em que pesem a sucessão de ministros, a alteração das prioridades políticas e a variação nos orçamentos, a França manteve continuamente uma política pública de Cultura. E para que pudessem formular e avaliar tal política, desde sempre havia a consciência de que era necessário um conjunto amplo de informações, incluindo as estatísticas, que possibilitasse estabelecer prioridades e as variadas linhas de ação.

Assim, visando a atender às necessidades de conhecimento da realidade cultural francesa, em 1963, foi criado o *Département des Études, de la Prospective et des Statistiques* - DEPS³⁸, para se dedicar exclusivamente à produção e sistematização de informações para a Cultura (COURRIER, 2006, s.p, tradução nossa).

Inicialmente, as atividades do DEPS consistiam da elaboração de estudos descritivos a partir de inventários dos equipamentos culturais, realizados através de pesquisas próprias, com planejamento de uma pesquisa específica para cada tipo de equipamento, biblioteca, museu, cinema, teatro etc. E foi o estudo sobre os museus elaborado sob encomenda por Pierre Bourdieu, em 1969, que deu início a essa prática de pesquisas temáticas, criando um modelo que se difundiu em ampla escala. Em seguida, o DEPS assumiu outras responsabilidades passando a coletar, processar, classificar e disseminar diversas informações sócio-econômicas sobre a cultura na França (BOTELHO, 2006).

Desta feita, a vida cultural da população francesa foi sendo estudada, em minúcias, através de diversas abordagens, com o intuito de subsidiar uma base empírica sobre suas dimensões econômica e social. Fato que resultou em uma ampla gama de conhecimentos qualitativos e quantitativos, possibilitando que as informações estatísticas e as políticas

³⁸ Inicialmente chamava-se *Service Études et Recherche* – SER. Em 1986 se transformou no *Département des Études et de la Prospective* – DEP, e em 2004 mudou novamente de nome, passando a assumir a sigla DEPS.

públicas para a Cultura passassem a seguir *pari passu*, sem qualquer tipo interrupção nessa trajetória.

Isso porque havia o pensamento de que conjugando a quantificação estatística com os estudos sociológicos seria possível “determinar melhor os investimentos futuros, a natureza, porte e localização dos equipamentos. Ao mesmo tempo, considerando que os modos de difusão e os modos de vida estavam em constante mutação, seria indispensável fazer experiências, acompanhá-las de perto e tirar conclusões que permitissem orientar programas no futuro” (BOTELHO, 2006, p. 4).

Com muita propriedade, Tolila (2003) acrescenta que nem os estudos realizados e nem tampouco as estatísticas produzidas pretenderam avaliar a Cultura como um todo. As informações estatísticas sempre foram reconhecidas como aspectos quantificáveis de fenômenos muito simples, “definidos com muita precisão de acordo com as necessidades das políticas públicas”. Importando conhecer através das estatísticas “os hábitos culturais, o financiamento, o emprego no setor cultural, as relações entre preço e assistência”, entre outros fatos do ciclo cultural (TOLILA, 2003, p. 3, tradução nossa).

Tudo pensado de forma a favorecer a criação, preservar o patrimônio cultural, desenvolver as indústrias culturais, democratizar o acesso às atividades culturais e promover a diversidade. Assim, o DEPS se constitui em um centro de pesquisa a serviço do ministério, da comunidade acadêmica e de toda a sociedade. É o responsável pela produção das informações estatísticas oficiais para a Cultura, mantendo estreito relacionamento com o *Institut National de la Statistique et des Études Économiques* – INSEE, o INE francês, fazendo parte do sistema de estatísticas oficiais desse país (TOLILA, 2003).

Dito isso, explica-se então que o INSEE atua como coordenador do sistema de informações estatísticas oficiais de Cultura, e interage com o DEPS na discussão das metodologias estatísticas, e na definição dos padrões e das classificações a serem utilizados nas pesquisas levadas a cabo pelo DEPS.

Esse departamento interage regularmente com as universidades, com os departamentos de estatísticas de outros ministérios franceses³⁹ e com os INEs de outros países. Além disso, mantém um diálogo constante com outros organismos de estatísticas europeus e demais organismos internacionais (EUROSTAT, Conselho da Europa, UNESCO) (COURRIER, 2006, tradução nossa).

³⁹ Conteúdo disponível em: <http://www.insee.fr/fr/insee-statistique-publique/default.asp?page=sites-statistiques/culture.htm>. Acesso em 10/02/2011.

O atual programa de trabalho do DEPS perpassa cinco eixos fundamentais: “economia e indústrias culturais”, “emprego”, “análise política, intervenções públicas e regulamentação”, “práticas e consumo culturais” e “modos de transmissão e legitimação de conhecimentos” (COURRIER, 2006, tradução nossa).

Tem sob sua responsabilidade, um programa estatístico para a Cultura, envolvendo uma pesquisa que realiza de dez em dez anos sobre as práticas culturais dos franceses, produzindo informações já há mais de quarenta anos. Outra, de periodicidade trienal, sobre os investimentos públicos em cultura, nas três esferas de governo e ainda outra bienal sobre os gastos e os hábitos de consumo culturais das famílias. Criou ainda o observatório francês de emprego cultural que realiza pesquisas especializadas sobre várias profissões.

Além dessas pesquisas regulares, vem realizando novos estudos sobre temas culturais como a “[...] ‘cultura de rua’, intimamente ligada à moderna vida urbana, e a da ‘geografia cultural’, que contempla o planejamento territorial como parte da dinâmica espacial dos hábitos culturais” (TOLILA, 2003, p. 5, tradução nossa). Outro estudo tem como foco os “festivais e acontecimentos culturais nos quais se manifestam [...], novas formas de consumo e socialização”. O DEPS é responsável pela disseminação de todos esses estudos e publica anualmente um volume de estatísticas culturais cobrindo todos os campos a que se dedica estudar e pesquisar, conformadas no anuário estatístico da Cultura (TOLILA, 2003, p. 5, tradução nossa).

A última edição do Anuário Estatístico da Cultura é o de 2010⁴⁰, e está disponível em meio digital. Essa publicação se constitui em ferramenta para a análise das principais características e principais tendências da economia da cultura, das práticas culturais e dos equipamentos culturais. E está formada por três grandes capítulos:

- Patrimônio (Arqueologia, arquivos, museus, patrimônio e arquitetura) ;
- Criação (Música, ópera e dança, artes visuais, teatro e entretenimento) ;
- Mídia e Indústrias Culturais (Bibliotecas, cinema, discos, livros, imprensa, Informação, tecnologia, vídeo) ;

Além disso, é complementado por questões transversais como direitos de autor, comércio e direitos conexos, educação, artes, educação artística e maiores espaços culturais da região, o financiamento para a cultura, as profissões culturais e o emprego.

⁴⁰ O conteúdo apresentado foi extraído do sitio do Ministério da Cultura e Comunicação da França: <http://www.culture.gouv.fr/nav/index-stat.html>, e a publicação do anuário pode-se acessar em: <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/catalogue/9782110080974/index.shtml>. Acesso em: 10/02/2011.

Dessa forma aborda uma diversidade de aspectos que conformam o amplo espectro do campo cultural perpassando cada um desses temas :

- Arqueologia
- Arquivos
- Ópera, música e dança
- Artes Visuais
- Biblioteca
- Filmes
- Comércio Exterior
- Discos
- Direitos de Autor e Direitos Conexos
- Educação Artística
- O ensino superior, cultura e artes
- Área dos equipamentos
- Financiamento da cultura
- Livro
- Museus
- Patrimônio e Arquitetura
- Imprensa
- Ocupações e emprego culturais
- Tecnologia da Informação
- Teatro e Shows
- Vídeo

O conteúdo disponibilizado para o tema Biblioteca⁴¹, por exemplo, inclui uma série de informações de cunho social relevantes à gestão desse equipamento cultural. Há informações estatísticas especificamente para a Biblioteca Nacional da França - BNF, incluindo o quantitativo de suas coleções, frequência de visitantes e leitores da BNF, entre outras. Essas estatísticas estão disponíveis para as bibliotecas públicas como um todo, sua dispersão regional e até estatísticas para a frequência digital dessas bibliotecas. Tais informações foram coligidas de pesquisas realizadas pelo próprio Ministério e pelo DEPS.

No que tange ao tema Livro, as principais informações estatísticas versam sobre quantidade de títulos e exemplares produzidos e vendidos, quantidade de editores e valor das exportações de livros. Informações essas que também são oriundas de pesquisas realizadas pelo Ministério, pelo DEPS e pelo Centro Nacional do Livro, que desenvolve estudos e pesquisas com o fito de promover a criação, a edição, a promoção e a difusão de obras literárias ou científicas, através de ações que visam a apoiar os diversos atores envolvidos na cadeia produtiva do livro. Neste caso do livro, as estatísticas coligidas envolvem também

⁴¹ Disponível em: <http://www2.culture.gouv.fr/culture/deps/chiffres-cles2010/08-bibliotheques-2010.pdf>. Acesso em 10/02/2011.

aspectos econômicos, posto que a “edição e impressão” é uma atividade que é caracterizada como indústria cultural.

Além de contemplar o âmbito nacional da Cultura, também são divulgadas informações estatísticas para as diversas regiões da França. Recentemente, o INSEE publicou um volume chamado *Géographie De L’emploi 2006 en Ile-de-France*⁴², nele encontram-se informações sobre a geração de emprego proporcionado pelas indústrias culturais dessa região. São consideradas as indústrias que têm em comum a produção, edição ou difusão de bens culturais, como a indústria do cinema e vídeo, da televisão, do rádio, da música, de livros, de jornais e de impressão.

Sobre as indústrias culturais, cumpre ressaltar que são analisadas e acompanhadas há muito tempo na França, com longas séries históricas de informações estatísticas que advêm, sobretudo, das diversas pesquisas econômicas que são realizadas por outros ministérios, mas também de pesquisas específicas do DEPS.

Finalizando essa breve descrição sobre as informações estatísticas produzidas na França, relaciona-se abaixo outras publicações disponíveis ao longo dos anos 2000 como mostra da abrangência e diversidade dos estudos e pesquisas elaborados pelo DEPS.

A Moda. Uma economia da criatividade e do patrimônio, no mercado, Christian Barrere e Walter Santagata, 278 páginas.

Os Músicos intérpretes na França. Retrato de uma profissão, Philippe Coulangeon, 350 páginas.

Os lazeres culturais de 6-14 anos, Sylvie Octobre, 429 páginas.

Perspectivas sobre as práticas culturais, sob a direção de Olivier Donnat, 348 páginas.

Revista de Desenvolvimento Cultural

151- O público dos Arquivos Nacionais e suas expectativas (janeiro 2006).

150- A fábrica sexuada dos gostos culturais. Construir sua identidade de menino ou menina através de atividades culturais (Dezembro 2005).

147 - A feminização das práticas culturais (junho 2005).

146 - A economia da bilheteria do espetáculo ao vivo (março 2005).

143 - Transmitir uma paixão cultural (fevereiro 2004).

142 – Os dançarinos (Novembro 2003).

Bibliotecários em prospecção, Jean-Pierre Durand, Monique Peyrière Joyce Sebag, janeiro de 2006, 197 páginas.

Público dos arquivos departamentais e comunais. Perfil e práticas (3 volumes) -

Apresentação da pesquisa e análise de resultados; Coleção das entrevistas da pesquisa qualitativa (Anexos - Volume 1); tabelas detalhadas dos resultados e síntese das respostas às questões abertas da sondagem (Anexos - Volume 2), editada por Lucien Miron, 2003, 240 +136+ 144 páginas.

Notas estatísticas do DEPS

18 – A observação cultural na região - 1 – O emprego (junho 2006).

19 - A observação cultural na região - 2 - O financiamento público (junho 2006).

⁴² Disponível em: http://www.insee.fr/fr/insee_regions/idf/themes/dossiers/geographie_emploi/docs/geo_emploi_24.pdf. Acesso em 10/02/2011. *Ile-de France* é uma região da França que inclui Paris e é tão importante economicamente quanto Nova York ou Londres.

- 20 - A observação cultural na região - 3 – Os públicos (junho 2006).
17 - Os Museus da França em 2003 - resultados da pesquisa de 2004 (maio 2006).
16 - Resumo Estatístico das indústrias culturais (janeiro 2006).
14 - Os ensinamentos de música, de dança e de arte dramática nos conservatórios regionais e escolas nacionais de música. Resultados da pesquisa anual 2003-2004 (Novembro de 2005) (COURRIER, 2006, s.p, tradução nossa)⁴³.

Na verdade, pelo que foi até aqui exposto, mostrando a diversidade de estudos e pesquisas desenvolvidas, pode-se dizer que a França foi suprindo a falta de uma teoria científica consolidada que subsidiasse a elaboração das informações estatísticas para a Cultura, construindo, pouco a pouco, seu marco referencial contemplando, hoje em dia, variados aspectos da realidade cultural francesa, uma vez que eram essenciais para a sustentação de sua política pública.

E nesse empreendimento, envolveu não só os conhecimentos do fazer estatístico, mas principalmente, buscou conscientizar os demais agentes envolvidos para a importância de sua ativa participação nesse processo. Desta forma, gestores culturais públicos e privados, políticos, acadêmicos e a própria sociedade se uniram na produção de conhecimentos, seja de maneira direta ou indireta.

Não obstante sua experiência, a França não tem toda a realidade cultural representada por informações estatísticas. Não se pode esquecer de que a cultura encerra dificuldades até o momento intransponíveis para o fazer estatístico. Sem também olvidar que não se dispõe de uma teoria que ampare a construção de estatísticas para vários aspectos da realidade social dos países, e além disso não há como quantificar estatisticamente o imaterial, o simbólico, o intangível.

Mesmo os aspectos econômicos da Cultura, que são de mais fácil mensuração, por força de se contar com teorias consolidadas e pesquisas que há muito vêm se repetindo no tempo, não abarcam todas as dimensões envolvidas em um produto cultural, a começar por seu componente estético e simbólico. O que se consegue medir é sua condição de reprodutibilidade.

Então, possuidora de vasto conhecimento acumulado na produção de informações estatísticas para a Cultura, a França tem participado ativamente dos debates internacionais sobre esse tema, seja nos eventos promovidos pelos INEs mundo afora, seja pelos organismos internacionais que visam à comparabilidade entre os países e em especial nas atividades promovidas pela UNESCO.

⁴³ Disponível em: http://www.insee.fr/fr/ffc/docs_ffc/cs117g.pdf. Acesso em: 10/02/2011. Entrevista com Philippe Chantepie, chefe do DEPS e com Jeannine Cardona, responsável pelo núcleo de Estatísticas desse mesmo departamento.

Nos meados da década de 1990, o DEPS organizou uma reunião de especialistas em informações estatísticas para a Cultura, no âmbito da União Europeia - UE, visando à discussão de questões relacionadas à difícil tarefa de comparação dessas informações dada a singularidade cultural de cada país.

Dessa reunião surgiu, no âmbito do EUROSTAT, em 1997, o *Leadership group on cultural statistics in Europe* – LEG, visando à construção de um “sistema de informação coerente e comparável capaz de contribuir para um melhor conhecimento das ligações entre a cultura e o desenvolvimento sócio-econômico dos Estados membros” (EUROSTAT, 2007, p. 1, tradução nossa). Com isso, o tema Cultura foi incluído na agenda do programa de trabalho do EUROSTAT, que vem elaborando estudos e divulgando informações estatísticas. A seguir apresenta-se essa experiência.

4.3 PRODUÇÃO DO EUROSTAT

Como resultado das atividades desenvolvidas pelo LEG, no ano 2000, foi divulgado um documento síntese dos estudos realizados com vistas à produção de informações estatísticas comparáveis para a Cultura. Para tanto, foi feita criteriosa análise nas bases de dados já existentes nos países e definidos alguns parâmetros que possibilitassem descrever a diversidade das culturas europeias e contribuísse para a definição e avaliação da política cultural da UE.

Nesse documento, que mais à frente serviu como uma atualização do primeiro marco de referência da UNESCO e que foi a base para a criação do marco de referência do EUROSTAT para as estatísticas de cultura, ressaltava-se o fato de se ter definido um eixo comum e a especificação das atividades culturais que o formam, a partir de campos, classificações e nomenclaturas comuns. Dessa forma, elaborou-se o marco referencial que foi adotado por todos os países da UE para a produção de informações estatísticas para a Cultura.

Nesse marco⁴⁴, optou-se por restringir o campo de atividades àquelas que foram reconhecidas como culturais por todos os Estados-Membros. Por esta razão, esportes e turismo, por exemplo, não foram considerados como atividades culturais. Assim, o total das

⁴⁴ Informações disponíveis em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/culture/introduction>. Acesso em: 05/02/2011.

sessenta atividades que compõem o campo cultural europeu foram divididas em domínios e funções que se interrelacionam.

Os oito domínios são: “patrimônio artístico e monumental, arquivos, bibliotecas, livros e imprensa, artes visuais, arquitetura, artes cênicas e audiovisual/multimídia”. E as seis funções são: “preservação, criação, produção, divulgação, comércio e formação”⁴⁵.

Com base nesse consenso, em 2003, o EUROSTAT divulgou um estudo específico sobre a Economia da Cultura na Europa⁴⁶, que foi realizado por um instituto de pesquisa privado, e se constituiu no **primeiro** estudo em nível europeu para mensuração da participação do setor cultural no PIB e nos níveis de emprego, entendendo que o setor cultural é importante para a geração de emprego e renda nos países.

Com as informações dessa pesquisa foi possível chegar à cifra de 654 bilhões de euros para a receita gerada pelo setor, contribuindo com 2,6% do PIB da UE. E ainda à constatação de que, pelo menos, 5,8 milhões de pessoas trabalhavam no setor, o que equivalia a 3.2% do total da população ocupada na Europa.

Observa-se aqui o fato de ter sido justamente a Economia da Cultura o primeiro aspecto a merecer investimento, por parte do EUROSTAT, para a produção de informações. Esse fato permite tecer comentários sobre duas hipóteses.

Primeiro a que ratifica o saber consolidado da elaboração das estatísticas econômicas e da contabilidade nacional e a outra que sugere pensar que somente a partir da identificação da importância econômica da cultura na geração de empregos e renda é que a Cultura passou a ser considerada tema para outras pesquisas estatísticas.

Com efeito, os estudos prosseguiram e um segundo produto informacional, que se valeu do mesmo consenso europeu, é o volume intitulado *Pocketbook – Cultural Statistics*⁴⁷, divulgado também pelo EUROSTAT, em 2007, no qual reúne as principais informações estatísticas produzidas no âmbito de cada um dos países da comunidade, e também informações de outras fontes como a UNESCO.

Nessa publicação, a Cultura já é entendida de forma mais abrangente envolvendo suas dimensões social e econômica. Entretanto, logo de início, já se esclarece que não é uma coleção exaustiva de informações estatísticas sobre todos os aspectos que envolvem a Cultura. Explicitando que por força da “falta de uma definição sólida de cultura (ou pelo excesso de

⁴⁵ Recorda-se que no FCS 2009 são consideradas nove categorias que incluem “esportes e jogos” e cinco funções que excluem o comércio.

⁴⁶ Informações disponíveis em: http://ec.europa.eu/culture/key-documents/doc873_en.htm, no qual também é possível fazer download do estudo na íntegra. Acesso em 15/02/2011.

⁴⁷ Essa publicação está disponível para download no endereço: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-77-07-296/EN/KS-77-07-296-EN.PDF.

definições)” adotou-se uma “definição pragmática geral acordada no LEG” que foi elaborada, como já mencionado, a partir da identificação de atividades tidas como culturais (POCKETBOOK, 2007, p. 5, tradução nossa).

E mesmo essa delimitação conceitual feita pelo LEG não se “igualava a qualquer setor econômico específico e, portanto, não é objeto de estudos setoriais”. O setor cultural inclui atividades presentes em “várias áreas do desenvolvimento social e econômico, que nem sempre estão representados nas classificações econômicas”. Significando, com isso, que para várias dessas atividades inicialmente identificadas como culturais, não se dispõe de pesquisas nacionais ou europeias, nem tampouco qualquer coleção de informações de outra natureza que as contemplem (Idem).

Dessa forma, foram coligidas informações culturais já existentes sobre o emprego, as indústrias, o comércio exterior, o consumo cultural, o uso do tempo e a participação cultural. Essas informações foram organizadas em três grandes blocos, subdivididos em capítulos.

No primeiro bloco estão reunidas informações sob a denominação “Dados contextuais”, no qual o primeiro capítulo apresenta informações sobre o contexto demográfico e socioeconômico da realidade europeia e o segundo apresenta informações sobre o Patrimônio Cultural da UE.

No primeiro capítulo, então, são apresentados tabelas e gráficos estatísticos com informações sobre a população de cada um dos 27 países pertencentes à União Europeia referentes ao ano de 2006, assim como as projeções populacionais para 2010, 2020 e 2030, por faixa etária e por sexo. Informações sobre a educação, sobre línguas estrangeiras, sobre características do emprego e também apresenta o Produto Interno Bruto dos países, bem como o Poder de Compra Padrão.

Já no segundo capítulo são trazidas informações sobre os sítios considerados patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO, em cada país da UE, sua descrição nominal, e uma totalização desses sítios na qual se pode comparar as diversas regiões do mundo e que são mostrados, a título de curiosidade, no quadro 5, a seguir.

	Número de Sítios Culturais	Incluindo os transfronteiriços
UE - 27	292*	7
Ásia Pacífico	174	1
América Latina e Caribe	117	2
Estados Árabes	59	0
África	38	1
USA e Canadá	14	0

Quadro 5: Número de Sítios Culturais por região do mundo.

Fonte: Pocketbook, 2007, p. 35, tradução nossa.

*Inclui sítios mistos (culturais e naturais).

Além dessas informações, consta ainda desse primeiro bloco a relação dos cinco museus mais visitados em cada um dos países da UE.

O segundo bloco de informações é dedicado às informações referentes ao Emprego Cultural, Empresas e ao Comércio Exterior. Dividido em três capítulos, o primeiro trata do Emprego Cultural e apresenta diversas tabelas com informações sobre totais de emprego considerados culturais, para cada país e também comparação percentual com o total geral de empregos do país.

Iniciado por uma pequena análise dessas informações, o texto deixa claro que as discussões no âmbito do LEG, sublinharam a importância de usar uma fonte estatística para as estimativas do emprego cultural. Desta forma todas as tabelas e gráficos foram elaborados a partir da Pesquisa sobre a Força de Trabalho levada a cabo pelo EUROSTAT no ano de 2005.

Entretanto, a maioria dos países da UE disponibiliza informações sobre o número de postos de trabalho utilizando um nível bem agregado da classificação de atividades – NACE e da classificação de ocupações - ISCO, e para que se pudesse identificar tanto as atividades quanto as ocupações eminentemente culturais, era necessário níveis mais detalhados. Para atender a essa necessidade foi concebido um método estatístico para aproximar o emprego cultural através do cruzamento dessas duas dimensões, NACE e ISCO.

Então o emprego cultural foi estimado a partir das atividades e das ocupações culturais, o que permitiu identificar todos os postos de trabalho em atividades culturais, todas as pessoas qualificadas envolvidas nas profissões culturais, mesmo que contratadas por empresas dedicadas a outras atividades econômicas que não as culturais.

As ocupações derivadas da pesquisa do EUROSTAT são: arquitetos e planejadores de tráfego; arquivistas e curadores, bibliotecários e profissionais de informação relacionados; autores, jornalistas e outros escritores; escultores, pintores e artistas relacionados; compositores, músicos e cantores; coreógrafos e bailarinos; palco, cinema e atores e diretores relacionados; fotógrafos e operadores de equipamentos de gravação de som e imagem; decoradores e designers; rádio, televisão e outros locutores; músicos de rua, de *night-club* e relacionados, palhaços, mágicos, acrobatas e similares.

Assim foi possível saber que do total de 208.945 mil empregos existentes na UE, em 2005, 4.940 mil eram empregos culturais, o que representava em termos percentuais, 2,4% desse total. Essas informações são apresentadas para cada um dos países, além de dispor de várias outras informações como a participação da mulher nessas ocupações, o nível educacional dos trabalhadores, totais e percentuais de empregados formais e informais, participação dos empregados que usualmente trabalham em casa, o total e percentual do emprego cultural por nacionalidade dos empregados, entre outros.

O segundo capítulo do segundo bloco é dedicado às empresas do setor cultural, formado pelas seguintes atividades: edição de livros, jornais, revistas e publicações periódicas; setor de gravação de som; arquitetura ligada às atividades de engenharia; e, cinema.

As informações foram coligidas das pesquisas estruturais de empresas, que, em geral, são bem extensas e com periodicidade anual cobrindo os setores da indústria, comércio e serviços, e são harmonizadas pelo EUROSTAT. Entretanto, as atividades de biblioteca, arquivos, museus e preservação do patrimônio histórico, atividade audiovisual e algumas outras atividades do entretenimento, que normalmente são identificadas como pertencentes ao setor cultural não são cobertas por essas pesquisas econômicas, o que justifica esse conjunto reduzido de atividades contemplado nessa publicação (POCKETBOOK, p. 77, tradução nossa). Nota-se ainda que as informações apresentadas para o cinema são oriundas de outra fonte.

Assim, constam das diversas tabelas e gráficos desse capítulo, informações relativas ao número de empresas, número de empregados, valor da receita auferida em milhões de euros, do valor agregado por esse setor à economia, e também o custo da mão-de-obra e o investimento das empresas por empregado, entre outras.

Finalizando o segundo bloco de informações, constam do terceiro capítulo as estatísticas referentes ao Comércio exterior de bens culturais.

Foram considerados apenas os principais bens culturais os livros, os jornais e periódicos, CDs e DVDs, obras de arte, peças de colecionador, antiguidades e instrumentos musicais. Informações relativas ao ano de 2006 acusam um excedente de três bilhões de euros como resultado advindo do comércio desses bens com o exterior. E os Estados Unidos e a Suíça são os principais destinos da “exportação cultural” da UE (POCKETBOOK, p. 103, tradução nossa).

O terceiro e último bloco de informações dessa publicação, referente às Despesas e Participação Culturais, está organizado em três capítulos. O primeiro deles trata da Despesa Cultural.

Além das três principais categorias de despesas das famílias, habitação, alimentação e transporte, existe uma rubrica destinada às despesas de lazer e cultura e é aí que se encontram os gastos com cultura. Esses gastos ou despesas foram agrupados em categorias tais como material impresso (livros, jornais, revistas e artes gráficas); quadro, som e uso de computador; equipamentos de som, imagem e computador; participação em eventos culturais (cinema, teatro, shows, museus, galerias e outros) e atividades amadoras (fotografia, música etc.) (Idem, p. 125).

As informações estatísticas apresentadas baseiam-se na Pesquisa de Orçamento Familiar de cada um dos países membros da UE, referente ao ano de 1999, destacando-se a média anual das despesas com cultura por domicílio e esta mesma média desagregada por faixas de renda.

Na sequência, o capítulo dois apresenta as informações referentes à Participação Cultural. Cumpre esclarecer que essas informações foram obtidas através de pesquisa de sondagem que não é uma prática na estatística oficial, dado que consiste na obtenção de respostas subjetivas.

Tais informações permitiram conhecer a participação da população em instalações culturais do tipo: monumentos históricos (palácios, castelos, igrejas, jardins etc.); cinema; museus ou galerias; bibliotecas públicas; concertos; teatro; e, performances de dança ou ópera. Também disponibiliza essas mesmas informações desagregadas por gênero; pelo status da ocupação considerando gerentes, outros executivos, autônomos e trabalhadores braçais; e ainda por faixas etárias.

Além dessa sondagem, desde 2002, está sendo realizada uma pesquisa sobre a utilização das tecnologias da informação e comunicação – TIC nos domicílios fornecendo informações sobre a utilização dos equipamentos e também do uso da internet.

Sobre a internet há informações, por exemplo, sobre o percentual de pessoas que utilizaram a internet para fins culturais, nos últimos três meses anteriores à data da pesquisa, como ler e baixar conteúdos dos jornais e revistas; jogar e baixar *games* e músicas; ouvir rádio e assistir televisão através da *web*; acessar sítios educacionais; além dos outros usos (bate papo e redes sociais).

O terceiro capítulo traz informações sobre o tempo gasto em atividades culturais. Desde 1990, o EUROSTAT divulgou metodologia para que os Estados-membros desenvolvessem em seus INEs ou em outros institutos de pesquisa, as pesquisas estatísticas sobre o uso do tempo, que são a fonte das informações coligidas e apresentadas nesse capítulo.

Dessa forma, inquirindo sobre o tempo gasto durante o dia em atividades como comer, dormir, trabalhar, estudar, assistir TV e vídeo, além do tempo considerado livre e o gasto em diversas atividades de lazer e de cultura, é possível identificar certos padrões de comportamento e também diferenças substanciais na comparação entre os países (POCKETBOOK, p. 149).

O capítulo é formado por uma breve análise e variados gráficos e tabelas com essas informações para cada um dos países, nos quais se pode verificar ainda a participação por gênero e por faixa etária em cada atividade.

Finalizando esta descrição, chega-se à última parte da publicação, que se refere às “informações gerais”, na qual estão detalhadas as estruturas das classificações utilizadas, as fontes das informações e as definições como metainformação.

Até o momento o EUROSTAT não divulgou qualquer atualização das duas publicações citadas. Mas, indica que nova versão do *pocketbook* será divulgada no segundo semestre deste ano.

Seguindo a trajetória da Europa no campo das estatísticas para a Cultura, acrescenta-se que em 2007, foi proposta uma “Agenda Europeia para a Cultura”⁴⁸ baseada em três objetivos comuns: diálogo intercultural, diversidade cultural e a cultura como catalisador para a criatividade e elemento chave nas relações internacionais. Em função dessa agenda, foi criado um programa de desenvolvimento de ações e políticas no período 2007-2013, que prevê a realização de estudos e pesquisas estatísticas.

⁴⁸ Informações mais detalhadas estão disponíveis em:
http://ec.europa.eu/culture/our-policy-development/doc399_en.htm. Acesso em 03/02/2011.

Especificamente, no que tange à criatividade, essa agenda visa a atender à Estratégia de Lisboa, que focada na Agenda 21 da Cultura, preconiza uma “economia verde e inovadora”. Dessa forma, as indústrias culturais estão no centro da inovação e das atenções, já que são potenciais em criatividade, e também por virem promovendo o crescimento do emprego na Europa.

Cumpra por fim esclarecer que, no âmbito do EUROSTAT, não faz muito tempo, foram criadas redes destinadas ao aprimoramento metodológico de diversos temas que compõem o *European Statistical System* – ESS, as chamadas ESSnet⁴⁹.

Ao final de 2009 foi constituída a ESSnet referente às estatísticas para a Cultura, a “EESnet-Cultura”⁵⁰, da qual participam os países que trabalham para o desenvolvimento metodológico das estatísticas culturais e é formada por quatro grupos de trabalho responsáveis pelas discussões dos seguintes temas: Marco referencial para as estatísticas culturais e definições, liderado pelo Ministério da Cultura e Comunicação da França; Financiamento e gastos em Cultura, liderado pelo INE da República Tcheca; Indústrias Criativas, liderado pelo INE da Estônia; e, Práticas culturais e aspectos sociais, liderado pelo Ministério de Educação, Cultura e Ciência da Holanda.

Atualmente, o ESSnet-cultura está discutindo um novo marco referencial europeu para as estatísticas de Cultura, tendo em conta o marco da Unesco, divulgado em 2009, e as novas propostas para as estatísticas.

Isso significa que está ocorrendo na União Europeia todo um movimento visando à produção de informações sócio-econômicas, que contemplem os variados aspectos que conformam a Cultura, envolvendo todos os países, exatamente como ocorre na França. É uma discussão que tendo início nos anos 1990, se consolida, efetivamente, com a produção de informações estatísticas comparáveis na década de 2000.

Em seguida apresenta-se um panorama da realidade nacional das estatísticas de cultura.

4.4 AS ESTATÍSTICAS NACIONAIS

Objetiva-se aqui, principalmente, apresentar as informações disponibilizadas pelo IBGE que se constituem nas principais fontes utilizadas nessa subseção. Entretanto, ao longo

⁴⁹ Disponível em: http://ec.europa.eu/culture/our-policy-development/doc1577_en.htm. Acesso em 05/02/2011.

⁵⁰ Disponível em: http://ec.europa.eu/culture/our-policy-development/doc1577_en.htm. Acesso em 05/02/2011.

desta pesquisa, algumas iniciativas empreendidas por outras instituições foram sendo conhecidas e são aqui comentadas como base para a determinação da linha evolutiva da informação estatística de cultura no Brasil até os dias atuais.

Partindo de uma publicação intitulada Estatísticas do Século XX⁵¹, divulgada pelo IBGE em 2003, percebeu-se que uma incursão às informações aí apresentadas deveria ser feita, embora o foco inicial fosse os anos 2000.

As Estatísticas do Século XX foram coligidas dos 64 volumes do Anuário Estatístico Brasileiro - AEB, e também da publicação denominada Estatísticas Históricas do Brasil. Essas informações coligidas estão divididas em dois grandes blocos: estatísticas populacionais, sociais, políticas e **culturais**; e, estatísticas econômicas. Em ambos os blocos os números são comentados em textos analíticos, escritos por diversos pesquisadores, sendo o da Cultura escrito por Sergio Miceli, intitulado “Entre o Palco e a Televisão”.

As tabelas com as informações estatísticas de cultura, retiradas de cada um dos AEB, compõem o anexo⁵² da publicação, resumindo o que já se divulgou de informação estatística para a cultura no Brasil. Além disso, ao longo da revisão de literatura desta pesquisa, viu-se, em algum dos textos estudados, que havia contribuições importantes que permitiam elaborar uma linha evolutiva das estatísticas de cultura.

Já de início pôde-se observar que a produção de informações estatísticas para a Cultura no Brasil veio de longa data, posto que já no primeiro AEB, que reúne informações do quinquênio 1908-1912, são apresentadas informações referentes à Cultura. Na parte referente à “Caracterização Sociográfica”, além dos aspectos econômicos e sociais, há informações para a “situação cultural” do país, que inclui informações sobre a vida intelectual e a vida moral, como mostrado no esquema abaixo:

- V – Situação cultural
- A – Vida Intelectual
- 1. Ensino e Educação
- 2. Bibliotecas
- 3. Museus
- 4. Monumentos históricos e artísticos
- 5. Belas Artes
- 6. Teatros e outras casas de diversões
- 7. Associações culturais (científicas, literárias, artísticas, educativas,
cívicas, recreativas e desportivas)
- 8. Institutos Científicos
- 9. Arquivos Públicos

⁵¹ Todas as informações apresentadas sobre essa publicação podem ser vista no endereço: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/default.shtm>, que inclui ainda todas as tabelas extraídas dos AEB. Acesso em 10/02/2011.

⁵² Esses anexos estão disponíveis em: http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/cultura.shtm Acesso em 12/02/2011.

10. Imprensa periódica
11. Rádio-difusão
12. Aspectos culturais da indústria bibliográfica, fonográfica e cinematográfica.
13. Exposições, congressos e conferências.
14. Missões científicas e culturais
15. Excursionismo.

B – Vida Moral

- Aspectos Positivos ou normais
- a – Movimento Humanitário
 16. Catequese indígena
 17. Organizações e campanhas pela elevação física, intelectual e moral da raça.
 18. Organizações e campanhas de reforma social
 19. Organizações e campanhas para o desenvolvimento do espírito cívico
 - b- Movimento Espiritual
 20. Organização Religiosa
 21. Corporações religiosas
 22. Edifícios, monumentos e objetos de arte consagrados ao culto
 23. Missões religiosas
 24. Grandes comemorações, festividades e movimentos religiosos
 25. Atos religiosos (ESTATÍSTICAS..., 2003).

Na parte introdutória desse volume, resume-se que as informações, que dele fazem parte, colaboram na promoção e melhoria da educação do povo, sobretudo no que diz respeito às informações quantitativas referentes aos museus e às bibliotecas, à imprensa e à instrução pública e particular. Donde se pode perceber que a Cultura estava, àquela época, vinculada à educação como suporte a esta e assim continuaria por algum tempo.

Essas informações resultam dos inquéritos sobre a instrução, sendo subdividida em vários quadros referentes às sociedades científicas, literárias e artísticas, à imprensa periódica, às belas artes, aos museus, às bibliotecas e, finalmente, ao ensino público e particular. Na parte referente às sociedades científicas constam tabelas nas quais se observam as sociedades existentes em cada estado e no DF- RJ, com nome, natureza e data de fundação. Em outra tabela resumitiva, estão totalizadas as quantidades de sociedades por estado segundo a sua natureza (científicas, históricas e geográficas, literárias, dramáticas, instrutivas etc.).

Na parte da imprensa, as tabelas mostram os periódicos publicados no Brasil, por UF e até municípios em alguns casos, relacionando seus nomes, sua natureza (oficial, noticioso, religioso, literário, humorístico, científico, militar, marítimo, filosófico, espírita, agrônômico, didático, anunciador, comercial, estatístico, almanach, industrial, esportivo, maçônico, infantil, etc.), a periodicidade e o ano da fundação.

Passada a imprensa é a vez das Exposições Gerais da Escola Nacional de Belas Artes (1901-1912) – Pintura e desenho; Escultura; Arquitetura, Gravura de Medalhas, Gravura e litografia, Artes aplicadas à indústria. Na parte relativa aos museus, constam informações sobre frequência dos principais museus do Brasil, número de visitantes; algumas informações sobre as coleções pertencentes aos museus Goeldi, Nacional, Naval e Paulista.

No que tange às Bibliotecas Existentes (1907-1912), são nomeadas as bibliotecas por UF/Município, com o tipo de administração a que está sujeito o estabelecimento, se particular ou pertencente a umas das esferas da administração pública: federal, estadual ou municipal, com a respectiva data de fundação.

Foi possível perceber que as informações contidas nesse AEB têm ainda um caráter muito mais afeito à descrição do que propriamente à quantificação, o que se ajusta bem ao período em que as estatísticas eram produzidas sem rigor científico.

O próximo anuário editado no país é o AEB de 1936, gerado pela Diretoria Geral de Estatística –DGE, que mais a frente irá se configurar no IBGE. No prefácio dessa edição consta que é encargo do INE, publicar regularmente o Anuário Estatístico do Brasil, no qual se condensem, metodicamente, os resultados finais do trabalho cooperativo, no campo das investigações estatísticas, das três ordens (esferas) autônomas da administração brasileira.

Dos AEB de 1936 a 1938 constam praticamente as mesmas informações citadas anteriormente, acrescidas de mais detalhes sobre a Biblioteca Nacional como o número de obras registradas, além de algumas informações sobre direito de autor; sobre a Frequência aos aquários de peixes marítimos; e, Despesas Públicas com a assistência cultural. Em nenhum desses anuários há citação da fonte das variadas informações neles contidas.

Apresentando informações cuja fonte majoritária é o Serviço de Estatística da Educação e Saúde - SEES, do Ministério da Educação e Saúde Pública - MESP, o AEB 1939-1940, segue o conteúdo dos anteriores com pequenas variações, valendo notar as tabelas de informações sobre Exposições e feiras; e, Congressos e Conferências.

A divulgação, em 1943, do primeiro recenseamento (1940) realizado pelo IBGE, contou com um volume introdutório chamado “A Cultura Brasileira”, escrito por Fernando de Azevedo. Nessa publicação, pode-se observar que a visão de Cultura utilizada pelo autor é bem mais ampla que as informações até então divulgadas nos anuários permitia apreender, dando a perceber as potencialidades da cultura para a construção da nação a partir da identificação de alguns elementos da cultura brasileira que estavam transformando o Brasil em uma sociedade moderna. Consta ainda a intenção do autor em apresentar uma visão de

conjunto de todos os fatores de formação da cultura brasileira nas manifestações artísticas, literárias e científicas.

Na década de 1940, o primeiro anuário divulgado reúne informações referentes aos anos de 1941 a 1945 e os conteúdos seguem os anteriores com pequenas variações, entretanto observa-se maior quantidade de informações numéricas e menos descrições. Uma novidade surge no AEB de 1947 com a inserção de informações referentes à Propriedade Intelectual, apresentando os totais de registros de obras na Escola Nacional de Belas Artes, na Escola Nacional de Música, na Biblioteca Nacional e na Sociedade de Autores Teatrais. Outra novidade é inserção, no AEB 1952, de tabelas referentes às Vias de Comunicação – Correios e telégrafos.

No AEB de 1957 as informações têm como referência a Secretaria de Estatística de Educação e Cultura – SEEC, do MEC, e assim seguem apresentando basicamente as mesmas quantificações por toda a década de 1960. A partir da década de 1970 os anuários passam a apresentar informações sobre o Desporto e as tabelas mostram o número de associações e de associados, segundo a natureza das atividades, assim como o número de desportistas, segundo as modalidades esportivas mais praticadas. Mas, de 1980 em diante, a quantidade e variedade de informações vai diminuindo até chegar a ter, em alguns anos, apenas informações sobre os museus. E cabe comentar que é de se estranhar que com o avanço da computação e o surgimento dos sistemas de informação, as informações para a cultura caminhem em sentido contrário. Entretanto, também é importante considerar que já existia todo um movimento político no sentido da emancipação institucional da cultura.

Em 1985, é criado o MinC, mas as informações dos AEB subsequentes seguem sendo originárias da SEEC/MEC até o AEB de 1992, o qual apresenta informações referentes ao ano de 1988, cuja fonte já passa a ser o Ministério de Infra Estrutura para as informações dos Correios e a Secretaria da Cultura do Departamento do Tesouro Nacional para as demais informações sobre Bibliotecas, Rádio e Televisão e Museus. Compondo a introdução das estatísticas de educação, há no anuário esse texto sobre as estatísticas de cultura:

A presente série de seis tabelas de dados culturais deriva do Censo Cultural de 1989, coletado pela rede do IBGE a partir de questionários reformulados pelo Ministério da Cultura (MinC).

Anteriormente, as estatísticas culturais ficavam sob a responsabilidade do SEEC/MEC e os inquéritos de cultura tinham periodicidade trienal ou bienal, dependendo da maior ou menor variação dos dados a pesquisar. Os Anuários Estatísticos do Brasil de 1986-1988 reproduzem os últimos dados coletados com os questionários que existiam anteriormente à reformulação.

Assim, tendo em vista diferenças conceituais em relação aos objetos de pesquisa em cada tema investigado, e ainda especificações diferentes sobre os universos cadastrados efetivamente pesquisados através do Censo Cultural de 1989, os usuários **não poderão estabelecer comparações consistentes** entre o presente conjunto de tabelas divulgadas e as séries anteriores (AEB 1992, p. 357, grifo nosso).

Nota-se que, na verdade, o fim da produção do SEEC/MEC e a retomada pelo MinC com a realização do Censo Cultural representa mais que uma mudança conceitual e metodológica, posto que logo se observará uma interrupção na continuidade das informações estatísticas para a Cultura, principalmente porque, por razões que não se conseguiu apurar, de 1993 em diante, os AEBs editados no País não mais trazem qualquer informação sobre a cultura.

Interessa observar que a assertiva de Oliveira (2003), a seguir, corrobora o que está dito acima:

Na década de 1980, por iniciativa do Ministério da Cultura, chegou-se a produzir um inquérito sobre cultura no Brasil, chamado por alguns de Censo Cultural. A pesquisa foi precedida por várias articulações e discussões entre técnicos do IBGE e os diversos segmentos da cultura, como cinema, radiodifusão, editoras de livros e do Patrimônio Histórico. Houve várias reuniões para a definição dos instrumentos de coleta (OLIVEIRA, 2003, p.190).

O Censo Cultural representou a primeira aproximação entre o MinC e o IBGE. Entretanto, a participação do IBGE nesse Censo se limitava apenas à tarefa de coletar as informações, ou seja, “a pesquisa foi a campo em 1988 e o material foi entregue ao Ministério da Cultura para posterior processamento e apuração. O resultado, contudo, não chegou a ser divulgado em razão de mudanças institucionais ocorridas à época” (OLIVEIRA, 2003, p. 191).

Neste ponto, dois fatos merecem destaque por serem esclarecedores da lacuna de informações que acabou se instaurando no cenário das estatísticas oficiais de cultura. O primeiro diz respeito à extinção do SEEC. O Serviço de Estatísticas de Educação e Saúde que passou a ser o Serviço de Estatísticas de Educação e Cultura, em 1956, ligado ao MEC foi transferido para Brasília, em 1980, com subordinação à Secretaria de Informática desse mesmo ministério. Em 1985, passou a ser subordinado à Secretaria Geral, também do MEC e, em 1987, à Secretaria de Planejamento. Aí permaneceu até a reforma administrativa

empreendida pelo governo em 1991. Mas note-se que aos poucos já se vinha diminuindo a variedade das informações produzidas para a cultura, até encerrar de vez, seguindo apenas com as informações de educação. Nos anos seguintes, até 1994, o SEEC correu o risco de ter suas atividades suspensas, entretanto, com a descentralização da apuração dos dados do Censo Escolar, foram criadas Secretarias Estaduais de Educação que necessitavam da supervisão do SEEC. Em 1996, foi incorporado pela Secretaria de Avaliação e Informação Educacional - SEDIAE/MEC, passando, em seguida, a fazer parte Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, que, em 1997, é declarado órgão oficial, na esfera federal, encarregado pelos levantamentos estatísticos educacionais⁵³.

O segundo fato visa a frisar que, de 1985, época de sua criação, até o ano de 1994, o MinC experimentou a administração de nada menos de dez ministros, incluindo os dois secretários quando de seu rebaixamento à condição de Secretaria de Estado, nos anos 1991 e 1992⁵⁴. Sendo que no IBGE ocorre fato semelhante, tendo, no mesmo período, seis presidentes (SENRA, 2009). Toda essa instabilidade gerencial parece ter contribuído para o vazio observado nas informações estatísticas oficiais, nos anos noventa.

Note-se, ainda, que é possível intuir que a alternativa do MinC foi aproximar-se do IBGE, ao invés de criar uma instância em sua estrutura nos mesmo moldes da SEEC, para seguir com a produção de informações estatísticas para a cultura. E, de fato, a proposta do PGIEG de 1992, que não chegou a ser implantado por parte do IBGE, contemplava a realização de uma “Pesquisa de Cultura, Lazer e Uso do Tempo”, com abrangência de todo o território nacional (PGIEG, 1992, p. 12), cuja descrição sumária é a seguinte:

[...] consiste num conjunto de onze levantamentos de âmbito nacional, realizados pelo IBGE desde a Campanha Estatística de 1937, a saber: Rádios; Publicações Periódicas; Edições de Livros; Arquivos; Museus; Bibliotecas Públicas, Escolares, Especiais e Infanto-juvenis; Bibliotecas Universitárias e Especializadas; Instituições Culturais; Espaços Cênicos; Cinema e Vídeo; e, Televisão. Tais levantamentos foram interrompidos em 1985 e posteriormente reformulados como decorrência do Convênio firmado entre o IBGE e o Ministério da Cultura. A implantação da nova pesquisa, com levantamentos temáticos reformulados e ampliados, se dará oportunamente (PGIEG, 1992, p. 36).

⁵³ Informações disponíveis em http://www.ibge.gov.br/projetos/comite_estatisticas_sociais/?page_id=98. Acesso em 15/02/2011.

⁵⁴ Consultar anexo D, desta pesquisa, p. 164.

Entretanto, o MinC ao mesmo tempo em que se aproximava do IBGE, recorria também à Fundação João Pinheiro - FJP⁵⁵ para solicitar que fossem realizados estudos dedicados à dimensão econômica da Cultura. Com efeito, Santana e Silva (2001) afirmam que

quando ministro da Cultura, Celso Furtado apontava para a necessidade de contemplar a dimensão econômica da produção dos bens culturais: *As atividades culturais incluem-se entre aquelas cuja demanda apresenta uma elevada elasticidade-renda, sendo ao mesmo tempo fortes criadoras de emprego e fracas consumidoras de divisas. Contudo, carecemos de informações sobre essa matéria, até hoje considerada de pouca relevância econômica.* A partir de então, o Ministério da Cultura contratou a Fundação João Pinheiro (FJP) para realizar o estudo Economia da Cultura: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil (1988), ao qual se seguiram pesquisas sobre o cinema brasileiro, casas de cultura, a indústria editorial e, mais recentemente, o Diagnóstico dos Investimentos em Cultura no Brasil (1998) que trata dos gastos públicos e privados com cultura no país, da distribuição e estrutura regional das atividades culturais e da estimativa do Produto Interno Bruto (PIB) cultural brasileiro (SANTANA E SILVA, 2001, p.7, grifo das autoras).

Vale notar, entretanto, que, passada a instabilidade administrativa do MinC, o governo federal com a intenção de “estabelecer incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais” inclui em seu Plano Plurianual de Ciência e Tecnologia 1996-1999⁵⁶ o seguinte texto:

O Brasil já dispõe, hoje, de respeitável experiência no que diz respeito à sistematização e ao tratamento informatizado da informação cultural. O Ministério da Cultura, desde 1989, conta com os dados do **maior censo cultural já realizado na América Latina, trabalho cuja disponibilização está em fase conclusiva.** Nossos grandes museus, nossa rede de bibliotecas, nossas entidades vinculadas (IPHAN, FBN, FUNARTE, Fundação Casa de Rui Barbosa, e mais recentemente a Fundação Palmares) têm investido em informatização de seus acervos de acordo com as mais modernas normas internacionais, desenvolvendo softwares originais e soluções criativas no que tange à disponibilização das informações culturais para o grande público. Dentro da moderna tendência no campo da informática, onde os grandes Centros de Processamento de Dados, com equipamentos de grande porte e bases de dados centralizadas foram superados pelo conceito muito mais ágil e flexível de redes, todo esse acervo já elaborado e acumulado no seio de nossas diferentes instituições culturais precisa hoje ser interligado, criando-se a base de equipamentos e os protocolos de comunicação que permitam seu recíproco enriquecimento e a democratização de seu acesso (PLANO..., 1996, p. 46, grifo nosso).

⁵⁵ A Fundação João Pinheiro é o órgão oficial de estatísticas do estado de Minas Gerais.

⁵⁶ Pode ser visto em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ci000010.pdf>. Acesso em 11/12/2010.

Entre as metas qualitativas desse PPA figurava “oferecer à sociedade um sistema integrado de informações culturais, de modo a apoiar a gestão cultural e socializar o acervo de conhecimentos, dados e indicadores disponíveis no setor”. Nas metas quantitativas incluía a tarefa de “completar a disponibilização do Censo Cultural de 1989, e realizar novos levantamentos setoriais a partir de 1996” (PLANO..., 1996, p. 47).

Segundo Oliveira (2003), “entre 1995-1996, o Ministério da Cultura contactou o IBGE sobre a possibilidade de realização de um novo Censo Cultural ou inquérito cultural, mas a ideia não teve prosseguimento” (OLIVEIRA, 2003, p. 191). O que sugere ter sido a razão que fez com que o MinC voltasse a encomendar à Fundação João Pinheiro outro estudo, celebrando com esta um contrato de prestação de serviços de âmbito nacional, para executar a pesquisa Diagnóstico dos Investimentos em Cultura no Brasil⁵⁷, em 13 de novembro de 1996. A metodologia adotada para esse diagnóstico contemplou a realização de três pesquisas:

A primeira pesquisa avaliou os gastos efetuados pelo setor público nos níveis federal, estadual e municipal (capitais) no período de 1985 a 1995, inclusive dos órgãos das administrações indiretas dessas esferas governamentais; a segunda consistiu no estudo dos gastos em cultura de uma amostra selecionada das maiores empresas privadas e públicas e suas fundações/institutos culturais no período de 1990 a 1997; e a terceira estimou a participação do setor cultural no Produto Interno Bruto do País, assim como analisou a evolução e a composição dos seus principais segmentos, possibilitando, do ponto de vista econômico, medir seus reflexos na geração da renda, emprego, salários e impostos com base nas técnicas de insumo-produto (FJP, 1998, p. 9).

Para esse terceiro estudo, que visava a “dotar o Governo Federal de uma ampla base de dados e informações sobre o setor cultural e sua inserção na economia brasileira” (FJP, 1998, p.10) foram utilizados os resultados dos Censos Econômicos de 1980 e de 1985, do Censo Demográfico de 1991 e a pesquisa Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas, todos do IBGE. Além disso, utilizou-se a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, que é um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego, para os anos de 1991 e 1994 (FJP, 1998).

A definição do “macrosetor ou complexo da cultura” (setor cultural) envolveu

⁵⁷ No link: <http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/82-servicos-cepp/79-diagnostico-dos-investimentos-em-cultura-no-brasil>, é possível acessar e fazer download de cada um desses volumes. Acesso em 05/02/2011.

não só as atividades econômicas centrais do mesmo, como as atividades de serviços de entretenimento – radiodifusão, televisão, salas de cinema e teatros, mas ainda todas as outras atividades cujo produto é, predominantemente, a elas destinado. Incluem-se, portanto, atividades pertinentes à Indústria da Transformação – como a editoração de livros e publicações do setor cultural, a produção de equipamentos para uso nas indústrias fonográfica e cinematográfica, além da produção de fitas, películas e discos fonográficos. Da mesma maneira, consideram-se, também, as atividades de Comércio relacionadas aos produtos industriais enumerados, além dos Serviços Auxiliares às atividades que compõem o núcleo do macrossetor. As atividades das administrações públicas relacionadas com a Cultura também foram consideradas (FJP, 1998, p.13).

Para os anos seguintes, mesmo que já houvesse em fins dos anos 1990 uma grande demanda por informações estatísticas para a Cultura, não houve atualização desse diagnóstico. Tampouco os anuários de 1993 em diante contemplam informações culturais, como nos anos anteriores.

De acordo com Miceli (2003), as informações produzidas ao longo de todo o Século XX para a Cultura e que fazem parte dos AEBs,

oferecem retratos inesperados da cena cultural, ou então, requerem o apelo a subsídios adicionais capazes de trocar em miúdos e trazer à tona os feitos e atividades recobertos pelos algarismos e porcentuais. Certos quadros ou tabelas proporcionam flagrantes surpreendentes acerca de práticas culturais enfiadas na lonjura histórica; outros coeficientes apresentam indicadores consistentes a respeito dos níveis de concentração regional ou institucional no tocante a equipamentos e instituições da infra-estrutura na área cultural – bibliotecas, museus, arquivos –, às redes de distribuição de bens culturais – cinemas, teatros, livrarias, etc. –, ou ainda aos empreendimentos e setores mais rentáveis da emergente indústria cultural no País – gráficas e editoras, jornais e periódicos, estações de rádio e televisão, etc. Os dados quantitativos referentes aos salões nacionais de belas artes e às temporadas de ópera, na cidade do Rio de Janeiro, naquela época o centro incontestado da vida artística e intelectual do País, propiciam subsídios preciosos a respeito dos padrões de gosto e de sensibilidade prevalecentes nos círculos de elite em que era recrutada a maioria dos abonados compradores de obras de arte no mercado interno, bem como dos assinantes e demais frequentadores dos espetáculos líricos no Teatro Municipal (ESTATÍSTICAS..., 2003. s.p).

Inesperado também foi encontrar uma diversidade de informações bem no início do século, mantendo-se com regularidade por várias décadas, e ao final dos anos 1980, justo quando a cultura vai ganhando importância nas sociedades, observar um esvaziamento até chegar a seu completo desaparecimento no início dos anos 1990.

Sintetizando, pode-se mesmo dizer que “as informações estatísticas sobre cultura existentes na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não estão disponíveis de forma organizada, assim como não temos um sistema de estatísticas ou de indicadores de cultura já implementado” (OLIVEIRA, 2003, p. 189).

Iniciado o século XXI, a lacuna de informações estatísticas para a Cultura começa a ser preenchida, mesmo que parcialmente. Logo em 2001, o IBGE divulgou os resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC⁵⁸, cujo ano base era 1999, e contemplava algumas informações para a Cultura.

Além da pesquisa básica sobre a gestão dos municípios, através da qual é realizado levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, e as diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade, investiga temas variados através de seus Suplementos Especiais. A divulgação feita em 2001, incluindo informações referentes os anos 1998-2000, foi dedicada às Finanças Públicas dos municípios que incluía duas tabelas de participação da função “educação e cultura” no total das despesas dos municípios. Além disso, no questionário da pesquisa de 2001 havia um bloco de quesitos sobre quantidades dos equipamentos culturais existentes no município, quais sejam: Bibliotecas Públicas; Museus; Teatros ou sedes de espetáculos; Cinemas; Livrarias; Videolocadoras, Estações de rádio FM; e, Geradoras de TV. Além disso, foi investigada a existência de conselhos municipais de cultura.

Em 2003, o MinC volta a se aproximar do IBGE para expressar sua demanda por informações estatísticas, fato que é atestado por Oliveira (2003) ao informar que “as discussões sobre o assunto estão começando a se concretizar e apontam no sentido da retomada de experiências anteriores, da reatualização de experiências anteriores para a construção de informações sobre a nossa cultura” (OLIVEIRA, 2003, p. 190).

De fato, foi firmado, em 2004, um Acordo de Cooperação Técnica⁵⁹ entre as duas instituições no sentido da produção de informações estatísticas para a cultura, ou seja, pretendia “criar e atualizar estatísticas sobre Cultura”. Em seu discurso, o Ministro da Cultura ressaltou a histórica carência de informações e dados no que se refere à Cultura no Brasil, nos aspectos econômico e social, e afirmou que “a consolidação de um sistema nacional de dados e indicadores culturais é fundamental para que se tenha um panorama do setor da cultura na

⁵⁸ Mais informações sobre a MUNIC podem ser obtidas em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/default.shtm>. Acesso em 08/02/2011.

⁵⁹ Mais detalhes consultar em: <http://www.cultura.gov.br/site/2004/12/16/cooperacao-tecnica/>. Acesso em 7/02/2011.

vida nacional com mais eficiência e eficácia na construção e na consecução das políticas públicas culturais” (GIL, 2004).

O primeiro resultado do acordo foi a publicação intitulada “Sistema de Informações e Indicadores Culturais -2003”⁶⁰ doravante chamada de SIIC, divulgada em 2006. Observa-se que o SIIC pertence a um tipo de publicação do IBGE, chamada “Estudos e Pesquisas”, que tem como objetivo divulgar “estudos descritivos e análises de resultados de tabulações especiais de uma ou mais pesquisas, de autoria institucional” (SISTEMA..., 2006, p. 2).

O objetivo central do SIIC é a sistematização de informações existentes no País, advindas das pesquisas correntes do IBGE, com o objetivo de formar uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural, de modo a fomentar estudos, pesquisas e publicações, fornecendo aos órgãos governamentais e privados subsídios para o planejamento e a tomada de decisão e, aos usuários em geral, informações para estudos setoriais mais aprofundados” (idem, p. 9). Mas, visa ainda a “contribuir para a ampliação do conhecimento sobre as atividades econômicas relacionadas com a cultura e para a melhoria da qualidade das estatísticas nacionais”.

Já de início, ao tratar especificamente do setor cultural, se pode perceber a orientação de tratar a cultura sob a ótica econômica, e no próprio texto introdutório está dito que a concepção de cultura adotada relaciona-se com as atividades econômicas geradoras de bens e serviços (p. 11). Entretanto, as informações estatísticas foram coligidas com base nas estatísticas sobre a produção (oferta) de bens e serviços, os gastos (demanda) das famílias e do governo, mas também nas características da mão-de-obra ocupada (emprego) desse setor, o que permite alguma apreensão do âmbito social da cultura.

Mas, mesmo partindo de questões econômicas, algo que é mais facilmente mensurado, devido à já comentada experiência dos INEs no que concerne às estatísticas econômicas, está ressaltada a “enorme dificuldade para mensurar a importância econômica da cultura no Brasil, em virtude da insuficiência de dados estatísticos sobre as atividades de produção de bens culturais no País” (SIIC, 2006, p. 12).

Então, buscou-se “definir cultura em termos das atividades econômicas que a compõem” (Idem, p.13) e logo outros desafios começaram a surgir, no sentido de identificar qual a melhor metodologia para delimitar o setor cultural através das atividades culturais. E para tanto, visando alcançar conhecimento sobre o tema “os técnicos do IBGE participaram de seminários sobre o tema com técnicos do Ministério da Cultura e da Fundação Casa de Rui

⁶⁰ Disponível para *download* no sítio do IBGE:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2003/default.shtm. Acesso em 12/12/2010.

Barbosa”, iniciando a busca das premissas básicas para a informação estatística. E outras limitações surgiram pelo fato de partir para a investigação do que fosse cultura nas bases de dados já existentes, significando que eram informações construídas para outras finalidades, mas que pelas classificações utilizadas, vislumbrava-se alguma possibilidade.

A atividade cultural definida no estudo como sendo “toda atividade realizada por empresas que produzem, pelo menos, um produto relacionado com a cultura” (Idem, p.14).

Desta forma, para identificar as atividades econômicas culturais, foi feita “análise de cada uma das 581 classes” da CNAE 1.0⁶¹ (nível mais desagregado dessa classificação, cujo código é composto por 4 dígitos) (Idem, p.13). Delimitando um setor composto de “atividades econômicas de natureza industrial, comercial e de serviços que tinham ligação com a cultura” (Idem, p.15).

Como resultado dessa delimitação, foram consideradas atividades diretamente relacionadas à cultura “as atividades de edição de livros, rádio, televisão, teatro, música, bibliotecas, arquivos, museus e patrimônio histórico” como vistas (Idem, p.15). E as consideradas indiretamente relacionadas à cultura as atividades são aquelas que agregam em uma mesma classe outros conteúdos além dos culturais, como as atividades de “comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações” (SIIC, 2006, p.15) em cujo conteúdo figuram, como se pode perceber, atividades culturais como “livros e jornais”, e as que não são atividades culturais como “artigos de escritório e de papelaria”.

Vale observar que isso se deve ao fato de a CNAE ter sido construída para atender ao objetivo de classificar “as unidades de produção de acordo com a atividade que desenvolvem, em categorias definidas como segmentos homogêneos quanto à similaridade de funções produtivas (insumos, tecnologia, processos), características dos bens e serviços, finalidade de uso, etc.”. Tais categorias visam a refletir “a forma como o processo econômico está organizado nas unidades e como se quer que seja descrito nas estatísticas econômicas” (CLASSIFICAÇÃO, 2003, p. 14). Em sua estrutura hierárquica, a CNAE contempla quatro níveis: Seção, designada por um dígito alfabético; Divisão, dois dígitos numéricos; Grupo, três dígitos numéricos; e Classe, quatro dígitos numéricos e um dígito verificador.

Da mesma análise empreendida na CNAE resultou a opção de exclusão das “atividades econômicas estritamente ligadas ao turismo, esporte, meio-ambiente e religião”, embora o FCS1986-UNESCO as considerasse como categorias culturais.

⁶¹ Versão da CNAE utilizada pelo SEN à época de elaboração do estudo. Atualmente, está em uso a versão CNAE 2.0, devido à atualização feita nessa classificação em 2007. Toda a estrutura da CNAE1.0 pode ser apreciada em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae1.0/default.shtm>. Acesso em 20/11/2010.

O quadro 6 apresenta a relação completa e a descrição das atividades econômicas identificadas como culturais, das quais se originam os bens e serviços ofertados, que definem o âmbito do estudo.

Códigos	Denominação CNAE
D	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
20	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA
20.2	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA, CORTIÇA E MATERIA TRANÇADO - EXCETO MÓVEIS
20.29-0	Fabricação de artefatos diversos de madeira, palha, cortiça e trançado - exceto móveis
22	EDIÇÃO, IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES
22.1	EDIÇÃO; EDIÇÃO E IMPRESSÃO
22.14-4	Edição de discos, fitas e outros materiais gravados
22.15-2	Edição de livros, revistas e jornais
22.16-0	Edição e impressão de livros
22.17-9	Edição e impressão de jornais
22.18-7	Edição e impressão de revistas
22.19-5	Edição; edição e impressão de outros produtos gráficos
22.2	IMPRESSÃO E SERVIÇOS CONEXOS PARA TERCEIROS
22.21-7	Impressão de jornais, revistas e livros
22.29-2	Execução de outros serviços gráficos
22.3	REPRODUÇÃO DE MATERIAIS GRAVADOS
22.31-4	Reprodução de discos e fitas
22.32-2	Reprodução de fitas de vídeos
22.34-9	Reprodução de software em discos e fitas
30	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
30.2	FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE SISTEMAS ELETRÔNICOS PARA PROCESSAMENTO DE DADOS
30.21-0	Fabricação de computadores
32	FABRICAÇÃO DE MATERIAL ELETRÔNICO E DE APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÕES
32.22-0	Fabricação de aparelhos telefônicos, sistemas de intercomunicação e semelhantes
32.30-1	Fabricação de aparelhos receptores de rádio e televisão e de reprodução, gravação ou amplificação de som e vídeo
36	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS E INDÚSTRIAS DIVERSAS
36.9	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS

(Continua)

(Continuação)

36.91-9	Lapidação de pedras preciosas e semi-preciosas, fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria
36.91-9	Lapidação de pedras preciosas e semi-preciosas, fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria
36.92-7	Fabricação de instrumentos musicais
36.93-5	Fabricação de artefatos para caça, pesca e esporte
36.94-3	Fabricação de brinquedos e de jogos recreativos
G	COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS
51	COMÉRCIO POR ATACADO, REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO
51.4	COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO
51.47-0	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações
51.6	COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USOS AGROPECUÁRIO, COMERCIAL, DE ESCRITÓRIO, INDUSTRIAL, TÉCNICO E PROFISSIONAL
51.65-9	Comércio atacadista de computadores, equipamentos de telefonia e comunicação, partes e peças
52	COMÉRCIO VAREJISTA E REPARAÇÃO DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS
52.4	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS
52.46-9	Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria
52.5	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS USADOS
52.50-7	Comércio varejista de artigos usados
I	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES
64	CORREIO E TELECOMUNICAÇÕES
	CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA
6411.4	Atividades do correio nacional
6412.2	Atividades do malote e entrega
64.2	TELECOMUNICAÇÕES
64.20-3	Telecomunicações -
K	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS
71	ALUGUEL DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS SEM CONDUTORES OU OPERADORES E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS
71.4	ALUGUEL DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS
71.40-4	Aluguel de objetos pessoais e domésticos
72	ATIVIDADES DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS RELACIONADOS

(Continua)

(Continuação)

72.21-4	Desenvolvimento e edição de <i>software</i> prontos para uso
72.29-0	Desenvolvimento de <i>software</i> sob encomenda e outras consultorias em <i>software</i>
72.3	PROCESSAMENTO DE DADOS
72.30-3	Processamento de dados -
72.4	ATIVIDADES DE BANCO DE DADOS E DISTRIBUIÇÃO <i>ON-LINE</i> DE CONTEÚDO ELETRÔNICO
72.40-0	Atividades de banco de dados e distribuição <i>on-line</i> de conteúdo eletrônico
73	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
73.1	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS
73.10-5	Pesquisa e desenvolvimento das ciências físicas e naturais
73.2	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
73.20-2	Pesquisa e desenvolvimento das ciências sociais e humanas
74	SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS
74.4	PUBLICIDADE
74.40-3	Publicidade
74.9	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS
74.91-8	Atividades fotográficas
M	EDUCAÇÃO
80	EDUCAÇÃO
80.9	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO
80.96-9	Educação profissional de nível técnico
80.97-7	Educação profissional de nível tecnológico
80.99-3	Outras atividades de ensino
O	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS
91	ATIVIDADES ASSOCIATIVAS
91.9	OUTRAS ATIVIDADES ASSOCIATIVAS
91.99-5	Outras atividades associativas
92	ATIVIDADES RECREATIVAS, CULTURAIS E DESPORTIVAS
92.1	ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS E DE VÍDEO
92.11-6	Produção de filmes cinematográficos e fitas de vídeos
92.12-6	Distribuição de filmes e de vídeos
92.13-4	Projeção de filmes e de vídeos
92.2	ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO
92.21-5	Atividades de rádio
92.22-3	Atividades de televisão
92.3	OUTRAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS E DE ESPETÁCULOS

(Continua)

(Continuação)

92.31-2	Atividades de teatro, música e outras atividades artísticas e literárias
92.32-0	Gestão de salas de espetáculos
92.39-8	Outras atividades de espetáculos, não especificadas anteriormente
92.4	ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS
92.40-1	Atividades de agências de notícias
92.5	ATIVIDADES DE BIBLIOTECAS, ARQUIVOS, MUSEUS E OUTRAS ATIVIDADES CULTURAIS
92.51-7	Atividades de bibliotecas e arquivos
92.52-5	Atividades de museus e de conservação do patrimônio histórico
92.53-3	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais e reservas ecológicas
92.6	ATIVIDADES DESPORTIVAS E OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO LAZER
92.62-2	Outras atividades relacionadas ao lazer
92.6	ATIVIDADES DESPORTIVAS E OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO LAZER
92.61-4	Atividades desportivas
92.62-2	Outras atividades relacionadas ao lazer
93	SERVIÇOS PESSOAIS
93.0	SERVIÇOS PESSOAIS
93.04-1	Atividades de manutenção do físico corporal
93.09-2	Outras atividades de serviços pessoais, não especificadas anteriormente

Quadro 6 - Estrutura detalhada das atividades do setor cultural: códigos e denominações
Fonte: SIIC.

Ressalta-se que as atividades sombreadas são as atividades que foram identificadas como indiretamente relacionadas à cultura.

O mesmo escopo de atividades econômicas que representam a oferta cultural foi utilizado na delimitação do âmbito das informações que permitem identificar a demanda cultural. Para tanto foram utilizadas duas outras classificações estatísticas que servem às pesquisas domiciliares. Uma delas é a CNAE-Domiciliar⁶², classificação derivada da CNAE e a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

Desta forma, foram selecionadas as atividades econômicas contidas na CNAE-Domiciliar que interessavam ao âmbito do estudo, descritas a seguir, no quadro 7:

⁶² Começou a ser utilizada no SEN, a partir do Censo 2000 e seguiu sendo a referência para as pesquisas domiciliares. A metodologia da CNAE-Domiciliar foi discutida no âmbito do Projeto Mercosul - Censo 2000 e resultou na elaboração da *Clasificación de Actividades Económicas para Encuestas Sociodemográficas del Mercosur-CAES*. Essas informações e todo o detalhamento da estrutura dessa classificação podem ser visto em: http://www.cnaedom.ibge.gov.br/estrutura.asp?TabelaBusca=CNAE_100@CNAE%20Domiciliar. Acesso em 10/01/2011.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
22000	Edição, impressão e reprodução de gravações;
33004	Fabricação de aparelhos, instrumentos e materiais ópticos, fotográficos e cinematográficos;
53062	Comércio de livros, revistas e papelaria;
92011	Produção de filmes cinematográficos e fitas de vídeo;
92012	Distribuição e projeção de filmes e de vídeos;
92013	Atividades de rádio;
92014	Atividades de televisão;
92015	Outras atividades artísticas e de espetáculos;
92020	Atividades de agências de notícias;
92030	Bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais;
92040	Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer;
71030	Aluguel de objetos pessoais e domésticos; e
74030	Publicidade.

Quadro 7 – Atividades econômicas selecionadas da CNAE-Domiciliar.

Fonte: SIIC

Como resultado da investigação feita na estrutura da CBO⁶³ foram definidas variadas ocupações culturais como mostradas na relação abaixo:

- 2330 - Professores e instrutores (com formação de nível superior) no ensino profissional;
- 2531 - Profissionais de *marketing*, publicidade e comercialização;
- 2611 - Profissionais do jornalismo;
- 2612 - Profissionais da informação;
- 2613 - Arquivologistas e museólogos;
- 2614 - Filólogos, tradutores e intérpretes;
- 2615 - Escritores e redatores;
- 2616 - Especialistas em editoração;
- 2617 - Locutores e comentaristas;
- 2621 - Produtores de espetáculos;
- 2622 - Coreógrafos e bailarinos;
- 2623 - Atores, diretores de espetáculos e afins;
- 2624 - Compositores, músicos e cantores;
- 2625 - Desenhistas industriais (*designer*), escultores, pintores e afins (inclui o artesanato);
- 2627 - Decoradores de interiores e cenógrafos;
- 3313 - Professores (com formação de nível médio) no ensino profissionalizante;
- 3322 - Professores leigos no ensino profissionalizante;
- 3331 - Instrutores e professores de escolas livres;
- 3524 - Agentes de fiscalização de espetáculos e meios de comunicação;
- 3544 - Leiloeiros e avaliadores;

⁶³ A CBO descreve e ordena as ocupações dentro de uma estrutura hierarquizada que permite agregar as informações referentes à força de trabalho, segundo características ocupacionais que dizem respeito à natureza da força de trabalho (funções, tarefas e obrigações que tipificam a ocupação) e ao conteúdo do trabalho (conjunto de conhecimentos, habilidades, atributos pessoais e outros requisitos exigidos para o exercício da ocupação). O órgão responsável pela gestão e manutenção da CBO é o Ministério do Trabalho e Emprego, MTE. Essas informações e todo o detalhamento da estrutura dessa classificação podem ser visto em: <http://www.mtebo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>. Acesso em 11/01/2011.

- 3711 - Técnicos em biblioteconomia;
- 3712 - Técnicos em museologia;
- 3713 - Técnicos em artes gráficas;
- 3721 - Cinegrafistas;
- 3722 - Fotógrafos;
- 3723 - Técnicos em operações de máquinas de transmissão de dados;
- 3731 - Técnicos em operação de estação de rádio;
- 3732 - Técnicos em operação de estação de televisão;
- 3741 - Técnicos em operação de aparelhos de sonorização;
- 3742 - Técnicos em operação de aparelhos de cenografia;
- 3743 - Técnicos em operação de aparelhos de projeção;
- 3751 - Decoradores e vitrinistas de nível médio;
- 3761 - Bailarinos de danças populares;
- 3762 - Músicos e cantores populares;
- 3763 - Palhaços, acrobatas e afins;
- 3764 - Apresentadores de espetáculos;
- 3765 - Modelos;
- 4151 - Escriturários de serviços de biblioteca e documentação;
- 7421 - Confeccionadores de instrumentos musicais;
- 7501 - Supervisores de joalheria e afins;
- 7502 - Supervisores de vidraria, cerâmica e afins;
- 7519 - Joalheiros e artesãos de metais preciosos e semi-preciosos;
- 7521 - Sopradores e moldadores de vidro e afins;
- 7522 - Cortadores, polidores, jateadores e gravadores de vidros e afins;
- 7523 - Ceramistas (preparação e fabricação);
- 7524 - Vidreiros e ceramistas (acabamento e decoração);
- 7606 - Supervisores das artes gráficas;
- 7611 - Trabalhadores da preparação da tecelagem;
- 7612 - Operadores da preparação da tecelagem;
- 7613 - Operadores de tear e máquinas similares;
- 7660 - Trabalhadores polivalentes das artes gráficas;
- 7661 - Trabalhadores da pré-impressão gráfica;
- 7662 - Trabalhadores da impressão gráfica;
- 7663 - Trabalhadores do acabamento gráfico;
- 7664 - Trabalhadores de laboratório fotográfico;
- 7681 - Trabalhadores artesanais da tecelagem;
- 7682 - Trabalhadores artesanais da confecção de roupas;
- 7683 - Trabalhadores artesanais da confecção de calçados e artefatos de couros e peles;
- 7686 - Trabalhadores tipográficos, linotipistas e afins;
- 7687 - Encadernadores e recuperadores de livros (pequenos lotes ou a unidade);
- 9152 - Reparadores de instrumentos musicais; e
- 9912 - Mantenedores de equipamentos de lazer.

Observa-se que a mensuração do mercado de trabalho do setor cultural foi feita a partir da combinação dos critérios de atividades econômicas e de ocupações.

Ainda com base na CNAE 1.0, que definiu as atividades produtoras de bens e também de serviços ofertados, foram selecionados os itens de consumo das famílias relacionados ao

setor cultural. Para tanto foi utilizado “um tradutor dos produtos incluídos na Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF com as correspondentes CNAEs selecionadas para a cultura” (SIIC, 2006, p. 21). Na publicação há um quadro que ocupa quatro páginas inteiras (Idem, p. 22- 25) no qual se pode observar a descrição de todos os produtos POF, identificados como sendo culturais.

Uma vez definido o âmbito cultural através da análise das classificações utilizadas no sistema estatístico, foram coligidas informações estatísticas e cadastrais, já disseminadas das pesquisas das áreas econômicas e sociais, “com vistas a caracterizar os principais aspectos da oferta e da demanda de bens e serviços culturais, os gastos das famílias e os gastos públicos com cultura, e o perfil socioeconômico da mão-de-obra ocupada em atividades culturais” (Idem, p. 10). Dessa forma, sete bases de dados da instituição foram utilizadas, sendo elas:

Estatísticas do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE
 Pesquisa Industrial Anual - Empresa - PIA-Empresa
 Pesquisa Anual de Comércio - PAC
 Pesquisa Anual de Serviços - PAS
 Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF
 Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas - APU
 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD

O Cadastro Central de Empresas – CEMPRE, do IBGE, é o cadastro estatístico utilizado nas pesquisas econômicas e contém informações cadastrais e econômicas de todas as empresas e outras organizações (órgãos da administração pública e instituições sem fins lucrativos) formalmente constituídas no País, ou seja, com inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ. É anualmente atualizado, conjugando informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) com aquelas obtidas com base nas pesquisas anuais da área econômica do IBGE. Além do registro de empresas classificadas por atividade econômica (CNAE), constam dessa base as principais informações sobre o mercado formal de trabalho: número de pessoas ocupadas (sócios, proprietários, trabalhadores assalariados), os salários e outras remunerações pagas. Anualmente são divulgadas informações estatísticas no volume intitulado Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE (SIIC, 2006, p. 26).

A Pesquisa Industrial Anual – Empresa -PIA-Empresa é uma pesquisa anual, realizada por amostragem que tem por objetivo identificar as características estruturais básicas do segmento empresarial da atividade industrial no país e suas transformações no tempo. A unidade de investigação é a empresa industrial, classificada de acordo com a CNAE. A partir das informações coletadas nessa pesquisa são elaboradas diversas estatísticas sobre: pessoal ocupado; salários, retiradas e outras remunerações; receitas; custos e despesas e valor da

transformação industrial, possibilitando a identificação da estrutura básica do setor industrial do País. Para a determinação das atividades industriais que comporiam o escopo das atividades culturais, analisou-se a composição de cada atividade industrial contemplada na PIA-Empresa com base no peso relativo dos produtos registrados na Pesquisa Industrial Anual- Produto. As atividades cujo peso dos produtos definidos como culturais era muito pequeno não foram incluídas no SIIC (Idem, p. 27-28).

A Pesquisa Anual de Comércio – PAC- é a principal fonte de informação sobre as características estruturais básicas e o funcionamento do setor empresarial da atividade do comércio atacadista e varejista, no país e suas transformações no tempo. A partir das informações coletadas nas empresas comerciais selecionadas, classificadas de acordo com a CNAE, são divulgadas informações estatísticas econômico-financeiras que abrangem dados sobre receitas, pessoal ocupado, salários e número de empresas, entre outros. A empresa é tida como comercial sempre que a receita bruta da empresa provenha, majoritariamente, da atividade comercial. Foram incluídas no estudo aquelas atividades comerciais direta e indiretamente relacionadas à cultura (Idem, p. 29-30).

A Pesquisa Anual de Serviços –PAS fornece informações sobre a estrutura e o funcionamento dos serviços empresariais não financeiros. Sua unidade de investigação é a empresa, classificadas de acordo com a CNAE. Visa à construção de um sistema de informações que possibilite a elaboração de estimativas de valor adicionado, emprego e salários, em níveis detalhados da classificação de atividades, sua distribuição espacial e o acompanhamento de suas transformações no tempo. Para a especificação das atividades culturais da PAS a serem incluídas no estudo foi necessário fazer ajustes que implicaram redefinição de um desenho amostral adequado às atividades do setor cultura dos serviços (SIIC, 2006, p. 30-31).

Essas quatro bases de dados, ao serem exploradas, propiciaram analisar a cultura pela ótica da oferta. Já com as pesquisas especificadas abaixo foi possível a análise pela ótica da demanda.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF- visa a mensurar as estruturas de consumo, dos gastos e dos rendimentos das famílias. A partir das informações estatísticas produzidas com base nos orçamentos domésticos é possível traçar o perfil das condições de vida da população brasileira. Além disso, são investigadas outras características dos integrantes das famílias como classe de rendimento, cor ou raça, sexo e nível de escolaridade. São coletadas informações variadas que, ao serem conjugadas, fornecem um amplo panorama da composição dos gastos das famílias em cultura. Também tem seu conjunto de informantes

definido através de amostra probabilística dos domicílios particulares permanentes, nos quais é identificada a unidade básica da pesquisa – unidade de consumo (UC) – que pode compreender um único morador ou um conjunto de moradores que compartilhem a mesma fonte de alimentação ou compartilhem as despesas com moradia. O termo “família” na POF, embora não seja idêntico conceitualmente, é considerado como equivalente à unidade de consumo. Para a análise do setor cultural, foi utilizada a despesa de consumo realizada pela UC, com as aquisições de bens e serviços que visam a atender, diretamente, às necessidades e desejos pessoais de seus componentes no período da pesquisa. As informações estatísticas coligidas da POF para compor o estudo dizem respeito a dois dos seis questionários dessa pesquisa, que são o questionário de despesas coletivas (POF 2) e o questionário de despesa individual (POF 4) (Idem, p. 32-34).

As Estatísticas Econômicas das Administrações Públicas – APU são referenciadas à classificação utilizada nos registros governamentais brasileiros, que é a classificação por funções⁶⁴, a qual determina a finalidade de aplicação dos recursos. Essa classificação é definida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e nela a função cultura, representa “o conjunto de ações que visam ao desenvolvimento, à difusão e à preservação do conhecimento adquirido e acumulado pela humanidade” (Idem, p. 35). A esta função estão relacionadas duas sub-funções: Patrimônio histórico, artístico e arqueológico e Difusão cultural. A primeira compreende ações voltadas à preservação, levantamento e cadastramento. A segunda diz respeito às ações que objetivam difundir a cultura para todas as camadas da população. É ainda considerada a classificação por categorias econômicas, que reflete a divisão de gastos conforme a natureza de seu impacto sobre o sistema econômico. Utilizando ambas as classificações, por função e por categoria econômica, na qual os gastos públicos estão agregados em cinco grupos⁶⁵, chegou-se à aproximação dos dispêndios públicos no setor cultural das três esferas de governo. Para tanto, foram utilizadas duas outras fontes de informação: o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que abriga todos os registros contábeis de órgãos da administração pública federal; e, as Finanças do Brasil – FINBRA, que coleta dados contábeis dos municípios. Na APU são coletadas, anualmente, as informações referentes às despesas por função, abrangendo todos os governos estaduais e um painel de 265 municípios.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD objetiva produzir, anualmente, informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

⁶⁴ Essa classificação relaciona as despesas às áreas de atuação do governo (SIIC, 2003, p. 35)

⁶⁵ Esses grupos são: despesas com pessoal; outras despesas de custeio; despesas de capital fixo; transferências; e, despesas financeiras (p. 35-36).

A PNAD investiga diversos temas socioeconômicos, alguns de forma permanente como os que dizem respeito às informações mais gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, e outros com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição, além de outros temas que são incluídos de acordo com as necessidades de informação do País. Nessa pesquisa são utilizadas a CBO e a CNAE Domiciliar como infra-estrutura da informação estatística produzida. A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios, e, diferentemente, das pesquisas econômicas, as informações sobre o trabalho incluem o exercido em empreendimento sem registro formal.

Com base nesse panorama conceitual e metodológico, foram disponibilizadas no estudo SIIC- 2003 as informações estatísticas referentes ao que foi definido como “cultural” em cada uma das bases de dados descritas acima. Essas informações estão disponibilizadas em diversas tabelas e gráficos ao longo da publicação que inclui um texto analítico para cada uma das fontes utilizadas. Assim, a economia da cultura pelo lado da oferta apresenta a configuração do setor cultural para três segmentos econômicos: indústria, comércio e serviços, verificando a participação das atividades culturais no número de empresas, no total de pessoal ocupado, receita, custos, valor adicionado, valor bruto da produção, custo das operações industriais, consumo intermediário e valor da transformação industrial. Foram ainda elaborados alguns indicadores como salário médio, custo do trabalho, taxa de margem de comercialização e taxa de investimento. O setor cultural, em 2003, era constituído por cerca de 270 mil empresas, que empregavam 35.674.496 pessoas e pagava R\$ 17, 8 bilhões de salários e outras remunerações.

Pelo lado da demanda foi elaborada análise dos gastos das famílias, na qual a despesa familiar com cultura é comparada com a despesa total familiar entre outras comparações apresentadas.

A análise dos gastos da administração pública apresenta os resultados relativos aos gastos governamentais com a cultura e o padrão de alocação dessas despesas para cada uma das esferas de governo, federal, estadual e municipal e ainda uma análise consolidada de toda a administração pública.

Na parte final do SIIC 2003, consta que as informações coligidas e apresentadas no estudo não esgotam todas as fontes de dados existentes, mas que, em continuidade, se buscará identificar as lacunas de informações primárias para a definição de estratégia que permitam superá-las. Além disso, outro produto da parceria entre o IBGE e o MinC, envolve a obtenção

de informações sobre a atividade cultural nos municípios brasileiros através da MUNIC, através do suplemento de 2006.

O IBGE considera a possibilidade de elaborar análise das informações apresentadas no SIIC-2003 em nível geográfico mais detalhado vislumbrando a identificação das atividades culturais que impactam as economias locais. Além desse detalhamento regional, em uma perspectiva de mais longo prazo, será expandida a capacidade de análise com a construção de uma conta satélite de cultura, de modo a poder mensurar o peso da cultura no Produto Interno Bruto nacional (SIIC, 2006, p. 98).

Finalizando, consta dessa publicação a assertiva de que o IBGE espera por críticas e observações ao SIIC-2003 de modo a estimular seu aprimoramento, sobretudo na delimitação do âmbito da cultura, para que se chegue a uma definição que atenda às necessidades de informação estatística para o País.

Importante esclarecer que o Sistema de Contas Nacionais (SCN) é composto por um conjunto integrado de contas macroeconômicas, balancetes e tabelas elaborados com base em conceitos internacionalmente aceitos, definições, classificações e regras contábeis. Nesse sistema contábil, os dados econômicos são compilados e apresentados em um formato que é concebido para fins de análise econômica, servindo ainda à tomada de decisões e à formulação de políticas. Além de permitir a estimativa do Produto Interno Bruto - PIB e de reunir informações sobre consumo e investimento, o SCN possibilita a análise de setores produtivos específicos da economia, a partir da elaboração da conta satélite, permitindo maior detalhamento e visibilidade do setor nas contas nacionais. Assim, a conta satélite de cultura é um sistema de informações econômica sobre atividades culturais cujo objetivo é possibilitar a análise e a avaliação econômicas das atividades culturais do país e a tomada de decisões públicas e privadas (TRYLESINSKI; ASUAGA, 2010).

A mensuração econômica da Cultura através da implementação de uma conta satélite de cultura, curiosamente, não ocorreu na França, sendo que “a experiência acumulada se encontra basicamente na América do Sul, tendo sido o Chile e a Colômbia os primeiros países a terem uma conta satélite de cultura”, ambas elaboradas em 2006 (Idem, p. 88).

No Brasil ainda não se dispõe de resultados desse tipo, embora seja um dos objetivos do convênio entre MinC e IBGE. Em notícia veicula no jornal A Tarde da Bahia⁶⁶, de 07 de fevereiro de 2010, o professor e pesquisador Paulo Miguez afirmou que “a medição de uma área como a Cultura, com o rigor necessário, é bastante complicada e o grande problema está

⁶⁶ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/02/08/pib-da-cultura-demora-pelo-menos-5-anos-diz-especialista/>. Acesso em 1409/1010.

no caráter individual e na informalidade em larga escala da atividade”. Estimou que “a implantação do PIB da Cultura ainda vai demorar pelo menos cinco anos”.

Seguindo a produção de estatísticas para a cultura, em 2006, o IBGE divulgou os resultados da MUNIC 2005 a qual voltou a contemplar informações estatísticas para a Cultura referentes aos equipamentos culturais e à existência de conselhos municipais⁶⁷:

O sétimo e último capítulo recupera e aprofunda o tema da cultura no âmbito municipal, realizando a análise dos dados cadastrais e das informações sobre Conselho Municipal de Cultura e acerca da existência, quantidade e esfera administrativa de 13 equipamentos culturais. São examinadas, também, a presença de grupos artísticos no município e as principais atividades artesanais nele desenvolvidas, bem como o cadastro das quatro principais festas populares locais, classificadas como de tipo religioso e não-religioso (MUNIC, 2005).

No ano seguinte, em dezembro de 2007, foi divulgado novo volume do SIIC-2003-2005⁶⁸, dessa vez, com informações referentes aos anos de 2003, 2004 e 2005. Igualmente à anterior, utilizou-se a mesma metodologia e as mesmas fontes para elaborar uma análise que evidencia não só os aspectos econômicos da produção de bens e serviços culturais, como as despesas orçamentárias do governo com a administração, operação e suporte dos órgãos de cultura no País, a posse, pelas famílias, de bens duráveis relacionados à cultura e, também, o perfil socioeconômico da população ocupada em atividades culturais.

Em continuação ao convênio celebrado entre IBGE e MinC, a MUNIC 2006 incorporou um suplemento dedicado à Cultura. O suplemento incorpora 3 blocos de quesitos destinados às Ações, aos Projetos e às Atividades, em que foram investigados a atividade artesanal, a existência de grupos artísticos, o turismo cultural, atividades culturais do tipo concursos culturais, festivais ou mostras, feiras e exposições, e o financiamento público municipal para a cultura. No Bloco 13 foram investigados os meios de comunicação com destaque para internet e TV a cabo. O Bloco 14 é destinado aos equipamentos culturais.

Na divulgação dessa pesquisa o Ministro da Cultura proferiu discurso no qual fez um balanço da parceria com o IBGE:

⁶⁷ A íntegra dessa publicação pode ser vista em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2005/munic2005.pdf>. Acesso em: 09/02/2011.

⁶⁸ A íntegra dessa publicação pode ser consultada em :
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2005/default.shtm.

Nesses quatro anos, a cultura passou a ter visibilidade numérica e mensuração estatística. Ganhou existência científica para a gestão, desenhou as principais linhas de seu futuro planejamento para uma institucionalização madura no Brasil e tornou verificável a sua atuação por nosso vasto território. Podemos, hoje, acompanhar com precisão o desenvolvimento econômico da cultura e traçar metas. Tendo como base os indicadores que o IBGE nos apresenta, podemos melhorar os investimentos públicos de cultura no Brasil, além de orientarmos nossas políticas públicas para áreas e setores que não eram contemplados (GIL, 2008).

Na mesma época em que se aproximou do IBGE, o MinC também celebrou um convênio com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) “com o objetivo de sistematizar pesquisas já existentes e produzir propostas de elaboração de estudos para atender as necessidades da área cultural”⁶⁹.

Ao final de 2009, o MinC disponibilizou para a sociedade uma publicação denominada “Cultura em números: anuário de estatísticas culturais,” no qual reúne informações de diversas fontes entre as quais citam-se os próprios registros administrativos desse ministério e o IBGE. Trata-se de uma compilação das informações estatísticas produzidas no Brasil, em diferentes anos. Contemplando cinco áreas temáticas, duas delas contemplam também a ótica da oferta e da demanda, utilizando uma categorização que enfoca os equipamentos e as práticas culturais. As outras áreas são representadas pelos indicadores culturais, pelo financiamento da cultura e pela gestão pública da cultura. A organização da informação estatística nessa publicação representa “um primeiro mapa de navegação, uma primeira classificação das estatísticas e cifras culturais no Brasil”, que objetiva consolidar “o Sistema Nacional de Informações Culturais, que integrará municípios, estados e o governo federal num sentido único de compartilhamento de informações de gestão” (CULTURA..., 2009, p.26).

A partir da realidade das estatísticas de cultura produzidas no Brasil apresentadas neste capítulo, passa-se a tecer alguns comentários analíticos acerca da comparação com a realidade francesa e europeia, vis à vis as orientações dos marcos referenciais da UNESCO.

Considerando a produção brasileira até o final dos anos 1980, observa-se que um amplo conjunto de informações foi disponibilizado para a sociedade e que o conteúdo acompanhava, em linhas gerais, o que estava sendo produzido na França, embora sem a realização de pesquisas estatísticas especificamente planejadas para as ações e práticas

⁶⁹ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2004/12/16/cooperacao-tecnica/>. Acesso em 03/02/2011.

culturais, já que eram, basicamente, estatísticas de frequência, elaboradas a partir dos registros administrativos do MEC.

O fato de a Cultura ter seguido junto à Educação fez com que ocupasse um segundo plano também na produção de estatísticas. Entretanto, a criação do MinC, não alterou essa condição. Sendo que, por força da instabilidade administrativa ocorrida nos primeiros dez anos, a situação das estatísticas culturais ficou ainda pior, com a realização de um Censo Cultural que até hoje segue sem disseminação e posterior instauração de um vazio no cenário das estatísticas oficiais.

A magnitude desse censo e o amplo espectro das informações coletadas são condizentes com as orientações do primeiro marco referencial elaborado pela UNESCO, o FCS 1986. Por sua vez, a França seguiu firme na condução das políticas públicas para a Cultura e a produção de informações se expandiu com a realização de variadas pesquisas estatísticas e estudos qualitativos que ao mesmo tempo em que analisavam as estatísticas iam construindo todo um arcabouço conceitual e metodológico que permitia a avanço de novas pesquisas experimentais.

A ausência de informações estatísticas oficiais para Cultura observada desde então, fez com que se perdesse a oportunidade de acompanhar quantitativamente a evolução da cultura brasileira. Essa perda é irreversível, simplesmente porque a realidade que deveria ser mensurada nesse período ficou perdida no tempo passado, sem qualquer possibilidade de registro no presente, dado que a realidade cultural brasileira seguiu se alterando, transformando e evoluindo. Com isso, perdeu-se também a possibilidade de avaliação através da comparação internacional, fazendo ecoar muitas vozes desejosas de estatísticas contínuas e cada vez mais abrangentes.

Somente, a partir dos anos 2000, a produção brasileira começa a mostrar sinais de recuperação no sentido da produção continuada com o esforço empreendido pela parceria MinC e IBGE. E também com as outras iniciativas do Ministério para a consecução de um Sistema Nacional de Informações Culturais.

Ressalta-se que a desejo expresso pelo MinC era a mensuração da participação da Cultura na economia nacional e o IBGE ofereceu em contrapartida uma primeira análise do setor cultural no universo de informações já produzidas e divulgadas, ou seja daquilo que era possível.

Tendo sido elaborada antes da disponibilização do FCS 2009, a produção de estatística dessa década tem muitos pontos de convergência com esse marco referencial e a principal

diferença parece ser as estatísticas sobre o uso do tempo na Cultura, que no Brasil ainda não foram contempladas.

A França se reafirma como um paradigma e promove toda a discussão da comparabilidade internacional em nível europeu que culmina com diversas iniciativas de estudos visando à harmonização das estatísticas de cultura que se consubstancia na disseminação do *pocketbook* do EUROSTAT, em 2007.

Conclui-se que a atual produção de informação estatística para a Cultura no Brasil vem acompanhando a discussão e a orientação internacionais voltando a disponibilizar informações necessárias, porém não suficientes, para o conhecimento da realidade cultural brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo investigou os motivos que levaram a sociedade a reclamar por informações estatísticas, abrangentes e sistemáticas, para a Cultura. A revisão de literatura realizada permitiu compreender que as exigências requeridas na elaboração estatística, por parte dos INEs, a tornam uma informação especial que orienta as decisões públicas e da sociedade em geral, cuja legitimidade e credibilidade advêm da ciência e do Estado. Por outro lado, são essas mesmas exigências que impõem limitações ao fazer estatístico, determinando o que é possível de ser produzido.

A Cultura por sua vez, em função de todas as transformações pregressas e atuais, constatadas ao longo do estudo, representa um tema extremamente complexo, ao ser considerada como um conceito antropológico, cuja definição envolve aspectos imateriais como seus valores intangíveis que, por princípio, se opõem à ideia de quantificação. E de fato, observou-se que não há como contar com o amparo da ciência a fornecer os insumos necessários à produção estatística.

A evolução da noção de Cultura nas sociedades modernas fez surgir variados tipos de instituições que se destinavam à oferta e à organização da Cultura, até fazer parte das esferas administrativas dos Estados, com a criação de ministérios específicos para a gestão e a definição de políticas públicas. A pesquisa revelou que esse movimento, teve início na França e na Inglaterra, a partir da metade do século passado, repercutindo no Brasil, em 1985, com a criação do MinC, sendo que antes a Cultura esteve associada à Educação.

No âmbito das organizações multilaterais, a Cultura vem sendo considerada como campo de atuação da UNESCO, desde sua criação, por entender que sem respeito às culturas locais, não há como assegurar a Paz mundial. E, acompanhando seu desenvolvimento, tem atuado, efetivamente, na elaboração do *framework* das estatísticas para a Cultura, mediante a disseminação de orientações gerais, conceitos e métodos, que conformaram os marcos referenciais.

O florescimento e desenvolvimento das indústrias culturais proporcionaram a aproximação, até então impensável, entre Economia e Cultura. Nos EUA, iniciaram-se estudos sobre as possibilidades de mensuração da dimensão econômica da Cultura, à feição da contabilidade, chegando a quantificar a participação de determinados segmentos da Cultura na economia nacional. Nessa perspectiva, a Cultura passa a fazer parte da agenda de diversos

organismos internacionais voltados para o desenvolvimento econômico, o que os faz perceber a necessidade de informações que possibilitem a orientação de suas ações.

Toda essa demanda por informações estatísticas oficiais para a Cultura repercute nos INEs, que se deparam com muitas dificuldades para a mensuração de um tema eminentemente qualitativo, por razões inicialmente explicitadas.

Verificou-se que a França há muito percebeu a necessidade dessas informações para a consecução de sua política pública de Cultura, sendo pioneira na adoção de estratégias para a constituição de um departamento ministerial dedicado, exclusivamente, à produção de estatísticas, servindo de exemplo a ser considerado pelos demais países.

Revelou-se que essa produção de estatísticas inicia considerando os aspectos mais afeitos à mensuração, como o inventário de equipamentos culturais e seus acervos, passando a promover variados tipos de pesquisas, acadêmicas e estatísticas, qualitativas e quantitativas, que permitiram a expansão dos temas a serem contemplados pelas estatísticas além de ir consolidando métodos e técnicas de pesquisa, especialmente pensadas para a Cultura. Hoje em dia, a França produz um amplo conjunto de informações que combinam a mensuração das dimensões econômicas, sociais e financeiras, mantendo pesquisas regulares desde a criação do DEPS, que fazem parte do sistema estatístico francês.

Verificou-se que, no Brasil, a disponibilidade de informações estatísticas para a Cultura não tem atendido plenamente à demanda, que é crescente e decorre, principalmente, de sua associação ao desenvolvimento sustentável e às necessidades da política pública. Ao investigar as estatísticas produzidas no Brasil, observou-se que no passado o cenário era bem distinto do atual, no qual se instalou o discurso de ausência de informação. Elaboradas pelo MEC, essas estatísticas abrangiam variados temas e aspectos, consolidando ampla base de informações. A constatada interrupção nessa produção sugere ser consequência da instabilidade administrativa ocorrida nos primeiros anos após a criação do MinC.

A última década é o palco em que esse cenário começa a se alterar. Visando à reversão do quadro de carência, o MinC se uniu ao IBGE, mediante um acordo de cooperação técnica que viabilizou a elaboração e disseminação de informações que contemplam, ainda que parcialmente, dimensões socioeconômicas e financeiras da Cultura.

O *framework* (FCS) da UNESCO de 2009, ao tratar de forma abrangente a Cultura se converte em importante base conceitual a ser considerada. E também orienta a coleção de informações disponíveis no sistema estatístico dos países, definindo as atividades que compõem o setor cultural, por meio das classificações estatísticas internacionais. Observa-se que esse FCS tem uma orientação voltada para as demandas atuais da mensuração econômica

da Cultura, incorporando, assim como no Brasil, atividades que englobam conteúdos culturais com não culturais. Essa abordagem conjuga um amplo espectro de atividades envolvidas na produção de bens e serviços culturais, a serem ajustadas de acordo com as realidades nacionais.

A literatura mostrou que a ideia de que a Cultura deve ser associada à Economia, como tema de estudo, e, principalmente, como objeto da mensuração estatística, vem congregando diversas discussões acerca do que se deva considerar como Cultura. E mesmo contando com a base da teoria econômica, ainda são muitas as dificuldades encontradas, pois a produção cultural, por seu caráter inovador e criativo, não é perfeitamente valorada quando enquadrada nas teorias econômicas tradicionais, tampouco tem suas especificidades contempladas nas categorias das classificações estatísticas, exigindo concessões que ora a supervalorizam, ora deixam de contemplar aspectos substanciais do ponto de vista cultural. Este é um ponto que se vislumbra como potencial para pesquisas futuras na Ciência da Informação.

Observa-se que é igualmente necessário considerar a dimensão social da Cultura na produção de informações que possibilitem o seu completo conhecimento. Este é um outro ponto em que a Ciência da Informação tem muito a contribuir com suas pesquisas qualitativas que servirão de embasamento científico para as pesquisas estatísticas, pois, não obstante o esforço da UNESCO na elaboração do *framework*, a inexistência de um arcabouço teórico que a contemple em toda sua amplitude, fez com que a produção de informações estatísticas a considerasse mediante aproximações que a tomam por fragmentos, sem constituir um sistema de informações, sem dar visão do todo.

Pelo exposto, verificou-se que os resultados decorrentes do empenho do governo francês em criar infraestrutura para a produção de informações estatísticas para a Cultura constituem-se num modelo que pode ser objeto de estudos e reflexões visando à construção do arcabouço conceitual e metodológico condizente com a realidade da Cultura brasileira. A pesquisa demonstrou que as ações para o atendimento à demanda que se apresenta são urgentes e inevitáveis. Com base nesses estudos e mantendo-se a parceria estabelecida entre o MinC e o IBGE, a produção de informações estatísticas para a Cultura poderá ser aperfeiçoada e potencializada. O envolvimento dos demais gestores públicos e privados e a comunidade acadêmico científica, em um diálogo permanente, contribuiria para estreitar as diferenças entre as informações desejadas e as possíveis.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, V. M. R. H. de. Sistemas de Informação: nova abordagem teórico-conceitual. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v.24, n.1. p. 54-76, jan./abr. 1995.
- ARENDT, H. *A crise da cultura: sua importância social e política*. In. Entre o passado e o futuro. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. – 2ª. ed. – São Paulo: Editora Perspectiva. 1972.
- AROUCK, O. Avaliação de sistemas de informação: revisão da literatura. *Transinformação*, v. 13. n. 1, p. 7-21, jan./jun. 2001.
- AZEVEDO, F. de. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 1943.
- BALABAN, M. D. *Os indicadores quantitativos da cultura*. In: WEFFORT, F.; SOUZA, M. (orgs.). Um olhar sobre a cultura brasileira. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da Funarte, 1998. <http://www.brasilcultura.com.br/cultura/os-indicadores-quantitativos-da-cultura-2/> Acesso em 25/09/2010.
- BARBALHO, A. Política cultural e orçamento participativo: ou as possibilidades da democracia cultural na cidade contemporânea. *Anais do 32º Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu: Anpocs, 2008a.
- BARBALHO, A.; RUBIM, A. (orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: UFBA, 2007. p. 11-36.
- BARBOSA, W. V. *Tempos pós modernos* (prefácio, 8 p. vii-xiii), in. LYOTARD, Jean-François. A condição pós-moderna. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. 12ª ed. Rio de Janeiro; José Olympio, 2009. 131 p.
- BARRETO, A. de A. A oferta e a demanda da informação: condições técnicas, econômicas e políticas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 2, p.168-173, 1999.
- BARRETO, A. de A. A questão da informação. *São Paulo em Perspectiva*, vol.8, n.4, p. 3-8, 1994.
- BARRETO, A. de A. A eficiência técnica e a viabilidade econômica de produtos e serviços de informação. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 25, n. 3, p. 405-414, 1996.
- BAUDRILLARD, J. *Simulacros e Simulações*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- BELKIN, N.; ROBERTSON, S.E. Information science and the phenomenon of information. *Journal of the American Society for Information Science*, Jasis, 1976.
- BELL, D.. *O Advento da Sociedade Pós-Industrial*. São Paulo. Cultrix. 1974
- BENHAMOU, F. *A Economia da Cultura*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2007, 194p.
- BESSON, J-L (org). *As estatísticas: verdadeiras ou falsas?*. In: _____ (org.). A ilusão das estatísticas. Tradução Emir Sader. São Paulo: Editora Unesp, 1995. p. 25-67.
- BORKO, H. Information science: What is it? *American Documentation*, v. 3, n. 5, 1968.

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 15, n. 2, pp. 73-83. Apr. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>. Acesso em 31/07/2010.

BOTELHO, I; FIORE, M. *O uso do tempo livre e as práticas culturais na Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole do Cebrap, 2005.

BOTELHO, I. *Demandas e lacunas nas informações sobre o setor cultural*. Artigo apresentado na V Conferência Nacional de Estatística – CONFEST e IV Conferência Nacional de Geografia e Cartografia – CONFEGE, realizada pelo IBGE. Rio de Janeiro, agosto de 2006.

BOTELHO, I. *A política cultural e o plano das ideias*. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007, na Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/IsauraBotelho.pdf>. Acesso em 01/10/2010.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRAGA, G. M.. Informação, Ciência da Informação: breves reflexões em três tempos. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.1, p.84-88, jan./abril 1995.

BRAUDEL, F. *Gramática das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BUSH, V. As we may think. *The Atlantic Montly*, July 1945. Disponível em: <http://adamMikeal.com/courses/chi/files/jan26.bush.pdf>. Acesso em 05/09/2010.

CALABRE, L. O Minc, a gestão Gilberto Gil e os desafios na construção de políticas culturais, *Revista Proa*, n° 01, vol. 01. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa>. Acesso em 22/10/2010.

CALABRE, L. *Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas*. Trabalho apresentado no Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado em 2007. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

CALABRE, L. *Políticas Culturais: situação nacional e contra-pontos latino-americanos*. In: Economia da cultura: idéias e vivências / Ana Carla Fonseca Reis e Kátia de Marco (org). – Rio de Janeiro: Publit, 2009. 263-278 p.

CALABRE, L. *Políticas culturais: reflexões e ações* (org.) – São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. 305 p.

CANCLINI, N. G. Políticas culturales y crises de desarrollo. In: *Políticas culturales en América Latina*. México: Grijalbo, 1987.

_____. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997.

CANCLINI, N. G.; OTTONE, E.; BATISTA, M. La economía de la cultura iberoamericana. *De Cedeal y OEI* Madrid, 1997.

CANCLINI, N. G. *Todos tienen cultura: ¿quiénes pueden desarrollarla?*. Conferencia para el Seminario sobre Cultura y Desarrollo, em el Banco Interamericano de Desarrollo, Washington, 24 de febrero de 2005.

CANCLINI, N. G. Definiciones en transición. In: MATO, Daniel (Org.). *Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005. p. 69-81. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/mato/GarciaCanclini.rtf>>. Acesso em: 22/09/2010.

CARDOSO, A. M. P.. Pós modernidade e informação: conceitos complementares?. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jun. 1996.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede - A era da informática: economia, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2001.

COELHO, J. T. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COELHO, J. T. *O que é indústria Cultural*. Coleção Primeiros Passos, 99 p. São Paulo: Brasiliense, 1993.

COELHO, J. T. *Dicionário crítico de políticas culturais*. FAPESP. São Paulo: Iluminuras, 2004.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMTE, M. *A fluidez e a rigidez*. In: BESSON, Jean-Louis (org.). *A ilusão das estatísticas*. Tradução Emir Sader. São Paulo: Editora Unesp, 1995. p. 185-198.

COURRIER DES STATISTIQUES n° 117-119, année 2006. Interview. (*Philippe Chantepie et Jeannine Cardona*). Disponível em: http://www.insee.fr/fr/ffc/docs_ffc/cs117g.pdf. Acesso em 10/02/2011.

CRIBARI, I. (org) ; REIS, A. C. F... [et al.] *Economia da Cultura*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

CULTURA EM NÚMEROS: anuário de estatísticas culturais 2009. – Brasília: Minc, 2009. 243 p.

DEFOURNY, V. *Apresentação do Marco Estratégico para a UNESCO no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2.006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001475/147544por.pdf>. Acesso em 23/11/2010.

DEHEIZELIN, L. Economia Criativa e empreendedorismo cultural. In: *Anais do II ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador: CULT, 2006a.

DEHEIZELIN, L. Economia Criativa: uma tímida tentativa de definição (parte 2). *Cultura e mercado*. São Paulo: Instituto Pensarte, 2006b.

DEHEIZELIN, L. *Economia da cultura*. In: *Oficina Virtual de economia da Cultura e Diversidade*. Brasília: Ministério da Cultura do Brasil, 2007. Disponível em: http://economiadacultura.blogspot.com/2007/06/perguntas-para-oficina-virtual_10.html. Acesso em 25/11/2010.

- DESROSIÈRES, A. Entre a ciência universal e as tradições nacionais. In: BESSON, Jean-Louis (org.). *A ilusão das estatísticas*. Tradução Emir Sader. São Paulo: Ed. Unesp, 1995. p. 167-183.
- DESROSIÈRES, A. *La política de los grandes números*. Tradução de Mónica Silvia Nasi. Barcelona, Melusina, 2004. 415 p.
- DÓRIA, C. A. A merencória luz do Estado. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.15, n. 2, abril/junho 2001.
- DÓRIA, C. A. Cultura, Brasil e Estado Novo. In: *Revista Trópico*, v. 3, 2007.
- DURAND, J. C. G. *Política e gestão cultural: Brasil, EUA e Europa*. Relatório de Pesquisa NPP nº 13. São Paulo: FGV-EAESP, 2000.
- DURAND, J. C. Cultura como objeto de políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, abril/junho 2001.
- ESCANDE, S. *Entre mito e realidade: quarenta anos de produção de indicadores culturais na França*. Políticas Públicas Culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília:UNESCO, 2003, 236p., p. 143-158.
- ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS (Brasil). O que é estatística? Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/estatistica/default.asp>. Acesso em: 08/09/2010.
- EUROSTAT (2007). Point 2.5: Culture Statistics – Current situation and future perspectives, 19 pp. Disponível em: http://circa.europa.eu/Public/irc/dsis/ssd/library?l=/dss_meetings/meeting_2007_17-18/culture_statisticspdf/_EN_1.0_&a=d. Acesso em 22/01/2011.
- FCS (1986) Framework for cultural Statistics. UNESCO, 1986, 29 p. Disponível em: <http://www.uis.unesco.org/template/pdf/cscl/framework/1986original.pdf>. Acesso em: 14/01/2011.
- FCS (2009) Framework for cultural Statistics. UIS-UNESCO, 2009, 100 p. Disponível em: http://www.uis.unesco.org/template/pdf/cscl/framework/FCS_2009_EN.pdf. Acesso em 18/11/2010.
- FARRADANE, J. The nature of information. *Journal of Information Science*, v. 1, n. 3, London, 1970.
- FEIJÓ, M. C. *As políticas culturais da globalização*. In: BRANT, L. (org.) Políticas culturais (vol. 1). Barueri, SP: Manole, 2003.
- FIDELI, O. *Cultura Popular e Cultura de Elite, cultura de massa*. São Paulo: Associação Cultural Montfort, 2008. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=veritas&subsecao=arte&artigo=cultura&lang=bra>. Acesso em 20/10/2010.
- FOSKETT, D. J. Informática. In: GOMES, Hagar Espanha. (Org.). *Ciência da informação ou informática?*. Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 1-51. (Ciência da Informação).
- FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1989.

GETINO, O. Las industrias culturales y la medición de lo intangible. In: *INCAP Capacitación política – cultura y política*. N° 4, inverno, 2007. P. 26-41.

GIL, G. M. *Economia da Cultura*. Artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo em 03/02/2008. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/02/03/economia-da-cultura-2/>. Acesso em 22/10/2010.

GIL, G. M. Discurso do ministro na solenidade de assinatura do convênio de cooperação técnica entre o MinC e o IBGE. Dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/categoria/o-dia-a-dia-da-cultura/discursos/page/28/>. Acesso em 22/08/2010.

GIL, G. M. Discurso do ministro na divulgação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, IBGE, Rio de Janeiro. Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Cultura, 2006.

GIL, G. M. Cultura, diversidade e acesso. In: DEP: Diplomacia, Estratégia e Política/Projeto Raúl Prebisch. n° 8, out/dez 2007. Brasília. 49-60 pp. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital/revistas-dep/?searchterm=dep%209>. Acesso em 12/12/2010.

GIL, G. M. *Economia da Cultura*. Artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo em 03/02/2008. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/02/03/economia-da-cultura-2/>. Acesso em 22/10/2010.

GÓES, M. C. A modernização das estatísticas econômicas. In: Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, 1996, Rio de Janeiro. *Informação para uma sociedade mais justa: textos para discussão*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. v. 9, t. 5.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Da organização do conhecimento às políticas de informação. *Informare*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul/dez 1996.

_____. Para uma reflexão epistemológica acerca da ciência da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

_____. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. *DataGramaZero: revista de ciência da informação*, v. 1, n. 6, dez. 2000. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez00/F_I_aut.htm. Acesso em: 18/04/2009.

GRACIOSO, L. de S. Disseminação de informações estatísticas no Brasil: práticas e políticas das agências estaduais de estatística. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, p. 69-76, maio/ago. 2003. Disponível em: <http://www.ibict.br/cienciainformacao/include/getdoc.php?id=436&article=152&mode=pdf>. Acesso em 22/11/2010.

GUIMARÃES, E. A. Produção de estatística e sistema estatístico. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, v. 51. N. 195, p. 5-12, jan./jun. 1990.

GUIMARÃES Jr., M. J. L. A Cibercultura e o Surgimento de Novas Formas de Sociabilidade. Trabalho apresentado no GT Nuevos mapas culturales: Cyber espacio y tecnologia de la virtualida", na II Reunión de Antropologia del Mercosur, Piriápolis, Uruguai, de 11 a 14 de novembro de 1997. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~guima/ciber.html>. Acesso em 25/10/2010.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.

HAWKES, J. *The fourth pillar of sustainability: Culture's essential role in public planning*. Melbourne: Cultural Development Network & Common Ground Press, 2001. Summary: <http://www.culturaldevelopment.net/downloads/FourthPillarSummary.pdf>. Acesso em 22/09/2010.

HELL, V. *A idéia de cultura*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

IBGE – Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas – PGIEG. Proposta. 1992. 167 p. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/confest_e_confefe/pgieg_1992.pdf. Acesso em 20/12/2010.

IBGE. Sistema de informações e indicadores culturais 2003. V. 18. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 126 p.

CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS 1.0. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IBGE. Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005. v. 22. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 129 p.

_____. Pesquisa dos municípios brasileiros – Cultura 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 268 p.

LANGRIDGE, D. *Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia*. Rio de Janeiro. Interciência, 1977.

LARAIA, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

LATOURETTE, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc & JACOB, Christian (Org.). *O Poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 3ª ed. 2008. p. 21-44.

LE COADIC, Y. F. *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LÉVY, P. *Cibercultura*. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. 260 p.

LINS, C. P. de C. Indicadores culturais: possibilidades e limites as bases de dados do IBGE. In: *Anais do II Encontro de estudos multidisciplinares em cultura*. Salvador: CULT, 2006. 17 p.

LINS, C. P. de C. A demanda e a produção de informações culturais brasileiras: parceria MinC e IBGE. In: Seminário Internacional em Economia da Cultura, Recife, PE, Brasil: Fundação Joaquim Nabuco, jul./2007.23p.

LINS, C. P. de C; ALKMIN, A. C. O sistema e o “sistema” – o projeto em curso no IBGE e o estudo sobre a cultura. In: *Revista Observatório Itaú Cultural*. São Paulo: Itaú Cultural, n. 4, jan.-mar. 2008. p. 59-67.

LINTON, R. *Estudio del hombre*. México: Fondo de Cultura Económica - 1961.

LYOTARD, J.-F. *A condição pós-moderna*. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. 12ª ed. Rio de Janeiro; José Olympio, 2009. 131 p.

MARCUSE, H. *Acerca del carácter afirmativo de la cultura*. In: *Cultura y Sociedad*. Buenos Aires Sur, 1970.

McCRACKEN, G. Cultura e consumo: uma explicação teórica da estrutura e do movimento do significado cultural dos bens de consumo. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, v. 47, n. 1, jan./mar. 2007, p. 99-115.

MC GARRY, K. *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória*; Tradução de Helena Vilar de Lemos. –Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livroa, 1999. 205p..

MARQUES, F. P. *De que falamos quando falamos de cultura*. Lisboa: Presença, 1995.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação – Vol. 24*, número 1, 1995 – Artigos.

MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística. Desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 21, n 41, p. 13-34, 2001.

MARTÍNEZ, J. M. *Nomenclatures i classificacions estadístiques*. Qüestiió, v. 18, 3, Institut d'Estadística de Catalunya, 1994.

MENOU, M. J. Cultura, Informação e Educação de Profissionais de Informação nos Países em Desenvolvimento. *Ciência da Informação*. Vol. 25, número 3, 1996 - Ponto de Vista.

MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro – FJP. Diagnóstico dos investimentos em cultura no Brasil. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. 3v.: il.

MIGUEZ, P. *Economia criativa: uma discussão preliminar*. In: NUSSBAUMER, G. M. Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador: EDULFBA, 2007, p. 95-113.

MOISES, J. A. *Os efeitos das leis de incentivo*. In: WEFFORT, F.; SOUZA, M. (orgs.). Um olhar sobre a cultura brasileira. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da Funarte, 1998. http://www.cdp.ufpr.br/ucap/anexos/organizacao_de_eventos/parte01/lei_rouanet/textos_antigos_sobre_lei_rouanet/os_efeitos_das_leis_de_incentivo.pdf 18/09/2010

ODDONE, N. E. et al. Centros de cálculo: a mobilização do mundo. *Informare*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p.29-43, jan./jun. 2000.

OLIVEIRA, L. A. *As bases de dados do IBGE – Potencialidades para a cultura*. In: Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. pp. 189-206.

OLIVEIRA, L. L. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, 192 p.

ORTIZ, R. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PITOMBO, M. *Espaços e atores da diversidade cultural*. p. 34-58 In: Políticas culturais : reflexões e ações / organização de Lia Calabre. – São Paulo : Itaú Cultural ; Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009. 305 p.

Pocketbooks – Cultural Statistics, 2007 edition, 192 p. EUROSTAT. Disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-77-07-296/EN/KS-77-07-296-EN.PDF. Acesso em: 18/01/2011.

Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília : UNESCO Brasil, 2003. 236 p.

POMBO, O.. *Da classificação dos seres à classificação dos saberes*. Lisboa: Enciclopédia e Hipertexto. Disponível em: www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-classificacao.pdf. Acesso em 28/07/2010.

_____. Interdisciplinaridade e integração de saberes. *Liinc em Revista*, v. 1, n. 1, p. 3-15, 2005.

PORTA, P. *Economia da Cultura: Um Setor Estratégico para o País*. 2008. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2008/04/01/economia-da-cultura-um-setor-estrategico-para-o-pais/>. Acesso em: 20 abr. 2010.

PCDB – Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil. MinC – Brasília-DF. Novembro 2006. 51 p.

REIS, A. C. F. *Economia da Cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura* – Barueri, SP: Manole, 2007. 322 p.

REIS, A. C. F. Economia, artesanato e educação entrelaçados nas raízes da identidade étnica. In: *Cultura e mercado*. São Paulo: Rede Pensarte, 2005. Disponível em: <http://www.culturaemercado.com.br/setor.php?setor=3&pid=208> . Acesso em: 10/09/2010.

REIS, A. C. F. *Marketing cultural e financiamento da cultura: teoria e prática em um estudo internacional comparado*. São Paulo: Thompson, 2003.

ROBREDO, J. *Da ciência da informação revisitada: aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus, SSRR Informações, 2003.

RUBIM, A. A. C. (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção Cult.).

RUBIM, A. A. C. *Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios*. In: PONTES, Ipojuca. *Cultura e modernidade*. Brasília: Secretaria de Cultura, 1991.

SANTIAGO, S. *A explosiva exteriorização do saber*. (Pós-fácio, 7 p. 125-131) In: LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. 12ª ed. Rio de Janeiro; José Olympio, 2009. 131 p.

SANTOS, J.F. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004. – Coleção primeiros passos; 165. 22ª reimpr. da 1ª Ed. de 1986. 113 p.

SARACEVIC, T.. Tecnologia da informação, sistemas de informação e informação como utilidade pública. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, Brasil, 3, jun. 1974. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1689/1294>. Acesso em: 10 Dez. 2010.

SARAIVA, E. Arte, criatividade e economia. *Revista Observatório Itaú Cultural*, OIC, n 1, jan/abr. 2007. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2007.

SCHWARTZMAN, S. O sistema estatístico nacional. Disponível em: http://www.schwartzman.org.br/simon/sistema_est.htm. Acesso em 07/12/2010.

_____. O Espelho do Brasil: apresentação do relatório anual do IBGE de 1996. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon>. Acesso em 18/12/2010.

_____. “O futuro das estatísticas internacionais – uma visão do sul 1998”. 3p. Disponível em: <http://www.airbrasil.org.br/simon>. Acesso em 07/12/2010.

_____. Legitimidade, Controvérsias e Traduções em Estatísticas Públicas, *Teoria & Sociedade* (Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais), vol. 2, dezembro, 9-38. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/estpub.htm>. Acesso em 16/12/2010.

SALSBURG, David. *Uma senhora toma chá: como a estatística revolucionou a ciência no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

SEN, A. La cultura como base del desarrollo contemporáneo. *Revista Voces de la Universidad*, nº 25, 2001. Disponível em: <http://www.unrc.edu.ar/publicar/25/dos.html>. Acesso em 05/09/2011.

SENRA, N. de C. *Uma Breve história das Estatísticas Brasileiras (1822-2002)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009, 474 p.

_____. *História das Estatísticas Brasileiras: estatísticas organizadas (C. 1936-C.1972)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, v. 3.

_____. Sistema Estatístico Nacional: modelos históricos, legislação estatística e coordenação institucional. Algumas reflexões pessoais. *Boletim de Estatísticas Públicas* (Anipes, Salvador), v.4, p. 9 - 21, 2008.

_____. O saber e o poder das estatísticas. Uma história das relações dos estatísticos com os Estados Nacionais e com as ciências. Rio de Janeiro: IBGE, 2005 A.

SENRA, N. de C. Informação Estatística como objeto de estudo. Uma primeira tentativa de formalização. *DataGramaZero*, v. 6, n.4, ago 2005 B.

_____. A coordenação, a argumentação e a comunicação das estatísticas, vértices de um mesmo triângulo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v.12, n.4, out.-dez. 1998, p.92-8.

_____. Regime e política de informação estatística. *São Paulo Perspec.* [online]. 2002, vol.16, n.3, pp. 75-85. ISSN 0102-8839. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n3/13564.pdf>. Acesso em 28/09/2010.

_____. Informação Estatística e Política Pública: desafios futuros no presente. *Transinformação*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 57-65, jan./jun. 2001.

_____. Informação Estatística: demanda e oferta, uma questão de ordem. *DataGramaZero*, v.1, n. 3, jun 2000.

_____. Informação Estatística: política, regulação, coordenação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 2, 1999. Disponível em: <http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewissue.php?id=22>>. Acesso em 30/09/2009.

_____. Coordenação da estatística nacional: o equilíbrio entre o desejável e o possível. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.

_____. Um Olhar Sobre Os Anuários Estatísticos. *Ci. Inf.* [online]. 1997, vol. 26. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-9651997000100002&script=sci_arttext&tlng=en Acesso em: 18/10/2009

_____. A Questão dos registros administrativos vis-à-vis a geração de estatísticas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 199-205, jul./dez. 1996.

SILVA, A. B. O. O sistema de informações estatísticas no Brasil e as relações entre seus produtores e usuários. *Ci. Inf.* [online]. 2005, vol.34, n.2, pp. 62-69. ISSN 0100-1965.

SILVA, L. S. e; OLIVEIRA, L. M. B. de. Munic Cultura: o necessário protagonismo das cidades nas políticas culturais. In: *Revista Observatório Itaú Cultural*. São Paulo: Itaú Cultural, n. 3, set.-dez. 2007. p. 69-73.

SILVA, R. C.da. Indicadores culturais: reflexões para a construção de um modelo brasileiro. In: *Revista Observatório Itaú Cultural*. São Paulo: Itaú Cultural, n. 4, jan.-mar. 2008. p. 44-58.

SIRGADO, A. P. O social e o cultural na obra de Vigotski. *Educ. Soc.* [online]. 2000, vol.21, n.71, pp. 45-78. ISSN 0101-7330.

SOUZA, R. F. de Áreas do Conhecimento *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação - v.5 n.2, abr/04*. Disponível em: www.datagramazero.org.br/abr04/Art_02.htm.

STARR, P.. The sociology of official statistics, p. 7-58. In: ALONSO, William; STARR, Paul (ed). The politics of numbers. New York: Russell Sage Foundation, 1983.

STARR, P. Social Categories and Claims in the Liberal State. *Social Research* 59 (Summer 1992): 263-95; different version published in Mary Douglas and David Hull, eds., *How Classification Works: Nelson Goodman Among the Social Sciences* (Edinburgh University Press, 1992), 154-79.

TYLOR, E. B. *Primitive Culture*. Londres: 1871.

TOLILA, P. *Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas*; Tradução de Celso M. Paciornik. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007, 140 p.

TOLILA, P. *Estadísticas, economía e indicadores culturales: El ejemplo francés y los avances europeos*. 2009. Disponível em: <http://sic.conaculta.gob.mx/documentos/816.pdf>. Acesso em 23/06/2010.

TRYLESISKI, F.; ASUAGA, C. Cuenta Satélite de Cultura: revisión de experiencias internacionales y reflexiones para su elaboración. *QUANTUM* . Vol. 88, No 1, 2010, p. 88-105. Disponível em:

UNESCO, Institute for Statistics. *International flows of selected cultural goods and service, 1994-2003*, UNESCOIES, Montreal, 2005.

UNESCO. *International flows of selected cultural goods and services, 1994-2003 Defining and capturing the flows of global cultural trade*. Unesco, 2005. Disponível em: www.uis.unesco.org/ev.php?ID=6383_201&ID2=DO_TOPIC>. Acesso em: 23/12/2010.

UNESCO. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura* . Brasília : UNESCO Brasil, 2003.

UNCTAD, UNDP, *Creative Economy*. Report 2008. *The Challenge of Assessing the Creative Economy: towards informed Policy-making*, New York: Naciones Unidas, 2008.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio imaterial*. Paris, 17 out. 2003. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org>. Acesso em 25/07/2010.

UNESCO, *Convención sobre la protección y promoción de la diversidad de las expresiones culturales*, París, 2005.

URQUHART, D. J. *Economic Analysis of Information Services*, *J. Doc.*, v32, n2, p.123-125.

URQUHART, D. J. *World Encyclopedia of Library and Information services*, p. 850.

Disponível em:

http://books.google.com.br/books?id=HSFu99FCJwQC&pg=PA850&lpg=PA850&dq=urquhart+douglas+john&source=bl&ots=SQFGXYMVAU&sig=xoABskRX5cEVgMwCier_Uhkfiow&hl=pt-BR&ei=JUUVtATpAoT48Ab-8IybCg&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBcQ6AEwAA#v=onepage&q=urquhart%20douglas%20john&f=false. Acesso em 08/01/2011.

VVAA/UNESCO, *Industria cultural: el futuro de la cultura*, México: Fondo de Cultura Económica y UNESCO, 1982.

VREEKEN, A. *The History of Information: Lessons for Information Management*. University of Amsterdam, Netherlands. *Sprouts: Working Papers on Information Systems*, v. 2, n. 5, 2005. Disponível em: <http://sprouts.aisnet.org/5-2>.

WERTHEIM, J. Pronunciamento: Seminário Políticas Culturais para o Desenvolvimento: uma base de dados para a Cultura - Recife - PE, 27 de agosto de 2002. Disponível em: http://www.unesco.org.br/noticias/opiniao/index/index_2002/Políticas_culturais/mostra_documento.

WILLIAMS, R. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Trad. Marie-Anne Kremer Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. 615 p.

YÚDICE, G. Economia da Cultura no Marco da Proteção e Promoção da Diversidade Cultural. In: *Oficina Virtual de economia da Cultura e Diversidade*. Brasília: Ministério da Cultura do Brasil, 2007. Disponível em: <http://economiadacultura.blogspot.com/2007/06/economia-da-cultura-no-marco-da-proteo.html>. Acesso em 25/11/2010.

ANEXO A - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS

Princípio 1 Relevância, imparcialidade e igualdade de acesso.

As estatísticas oficiais constituem um elemento indispensável no sistema de informação de uma sociedade democrática, oferecendo ao governo, à economia e ao público dados sobre a situação econômica, demográfica social e ambiental. Com esta finalidade, os órgãos oficiais de estatística devem produzir e divulgar, de forma imparcial, estatísticas de utilidade prática comprovada, para honrar o direito do cidadão à informação pública.

Princípio 2 Padrões profissionais e ética.

Para manter a confiança nas estatísticas oficiais, os órgãos de estatística devem tomar decisões, de acordo com considerações estritamente profissionais, aí incluídos os princípios científicos e a ética profissional, para a escolha dos métodos e procedimentos de coleta, processamento, armazenamento e divulgação dos dados estatísticos.

Princípio 3 Responsabilidade e transparência

Para facilitar sua interpretação correta dos dados, os órgãos de estatística devem apresentar informações de acordo com normas científicas sobre fontes, métodos e procedimentos estatísticos.

Princípio 4 Prevenção do mau uso dos dados

Os órgãos de estatística têm direito de comentar interpretações errôneas e utilização indevida das estatísticas.

Princípio 5 Eficiência

Os dados utilizados para fins estatísticos podem ser obtidos a partir de diversos tipos de fontes, sejam pesquisas estatísticas ou registros administrativos. Os órgãos de estatística devem escolher as fontes levando em consideração a qualidade, oportunidade, custos e ônus para os informantes.

Princípio 6 Confidencialidade

Os dados individuais coletados pelos órgãos de estatística para elaboração de estatísticas, sejam referentes a pessoas físicas ou jurídicas, devem ser estritamente confidenciais e utilizados exclusivamente para fins estatísticos.

Princípio 7 Legislação

As leis, regulamentos e medidas que regem a operação dos sistemas estatísticos devem ser tornadas de conhecimento público.

Princípio 8 Coordenação nacional

A coordenação entre os órgãos de estatística de um país é indispensável, para que se obtenha coerência e eficiência no sistema estatístico.

Princípio 9 Uso de padrões internacionais

A utilização de conceitos, classificações e métodos internacionais pelos órgãos de estatística de cada país promove a coerência e a eficiência dos sistemas de estatística em todos os níveis oficiais.

Princípio 10 Cooperação internacional

A cooperação bilateral e multilateral na esfera da estatística contribui para melhorar as estatísticas oficiais em todos os países.

ANEXO B - CLASSIFICAÇÕES INTERNACIONAIS DA ONU

International Family of Economic and Social Classifications²

Economic activities

Reference

International Standard Industrial Classification of All Economic Activities (ISIC)

Derived

General Industrial Classification of Economic Activities within the European Communities (NACE)

Related

Australian and New Zealand Standard Industrial Classification (ANZSIC)

North American Industry Classification System (NAICS)

Products

Reference

Central Product Classification (CPC)

Harmonized Commodity Description and Coding System (HS)

Derived

Classification of Products by Activity (CPA)

Standard International Trade Classification (SITC)

Related

Trade in Services

Expenditures according to Purpose

Reference

Classification of the Functions of Government (COFOG)

Classification of Individual Consumption according to Purpose (COICOP)

Classification of the Purposes of Non-Profit Institutions Serving Households (COPNI)

Classification of Outlays of Producers according to Purpose (COPP)

6

Employment, Occupation and Education

Reference

International Classification of Status in Employment (ICSE)

International Standard Classification of Occupations (ISCO)

International Standard Classification of Education (ISCED)

Social and Health

Reference

International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (ICD)

International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps (ICIDH)

Country and Area

Reference

Standard Country or Area Codes for Statistical Use (M49)

Other

Geographic

Time use

Fonte: <http://unstats.un.org/unsd/class/family/preamble.pdf>

ANEXO C - CLASSIFICAÇÕES DA CONCLA

Tema	Nacional	Internacional
Atividades Econômicas	<ul style="list-style-type: none"> -CNAE 2.0 -CNAE 1.0 -CNAE -CNAE-Subclasses 2.1 -CNAE-Subclasses 2.0 -CNAE-FISCAL1.1 -CNAE-FISCAL 1.0 -CNAE-FISCAL -CNAE-Domiciliar -CNAE-Domiciliar 2.0 	<ul style="list-style-type: none"> -ISIC/CIIU 4 -ISIC/CIIU 3.1 -ISIC/CIIU 3 -NAICS 2007 -NAICS 2002 -NACE 2 -NACE 1.1 -CAES 1.0 -CAES
Produtos	<ul style="list-style-type: none"> -PRODLIST Indústria 2010 -PRODLIST Indústria 2007 -PRODLIST Indústria 2006 -PRODLIST Indústria 2005 -PRODLIST Indústria 2004 -PRODLIST Indústria 2003 -PRODLIST Indústria 2002 -PRODLIST Indústria 2001 -PRODLIST Indústria 2000 -PRODLIST Indústria 1999 -PRODLIST Indústria 1998 -PRODLIST Construção 2008 -PRODLIST Construção 2007 -PRODLIST Construção 2002 -PRODLIST Agro/Pesca 2008 -PRODLIST Agro/Pesca 2007 -PRODLIST Agro/Pesca 2003 -PRODLIST Serviços 2006 	<ul style="list-style-type: none"> -CPC 2 -CPC 1.1 -CPC1.0 -NCM -BEC 3 -FAO Agro -FAO Pesca -HS 2007 -PRODCOM List 2007 -CPA 2002 -CPA 2008
Organização Jurídica	<ul style="list-style-type: none"> -Natureza Jurídica 2009 -Natureza Jurídica 2003.1 -Natureza Jurídica 2003 -Natureza Jurídica 2002 -Natureza Jurídica 1995 	
Despesas de Acordo com a Função	<ul style="list-style-type: none"> -Produtos da POF -Produtos do IPCA e IPCN 	<ul style="list-style-type: none"> -COICOP -COPP -COPNI -COFOG
Ocupação	<ul style="list-style-type: none"> -CBO-2002 -CBO-Domiciliar 	-ISCO/CIUO

(Continua)

(Continuação)

Posição na Ocupação	-Posição na Ocupação	-ICSE
Educação	-Educação	-ISCED
Saúde	-CID – 10	-ICD – 10 -ICF
Meio Ambiente	-Meio Ambiente	-CEPA 2000 -NOSE -EWC
Código de Áreas	-Estados -Municípios -Regiões Metropolitanas	-Países
Uso do Tempo	-Uso do Tempo	-ICATUS -ICATUS vários países

Fonte: IBGE www.ibge.gov.br/concla/cl_tema.php?sl=1

ANEXO D - RELAÇÃO DE MINISTROS DA CULTURA - BRASIL

N	Nome	Início	Fim	Presidente
1	José Aparecido de Oliveira	15 de março de 1985	29 de maio de 1985	
2	Aluísio Pimenta	30 de maio de 1985	13 de fevereiro de 1986	
3	Celso Furtado	14 de fevereiro de 1986	28 de julho de 1988	
4	Hugo Napoleão do Rego Neto	28 de julho de 1988	19 de setembro de 1988	
5	José Aparecido de Oliveira	19 de setembro de 1988	14 de março de 1990	
6	Ipojuca Pontes ^[*]	14 de março de 1990	10 de março de 1991	Fernando Collor
7	Sérgio Paulo Rouanet ^[*]	10 de março de 1991	2 de outubro de 1992	
8	Antônio Houaiss	2 de outubro de 1992	1 de setembro de 1993	Itamar Franco
9	José Jerônimo Moscardo de Sousa	1 de setembro de 1993	9 de dezembro de 1993	
10	Luiz Roberto do Nascimento e Silva	15 de dezembro de 1993	31 de dezembro de 1994	
11	Francisco Weffort	1 de janeiro de 1995	31 de dezembro de 2002	Fernando Henrique Cardoso
12	Gilberto Gil	1 de janeiro de 2003	30 de julho de 2008	Luiz Inácio Lula da Silva
13	Juca Ferreira	30 de julho de 2008	31 de dezembro de 2010	
14	Ana de Hollanda	1 de janeiro de 2011	—	Dilma Rousseff

* Durante o Governo Collor, com a extinção do Ministério da Cultura, Ipojuca Pontes (e mais tarde Sérgio Paulo Rouanet) foi nomeado *Secretário da Cultura da Presidência da República*.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_ministros_da_Cultura_do_Brasil. Acesso em 25/05/2010.